UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

SAMANTHA VALENTIM TELLES

**Divulgação da informação contábil sobre depreciação: O antes e o depois da adoção das
IFRS**

São Paulo

2013

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Jr.
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dra. Silvia Castro Casa Nova
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Samantha Valentim Telles

**Divulgação da informação contábil sobre depreciação: O antes e o depois
da adoção das IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de mestre em Ciências.

Orientador: Bruno Meirelles Salotti.

Versão Corrigida

(versão original disponível na Unidade que aloja o Programa)

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Telles, Samantha Valentim

Divulgação da informação contábil sobre depreciação: o antes e o depois da adoção das IFRS / Samantha Valentim Telles. -- São Paulo, 2013.

158 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2014.

Orientador: Bruno Meirelles Salotti.

1. Contabilidade societária 2. Demonstração financeira 3. Depreciação
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 657.92

Nome: Samantha Valentim Telles

Título: Divulgação da informação contábil sobre depreciação: O antes e o depois da adoção das IFRS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Meirelles Salotti

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À minha família e aos meus amigos
pelo apoio nos momentos mais
difíceis dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais (Luiz e Neusa) e minhas irmãs (Fernanda e Amanda) que me deram todo o suporte, psicológico, emocional e financeiro, que precisei para alcançar esse objetivo e perseguir o meu sonho. Um dia vou conseguir fazer vocês terem orgulho de mim! Já estou quase lá...

Aos meus tios, tias, primos e primas que torceram por mim todos esses anos. Muito obrigada pelo carinho: Vó Filó, Tio Zeca, Tia Fátima, tia Lurdinha, tia Vera, tio Zé Carlos, tio Paulinho, Renata, Juliana, Carolina, Natalia, Carlos e George.

Às amigas de fora que estão sempre no meu coração e que deixaram os meus dias muito mais felizes. As do Liceu, Juliana Hornink e Juliana de Melo; as da FEA, Silvanete Lopes e Marília de Nadai; e as do Machado, Sarah Mariani e Paloma Oliveira.

Às amigas de dentro que tiveram que me aguentar em alguns (muitos) trabalhos: Bianca Cotrim (e as nossas fofocas no carro voltando de algum “evento”) e Érika Pena (e as dicas preciosíssimas de esmalte).

Aos amigos que me ajudaram e muitas vezes me deixaram muito mais tranquila em momentos que tudo parecia muito difícil: Bianca Checon, Cláudio Zaro e Daniel Mucci.

E à todos os outros colegas de mestrado que fizeram parte dos grupos de estudos para tentar sobreviver a Societária e Métodos Quantitativos!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Meirelles Salotti, pelo apoio na elaboração desse trabalho e por ter feito com que eu me apaixonasse por Contabilidade no primeiro dia de aula de Contabilidade Introdutória na Graduação, lá em 2007.

E à todos os outros mestres que me deram aula na escola, na graduação e na pós, pois são vocês que me inspiraram e que me fizeram ter vontade de entrar para docência.

*“A person who never made a mistake
never tried anything new”*

Albert Einstein

RESUMO

Telles, S. V. (2013). Divulgação da informação contábil sobre depreciação: O antes e o depois da adoção das IFRS. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Dada sua origem no *code law*, a Contabilidade brasileira era baseada em regras e muito influenciada pelas normas fiscais. Com a adoção das IFRS, esperava-se que essa Contabilidade se aproximasse mais da essência econômica. Contudo, é possível encontrar estudos que apontam para o fato de existirem evidências da permanência da utilização de certas práticas da Contabilidade anterior. Com a adoção das normas internacionais, a depreciação acabou ganhando uma importância maior devido ao fato de que agora as empresas têm maior liberdade para definir seus valores. Dessa forma, o principal objetivo deste estudo foi analisar a evolução da divulgação e da apresentação, nas demonstrações financeiras anuais, das informações referentes à depreciação dos ativos imobilizados no Brasil. Para isso, por meio de Análise de Conteúdo, foram analisadas as demonstrações financeiras padronizadas das maiores companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA, que possuíam ativos imobilizados e/ou despesas de depreciação de 2006 a 2012. A amostra final contou com 74 empresas – ou seja, 518 observações – e o período foi dividido em três: antes, durante e depois da adoção das IFRS. Os resultados mostraram que o nível de utilização das taxas fiscais era, de maneira geral, muito maior antes da adoção das novas normas. Por outro lado, ainda que existisse um ambiente mais propício para utilização dessas taxas, antes da adoção algumas empresas já utilizavam outras taxas nesse período. Verificou-se que, após a adoção, passou-se a utilizar com mais frequência a apresentação através de taxas médias e as empresas que utilizaram intervalos de taxas para alguns ativos foram sempre as mesmas. Ademais, com o passar dos anos, as taxas de depreciação quase não se alteraram em todos os grupos de ativos imobilizados analisados. Mas, após a adoção das normas internacionais e em especial para o exercício de 2010, as empresas aumentaram o nível de revisão. Contudo, em 2011 e 2012 houve uma nova queda desse nível para todos os imobilizados estudados. Algumas empresas, 2,51% da amostra estudada, não apresentaram a metodologia de cálculo antes, durante e depois da adoção das normas internacionais. Da mesma forma, as informações sobre depreciação acumulada e despesa de depreciação por classe de imobilizado

não foram apresentadas por algumas empresas (14,48% e 57,92%, respectivamente), mesmo com a exigência do CPC 27. Por fim, constatou-se que, antes das IFRS, a depreciação acumulada era apresentada no cálculo do valor líquido do imobilizado; e após, passou a ser apresentada na composição do saldo do mesmo, junto à depreciação do período. Conclui-se que as Notas Explicativas que versam sobre depreciação sofreram mudanças consideráveis, principalmente após a adoção das IFRS, mas ainda permanecem muitos resquícios da cultura anterior, desde a utilização das taxas fiscais, passando pelo baixo nível de revisão das taxas, até a não apresentação de informações obrigatórias sobre depreciação. Dessa forma, afirma-se que muitas empresas ainda precisam se adequar completamente às novas normas no que tange depreciação, disponibilizando mais informações para os usuários, pois somente assim eles poderão utilizá-las para suas tomadas de decisão sobre investimento.

Palavras-chave: Divulgação, Depreciação, Notas Explicativas, IFRS.

ABSTRACT

Telles, S. V. (2013). Disclosure of the accounting information about depreciation: before and after the adoption of the IFRS. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Given its origins in the code law, the Brazilian Accounting was rules-based and much influenced by tax rules. With the adoption of the IFRS, it was expected that the Accounting would get closer to the economic essence. However, it is possible to find studies that point to the existence of evidences of the permanence of the use of certain practices of the previous Accounting. With the adoption of the international rules, depreciation has gotten a greater importance given the fact that nowadays the companies have greater freedom to define its values. Therefore, the main goal of this study was to analyze the evolution of the disclosure and presentation, in the annual financial statements, of the information about the depreciation of property, plant and equipment in Brazil. To do so, it was analyzed through Content Analysis the standard financial statements of the biggest public companies listed in BM&FBOVESPA that had property, plant or equipment and/or depreciation expenses from 2006 to 2012. The final sample had 74 companies – i.e., 518 observations – and the period was divided in three: before, during and after the adoption of the IFRS. The results have shown that the tax rates levels of use were, in general, bigger before the adoption of the new rules. On the other hand, even though the environment before the adoption was more favorable to the use of these tax rates, some companies already used other rates in this period. It was verified that after the adoption, the presentation through average rate began to be used and the companies that used rates intervals to some assets were always the same ones. Thus, over the years, the depreciation rates almost did not change in all the analyzed assets groups. But, after the adoption and especially in 2010, the companies increased this level of revision. However, in 2011 and 2012 there was a new decrease in this level to every analyzed asset. Some companies, 2.51% of the studied sample, did not present the calculation method before, during and after the adoption of the international rules. Similarly, some companies did not present the information about accumulated depreciation and depreciation expenses by class of property, plant and equipment (14.48% and 57.92%, respectively), even with the requirement of the CPC 27. Finally, it was verified that before the IFRS, the accumulated depreciation was presented in the calculus of the net value of property, plants and equipment; and after, it began to be presented inside the reconciliation of the carrying amount, along with the

depreciation. It is possible to conclude that the Notes that talk about depreciation have suffered considerable changes, especially after the adoption of the IFRS, but residues of the previous culture remain, since the use of tax rates, through the low level of rates revision, until the non-presentation of mandatory information. Therefore, it is possible to assert that many companies still have to completely adequate themselves to the new rules regarding to depreciation, by providing more information to the users, because only after that they will be capable of using it for their investment decision making.

Key-Words: Disclosure, Depreciation, Notes, IFRS.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Necessidades do usuário da informação contábil.....	32
Quadro 2 – Empresas analisadas	69
Quadro 3 – Fonte de dados da análise.....	71
Quadro 4 – Imobilizados considerados equivalentes a “Edificações”	83
Quadro 5 – Imobilizados considerados equivalentes a “Instalações”	86
Quadro 6 – Imobilizados considerados equivalentes a “Máquinas e Equipamentos”	88
Quadro 7 – Imobilizados considerados equivalentes a “Móveis e utensílios”	91
Quadro 8 – Imobilizados considerados equivalentes a “Veículos”	94
Quadro 9 – Imobilizados considerados equivalentes a “Sistema de processamento de dados”	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Surgimento da contabilidade europeia.....	34
Figura 2 – Histórico das IFRS pelo mundo.....	39
Figura 3 – Método da soma dos dígitos: Gastos com manutenção X Depreciação	55
Figura 4 – Exemplo de “Apresentação Mista” e “Formato duplo”.....	81
Figura 5 – Exemplo de apresentação de Depreciação Acumulada por classe de imobilizado	101
Figura 6 – Exemplo de composição do saldo por classe de imobilizado.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Método da soma dos dígitos	54
Tabela 2 – Taxas de depreciação admitidas pelo Fisco	56
Tabela 3 – Setores e outras informações financeiras do exercício de 2012	73
Tabela 4 - Classificação NAICS dos setores classificados como “outros” pela Economatica®	75
Tabela 5 – Edificações: Média de alteração das taxas de depreciação por período	85
Tabela 6 – Instalações: Média de alteração das taxas de depreciação por período	88
Tabela 7 – Máquinas e Equipamentos: Média de alteração das taxas de depreciação por período.....	90
Tabela 8 – Móveis e utensílios: Média de alteração das taxas de depreciação por período	93
Tabela 9 – Veículos: Média de alteração das taxas de depreciação por período	95
Tabela 10 – Sistema de processamento de dados: Média de alteração das taxas de depreciação por período	97
Tabela 11 – Aumento/Redução do nível de utilização do formato de apresentação das taxas de 2006 para 2012, por classe de imobilizado (em porcentagem)	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Metodologia de cálculo utilizada	76
Gráfico 2 – Nível de apresentação das taxas de depreciação por exercício	78
Gráfico 3 – Edificações: Formato de taxa utilizado	84
Gráfico 4 – Instalações: Formato de taxa utilizado	87
Gráfico 5 – Máquinas e Equipamentos: Formato de taxa utilizado	89
Gráfico 6 – Móveis e Utensílios: Formato de taxa utilizado.....	92
Gráfico 7 – Veículos: Formato de taxa utilizado	94
Gráfico 8 – Sistemas de processamento de dados: Formato de taxa utilizado.....	97
Gráfico 9 – Nível de apresentação: Depreciação do exercício e Depreciação Acumulada por grupo de ativo imobilizado.....	100
Gráfico 10 – Nível de apresentação: Cálculo do valor líquido do imobilizado X Composição de saldo.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BACEN – Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BR GAAP – *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*
CE – Comissão Europeia
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DFP – Demonstração Financeira Padronizada
FASB – *Financial Accounting Standards Board*
FASC – *Financial Accounting Standards Committee*
FCONT – Controle Fiscal Contábil de Transição
FIECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GAAP – *Generally Accepted Accounting Principles*
IAS – *International Accounting Standards*
IASB – *International Accounting Standards Board*
IASC – *International Accounting Standards Committee*
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICPC – Interpretação Técnica do CPC
IFRS – *International Financial Reporting Standards*
IN – Instrução Normativa
LAIR – Lucro Antes do Imposto de Renda
LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real
MP – Medida Provisória
NAICS - *North American Industry Classification System*
OCPC – Orientação Técnica do CPC
RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil

RIR – Regulamento do Imposto de Renda

RTT – Regime Tributário de Transição

SEC – *U.S. Securities and Exchange Commission*

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

US GAAP - *United States Generally Accepted Accounting Principles*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Contextualização.....	19
1.2 Problema de Pesquisa.....	23
1.3 Objetivos da Pesquisa	24
1.4 Hipótese	24
1.5 Justificativas e Contribuições.....	25
1.6 Delimitações da pesquisa	27
1.7 Estrutura do trabalho	28
2. REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1 A evolução da Contabilidade	31
2.1.1 Os objetivos e os usuários da Contabilidade	31
2.1.2 A normatização contábil.....	33
2.1.3 A contabilidade do IASB	37
2.1.4 A Contabilidade Brasileira e a Influência da Contabilidade Fiscal	40
2.2 O Ativo Imobilizado na Contabilidade	45
2.3 A Depreciação: Definições e Cálculo	48
2.3.1 Cálculo da depreciação: IFRS e CPC.....	51
2.3.1.1 Método das quotas constantes	53
2.3.1.2 Método da soma dos dígitos	54
2.3.1.3 Método das unidades produzidas e Método das horas de trabalho	55
2.3.2 Cálculo da depreciação: Fisco.....	56
2.4 O <i>Disclosure</i>	58
2.4.1 O papel da Contabilidade e os benefícios da divulgação	58
2.4.2 As notas explicativas e a depreciação	62
2.5 Estudos Anteriores	64
3. METODOLOGIA	67
3.1 Classificação da pesquisa.....	67
3.2 Amostra, períodos analisados, fontes e instrumentos de coleta de dados.....	68
3.3 Dados analisados.....	71
4. RESULTADOS	73
4.1 Características das empresas analisadas	73
4.2 Metodologia de cálculo da depreciação	75
4.3 As taxas de depreciação	77
4.3.1 Níveis de apresentação	78
4.3.2 Formato de apresentação e revisões dos valores	80
4.3.2.1 Edificações	83
4.3.2.2 Instalações	86
4.3.2.3 Máquinas e Equipamentos.....	88
4.3.2.4 Móveis e Utensílios	91

4.3.2.5 Veículos	93
4.3.2.6 Sistema de processamento de dados	95
4.3.2.7 Resumo dos Resultados Empíricos: Antes X Depois da adoção das IFRS	98
4.4 Apresentação de outras informações.....	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
5.1 Conclusões	105
5.2 Implicações do estudo	107
5.3 Limitações da pesquisa	108
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES.....	125
ANEXOS	135

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A Contabilidade é fruto da relação entre os fatos econômico-financeiros e a captação e processamento desses fatos conforme metodologia própria (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 8). Como campo de conhecimento de suma importância para a formação de agentes decisórios de diversos níveis, a Contabilidade nasceu gerencial, em que cada proprietário decidia como avaliar e o que considerar no patrimônio. Com as partidas dobradas, passou a prevalecer o custo histórico e o conservadorismo no julgamento do que deveria constar no patrimônio. Ao longo dos anos, apareceram outros usuários, como administradores, governo, bancos, clientes, fornecedores, empregados, aumentando os conflitos de interesse (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 11; Iudícibus, 2007, p. 1).

Tais interesses e outros fatores externos (cultura, economia etc.) influenciaram a contabilidade e sua evolução com o passar do tempo (E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007, p. 8). Gray (1988, p. 8) indicou alguns valores contábeis que acredita estarem relacionados a valores sociais: Profissionalismo ou Controle Legal; Uniformidade ou Flexibilidade; Conservadorismo ou Otimismo; e Sigilo ou Transparência. Assim, pode-se dizer que a contabilidade é um produto do ambiente social em que está inserida e se molda para atender às necessidades dessa sociedade (Carmo, Ribeiro, & Carvalho, 2011, p. 246).

A Contabilidade foi influenciada, também, por diferentes agentes que a regulam e formulam as normas (leis, padrões, regulamentações etc.), que estabelecem os padrões contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação das transações das organizações por eles reguladas (Cardoso et al., 2010, p. 11). Essa regulação se dá por meio da emissão de um conjunto de normas providas de algum órgão que tenha poderes para isso, que se referem a uma determinada área ou atividade (Pohlmann & Alves, 2004, p. 233). Na área contábil é como “[...] uma intervenção da sociedade, representada por comitês por ela criados” (Cardoso et al., 2010, p. 8-10). Segundo esses autores, a utilidade dessa regulação reside na escolha

pelos princípios e práticas subjacentes à preparação das demonstrações financeiras, não a deixando a cargo do livre arbítrio de cada contador e de cada entidade, já que suas informações serão utilizadas por diversos usuários.

Parte da discussão sobre os fatores externos comentados por E. Martins, V. Martins e E. A. Martins (2007) recai sobre a influência dos diferentes sistemas jurídicos: *common* e *code law*. Os dois modelos possuem qualidades e vieses e a contabilidade mundial já se deparou com ambos.

A Inglaterra e suas antigas colônias – Estados Unidos, Canadá, Austrália, países sul-africanos etc –, ou seja, os países que fizeram parte do império britânico, adotaram o *common law*, também conhecido como direito consuetudinário. Enquanto que os países que fizeram parte do império romano e aqueles invadidos por Napoleão – países da Europa Continental e antigas colônias ibéricas na América do Sul –, adotaram o *code/civil law* (Lopes & E. Martins, 2005, p. 52; La Porta, De-Silanes, & Shleifer, 2008, p. 288). Segundo La Porta, De-Silanes e Shleifer (2008, p. 288), há ainda um modelo híbrido adotado por alguns países, em que parte das suas leis é de um sistema jurídico e parte de outro, mas um desses sistemas, normalmente, prevalece.

Como o tratamento contábil dado e a sua operacionalização são afetados também por essa tradição legal, no modelo do *common law* a normatização é baseada em princípios – *principles-based* –, enquanto que no *code law*, em regras – *rules-based* (Lopes & E. Martins, 2005, p. 53).

Quando baseada em regras, as normas apresentam inúmeras exceções e orientações detalhadas e em grande quantidade (*Securities and Exchange Commission* [SEC], 2003). Correspondem a padrões rígidos que não permitem julgamentos, a não ser a localização em que o fato contabilizável deve ser classificado (*Financial Accounting Standards Committee* [FASC]. 2003, p. 74; Benston, Bromwich, & Wagenhofer, 2006, p. 168; E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007, p. 10). Por outro lado, a normatização baseada em princípios está relacionada a regras ou princípios mais gerais e de melhor qualidade, que representam obrigações fundamentais que todos devem seguir (J. Black, Hopper, & Band, 2007, p. 191).

A origem legal dos Estados Unidos, pautada no *common law*, não impediu, porém, que suas normas contábeis fossem mais baseadas em regras do que em princípios (SEC, 2003; Benston, Bromwich, & Wagenhofer, 2006, p. 165-167; Ernst&Young & Fipecafi, 2010, p. 10-11). Isso aconteceu, conforme destacou Nobes (2005, p. 16), porque alguns tópicos das normas do “US GAAP” (*United States Generally Accepted Accounting Principles*) continham regras extensas devido à falta de princípios, ou pela utilização inapropriada de algum princípio que não estava contido no *framework*. A prevalência da forma contábil sobre a essência, característica desse formato de normatização, permitiu que manobras que estivessem dentro da lei acontecessem, como o caso da Enron. Os Estados Unidos é, hoje, o país que tem o maior número de regras contábeis no mundo (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 44-56).

Ainda que o campo de subjetividade seja maior, conforme afirmam E. Martins, Diniz e Miranda (2012), atualmente, há uma preferência pela utilização de princípios como base de elaboração das normas contábeis, pois, segundo o FASC (2003, p. 74), é o tipo de normas que está mais de acordo com o propósito da contabilidade. O uso mais apropriado dos princípios reduz o reporte agressivo das demonstrações, a necessidade de regras detalhadas e, se bem construídos, necessitam de menos julgamento profissional (Nobes, 2005, p. 16; SEC, 2003; Agoglia, Douppnik, & Tsakumis, 2011, p. 750).

As normas internacionais do IASB (*International Accounting Standards Board*) apareceram como uma forma de normatização através de princípios¹, que substituiu a contabilidade local de diversos países, – Alemanha, França, Portugal, Brasil etc – sendo que em muitos deles, a contabilidade financeira sofria forte influência das regras fiscais (E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007; Barth, Landsman, & Lang, 2007, p. 468; Larson & Street, 2004; Street & Larson, 2004). Essa convergência aconteceu, pois, como afirmam E. Martins, Diniz e Miranda (2012), “A contabilidade passou a ser muito importante no mundo dos negócios, para cada um ter a sua” (p. 52).

As novas normas estão distanciando a contabilidade do negócio jurídico e aproximando-a ao universo da essência econômica (Bifano, 2010, p. 124). Essa evolução que a Contabilidade vem sofrendo nesses últimos anos tem como motivação, além da unificação, a tentativa de

¹ O estudo da SEC (2003) não concorda com a opinião de que as normas do IASB são baseadas em princípios. Segundo esse órgão, além de normas baseadas em princípios (*principles-based*), o IASB possui normas baseadas em regras (*rules-based*) e outras baseadas somente em princípios (*principles-only*).

aprimorar a informação passada para seus usuários, principalmente para seus credores e investidores, como destaca a primeira revisão do Pronunciamento Conceitual Básico (2011). Iudícibus (2007, p. 2) via o aumento da facilidade de transações internacionais e a expectativa de aumento dos investimentos no Brasil como benefícios evidentes da adoção das normas do IASB.

Para Gray (1988, p. 12-13), em relação à Contabilidade de origem anglo-saxônica, a Contabilidade brasileira era consideravelmente mais uniforme e menos flexível, continha maior quantidade de requerimentos legais, dificultando julgamentos profissionais, e era muito mais conservadora e bem menos transparente. Isso porque enquanto novas normas emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), fundamentadas nas normas do IASB, se baseiam em princípios, as brasileiras, vigentes até 2007, eram fortemente baseadas em regras, em leis, e fortemente influenciadas pelas regras fiscais (E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007; Iudícibus, 2007, p. 5; Ernst&Young & Fipecafi, 2010). Essa influência foi considerada um obstáculo conceitual fundamental na compreensão, aplicação e aceitação das normas internacionais (Ernst&Young & Fipecafi, 2010). Assim, para que a convergência à essas normas fosse possível, iria depender do alinhamento com alguns padrões, dentre eles, a desvinculação das contabilidades societária e tributária (J. Lima, 2010, p. 77). O próprio Pronunciamento Conceitual Básico (R1) tentou deixar clara tal desvinculação, ou seja, há a possibilidade de outros órgãos como governos, órgãos reguladores e autoridades tributárias determinarem exigências para atender seus próprios interesses, no entanto, tais exigências não podem afetar as demonstrações contábeis elaboradas conforme a atual Estrutura Conceitual.

Mas a teoria de desvinculação dessas contabilidades não corresponde à realidade, pelo menos no que tange o tema depreciação. Os estudos de Freire et al. (2012) e L. Reis e Nogueira (2012) verificaram a utilização de taxas de depreciação definidas pela Receita Federal pelas empresas do setor industrial, mesmo após a adoção das novas normas. Ressalta-se que, antes da adoção das normas do IASB, já era possível utilizar outras taxas para o cálculo da depreciação, porém, por comodismo e economia, as empresas brasileiras utilizavam as taxas tributárias (Iudícibus, 2007, p. 3-5; Freire et al., 2012, p. 14). Para Eberhartinger (1999, p. 95), a adoção das taxas fiscais acontecia com intuito de diminuir a carga de trabalho, já que as empresas teriam que fazer uma reconciliação das taxas para propósitos de impostos, assim,

seria preferível ignorar as taxas de depreciação econômica e utilizar aquelas fornecidas pela lei.

A utilização de taxas definidas pelos órgãos tributários não é exclusividade brasileira. Radu e Marius (2011) e Istrate (2012) verificaram que empresas romenas aplicavam taxas de depreciação para fins societários que estivessem dentro de um intervalo definido pelas regras fiscais.

Por esses motivos, ainda que tenha sido introduzido o Regime Tributário de Transição (RTT) e as contabilidades fiscal e financeira tenham sido separadas definitivamente, como afirma Mello (2011, p. 5-6), permanece a preocupação de ainda haver influência da Contabilidade Fiscal naquela para fins societários.

1.2 Problema de Pesquisa

Para Iudícibus (2007, p. 5), dada a cultura contábil brasileira, sua realidade econômica e jurídica, suas crenças e valores e a forte influência das regras tributárias, seria muito difícil fazer com que as novas normas fossem aplicadas em seu total vigor. Evidências disso são os estudos de Freire et al. (2012), L. Reis e Nogueira (2012), Barcellos, A. Silva e Costa Junior (2012) e A. Reis et al. (2013), que mostraram que mesmo após a adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*), as empresas não estavam apresentando informações exigidas pelas novas normas.

Assim, o problema deste estudo pode ser enunciado da seguinte forma: **Em quais aspectos, de divulgação e apresentação, as informações contábeis referentes à depreciação dos ativos imobilizados evoluíram antes e depois da adoção das IFRS nas maiores empresas abertas brasileiras?**

1.3 Objetivos da Pesquisa

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 36), os objetivos são orientações e devem mostrar aquilo que se deseja da pesquisa de forma clara. Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar a evolução da divulgação e da apresentação nas demonstrações financeiras anuais das informações referentes à depreciação dos ativos imobilizados no Brasil.

Para tanto, apresenta-se os seguintes objetivos específicos:

- (i) Verificar se há empresas que ainda estão utilizando as taxas de depreciação fiscal para fins societários e se antes da adoção das normas, alguma empresa já utilizava as taxas adequadas;
- (ii) Verificar se houve alteração nas taxas de depreciação antes e depois da adoção inicial das normas internacionais, para que se verifique se as empresas reavaliavam suas taxas com frequência;
- (iii) Analisar se e como foram apresentadas as taxas de depreciação ao longo dos anos; e
- (iv) Verificar se outras informações, exigidas pelas normas (antes e depois da adoção dos CPC), referentes à depreciação foram apresentadas, como método de cálculo, depreciação acumulada e despesa de depreciação.

1.4 Hipótese

Conforme G. Martins e Theóphilo (2009, p. 30-31), a hipótese de uma pesquisa corresponde a uma conjectura, uma antecipação à resposta do problema que pode ser aceita ou rejeitada pelos resultados da pesquisa. Segundo eles, tais hipóteses são testadas e comprovadas (ou não) através do suporte do referencial teórico e análise dos resultados obtidos, ajudando a contextualizar a essência do estudo científico.

Dado o fato de não se saber se houve uma mudança no comportamento dos elaboradores das demonstrações financeiras, como discutido por Iudícibus (2007) e E. Martins, Diniz e Miranda (2012), elaborou-se a seguinte hipótese:

- No Brasil, mesmo após a adoção das normas internacionais, as informações divulgadas e apresentadas nas Demonstrações Contábeis relativas à depreciação demonstram que as taxas adotadas, o método de cálculo e o formato de apresentação da depreciação acumulada e da depreciação do exercício ainda sofrem grande influência das regras fiscais e das normas anteriores de contabilidade, o que denota que não houve mudança de comportamento por parte dos elaboradores dessas demonstrações.

1.5 Justificativas e Contribuições

É necessário apresentar as razões de um estudo, explicar por que é conveniente realizá-lo e seus benefícios e consequências (Gil, 1999, p. 51; Sampieri, Collado, & Lucio, 2006, p. 40). Segundo Beuren (2009, p. 65), a justificativa de uma pesquisa está relacionada com sua relevância, e esta, por sua vez, está ligada ao fato (ou não) do estudo agregar novos conhecimentos (Gil, 1999, p. 65).

Segundo L. Reis e Nogueira (2012, p. 55), as alterações nos ativos imobilizados podem impactar, de maneira relevante, a estrutura das empresas dada a relevância desses ativos em seus patrimônios (especialmente em segmentos com grau de imobilização elevado) e o impacto que pode vir a ter no lucro, via depreciação; assim, percebe-se a importância da depreciação nos relatórios contábeis. Isso está de acordo com os dados levantados pela presente pesquisa, pois conforme obtido do software Economatica®, o ativo imobilizado das empresas analisadas representam, em 2012, a 30,97% do ativo total; enquanto que a despesa de depreciação corresponde a 50,31% do LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda) das empresas, nesse mesmo exercício.

Além disso, as taxas de depreciação são instrumentos potenciais de manipulação de resultado (Baptista, 2009, p. 234). Com o aumento dos julgamentos necessários, advindos da adoção das novas normas, e devido à separação das contabilidades fiscal e financeira, esse assunto pode ter se tornado ainda mais crítico.

B. Black (2001, p. 2) vê a assimetria informacional como um obstáculo para mercados acionários fortes. O *disclosure* é uma ferramenta que auxilia na redução dessa assimetria entre diversos agentes – gestores e investidores; majoritários e minoritários (B. Black, 2001; Lanzana, 2004). Após a adoção das normas internacionais, espera-se que as demonstrações tenham se tornado mais transparentes (SEC, 2003; Agoglia, Douppnik, & Tsakumis, 2011; J. Lima, 2010).

Dessa forma, ainda que o gerenciamento de resultados por meio da depreciação pareça mais provável dada a maior liberdade fornecida aos preparadores pelas novas normas, entende-se que, por apresentar mais informações para o usuário, tal transparência deveria dificultar essa manipulação, justificando-se, assim, uma pesquisa sobre tais informações.

No final de 2011, a própria CVM (Comissão de Valores Mobiliários) afirmou que seria dada uma atenção especial às informações apresentadas nas Notas Explicativas a partir das demonstrações referentes ao exercício de 2011, com destaque para 8 pontos principais; dentre eles, a explicação com mais detalhes do ativo imobilizado e suas taxas de depreciação por classe de imobilizado (Valor Econômico, 2011).

Como comentado, antes da adoção das IFRS, a contabilidade brasileira era voltada para atender ao interesse dos credores e do fisco, e por isso, se caracterizava pelo seu conservadorismo baseado em leis e regras. Com a adoção das normas internacionais, a contabilidade passou a ser baseada em princípios (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012), porém, “[...] uma coisa é mudar a norma, outra muito mais difícil, é mudar a prática, pois essa se nutre de todo o aparato jurídico e econômico, bem como das crenças e valores de cada país” (Iudícibus, 2007, p. 3). A maior dificuldade na convergência para as normas internacionais “[...] não é conhecer as novas normas, é a mudança de postura, mudança de comportamento” (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 58). Dessa forma, outra grande justificativa do presente estudo é o fato de não se saber se houve ou não alteração na prática,

no comportamento das pessoas, ao elaborar as demonstrações financeiras. Por esse motivo, sua maior contribuição reside no fornecimento de evidências da utilização de taxas fiscais e das normas anteriores de contabilidade ou da adoção plena das normas internacionais, no que tange a depreciação dos ativos imobilizados.

Muitos trabalhos científicos analisaram diversos aspectos da adoção das normas internacionais, seus impactos nos valores de ativos e passivos, benefícios, dificuldades de implantação etc.; contudo não foi possível encontrar muitas pesquisas recentes que versam sobre a depreciação, de uma maneira geral, como Baptista (2009), Freire et al. (2012), L. Reis e Nogueira (2012) e Graciliano e Fialho (2013). Assim, o presente estudo contribui com a literatura científica fornecendo uma nova perspectiva na análise da implementação das IFRS e da evolução da informação contábil.

Por fim, pode-se afirmar que a presente pesquisa tem como sua maior justificativa, preencher a lacuna existente no estudo da adoção das normas internacionais num tópico pouco abordado pela Contabilidade contemporânea: a depreciação.

1.6 Delimitações da pesquisa

Conforme Beuren (2009, p. 50), após a escolha do assunto, a sua delimitação é o desafio seguinte. De acordo com Eco (2001), um princípio fundamental para a elaboração de uma tese² é “quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha” (p. 10). Para que fosse possível estabelecer a finalidade do estudo, viu-se necessário estabelecer algumas delimitações de tempo, espaço e perspectiva sob a qual o objeto esteve focado (G. Martins & Theóphilo, 2009, p. 7).

Primeiramente, optou-se por delimitar aquilo que seria observado: as informações relativas à depreciação apresentadas nas demonstrações financeiras. Destaca-se também que se optou por não entrar no mérito de julgar/estudar a obtenção dessas informações e não está em seu

² Considerou-se possível extrapolar tal fundamento para outros formatos de trabalhos científicos, aplicando-se essa afirmação também ao presente estudo.

escopo avaliar a forma de mensuração dos ativos imobilizados ou qualquer outra informação a eles relacionada, que não a própria depreciação.

O estudo foi realizado nas maiores companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros), que possuíam ativos imobilizados e/ou despesas de depreciação durante todo o período estudado. A amostra final contou com 74 empresas analisadas, como comentado no tópico 3.2.

Com relação ao intervalo de tempo, foram utilizadas as demonstrações financeiras anuais referentes aos últimos 7 (sete) anos anteriores à finalização da presente pesquisa: 2006 a 2012. Destaca-se que tais demonstrações são divulgadas apenas no ano seguinte, assim, as informações estudadas se referem aos documentos apresentados de 2007 a 2013. A escolha de um período mais longo de tempo se deve ao fato de não haver pesquisas semelhantes mas, principalmente, devido às mudanças sofridas na Contabilidade nos últimos anos. Para que as conclusões pudessem ser mais relevantes, julgou-se necessário buscar um período anterior à adoção parcial das normas internacionais, para que assim se pudesse verificar as reais alterações trazidas pelas novas normas.

1.7 Estrutura do trabalho

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, como segue:

- Capítulo 1 – Introdução: nesta seção são apresentados o contexto em que o problema de pesquisa está inserido, os objetivos, justificativas, contribuições e delimitações da pesquisa.
- Capítulo 2 – Referencial Teórico: é apresentado o arcabouço teórico que serviu de base para a elaboração deste estudo. Os assuntos abordados por esta seção são: a evolução da Contabilidade do IASB e a do Brasil; as novas normas internacionais e o cálculo da depreciação; o cálculo da depreciação conforme as regras fiscais; e as teorias referentes à divulgação e transparência.

- Capítulo 3 – Metodologia da pesquisa: nesta seção são definidos e classificados a amostra de empresas analisadas, o período, a fonte, o instrumento e a forma da coleta dos dados.
- Capítulo 4 – Resultados: apresenta-se neste capítulo a exposição e análise dos dados e resultados obtidos.
- Capítulo 5 – Considerações Finais: são apresentadas as conclusões finais as quais se chegou pela análise dos dados, as implicações do estudo e as limitações da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A evolução da Contabilidade

Neste tópico comenta-se parte da história contemporânea da Contabilidade para clarificar a evolução da contabilidade internacional, visando explicar como ela chegou ao Brasil. Da mesma forma, pretende-se informar como era a contabilidade brasileira antes das IFRS.

Antes disso, entende-se importante apresentar o “porquê” e o “para quem” da Contabilidade.

Ressalta-se que a evolução de outras contabilidades do mundo atual, como a dos Estados Unidos, ainda que relevante, não é detalhada nesse trabalho por ter pouca relação com a presente pesquisa.

2.1.1 Os objetivos e os usuários da Contabilidade

Para Iudícibus, E. Martins e Carvalho (2005, p. 12) há diferenças entre o objetivo e o objeto da Contabilidade, mas que não são sempre claros. Os objetivos são, para Lopes e E. Martins (2007), “materializações para os quais os esforços são despendidos com a finalidade de consubstanciar uma ação” (p. 111). Por outro lado, o objeto é o contexto formal, que se altera conforme os eventos são captados e registrados (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 12).

Para E. Reis (1997, p. 23) compete à ciência contábil desenvolver uma estrutura que retrate a realidade econômica da entidade, sob a perspectiva de seu patrimônio, e que represente sua riqueza econômica. Dessa maneira, o objetivo principal da Contabilidade é permitir a cada grupo de usuários uma avaliação das situações financeiras e econômicas de forma estática e a realização de inferências sobre as tendências futuras da entidade, diminuindo a assimetria

informacional existente entre a empresa e o mercado (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 11; Iudícibus, E. Martins, & Gelbcke, 2007, p. 30). Já o seu objeto é esse patrimônio e suas variações quantitativas e qualitativas (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 12).

As necessidades de cada usuário são distintas, como mostra o Quadro 1, assim, Iudícibus (2009, p. 3-5) divide os objetivos da Contabilidade em duas abordagens: na primeira, o objetivo é fornecer aos usuários um conjunto básico de informações que atendem igualmente bem a todos; e a segunda abordagem leva em consideração a apresentação de informações completamente diferentes, para atender a necessidade de cada tipo de usuário.

Usuário da Informação Contábil	Meta que desejaria maximizar ou tipo de informação mais importante
Acionista minoritário	Fluxo regular de dividendos
Acionista majoritário ou com grande participação	Fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
Acionista preferencial	Fluxo de dividendos mínimos ou fixos
Emprestadores em geral	Geração de fluxo de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais os juros, com segurança.
Entidades governamentais	Valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
Empregados em geral, como assalariados	Fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez.
Média e alta administração	Retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Quadro 1 – Necessidades do usuário da informação contábil

Fonte: Iudícibus (2009, p. 5)

A existência de grupos distintos de usuários, com conhecimento e interesses diferentes sobre informação, faz com que a Contabilidade tenha a difícil missão de atender a todos com um único padrão (Dantas et al., 2005, p. 58). No entanto, com a adoção das normas internacionais e a influência dos Estados Unidos na elaboração de um pronunciamento técnico único entre FASB (*Financial Accounting Standards Board*) e IASB, os usuários foco das informações passaram a ser, apenas, os investidores e credores, como mostra o Pronunciamento Conceitual Básico (R1):

O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a

investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

É dever dos relatórios financeiros fornecer informações que auxiliem os investidores e credores “na verificação das quantidades, tempo e incerteza dos recebimentos de caixa futuros advindos de dividendos ou juros”, respectivamente, e também dos recebimentos relacionados às vendas e à maturidade de títulos e empréstimos (Lopes & E. Martins, 2007, p. 113). Dessa forma, o objetivo das demonstrações financeiras é, além de fornecer informações referentes à posição financeira da entidade, apresentar os resultados obtidos pela atuação dos gestores e sua capacitação na prestação de contas sobre os recursos que lhes foram confiados (Ernst&Young & Fipecafi, 2010, p. 3).

2.1.2 A normatização contábil

Como comentado, a Contabilidade nasceu gerencial, mas sem qualquer tipo de normatização (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 43). Com o passar dos anos, outros *players* foram aparecendo e a Contabilidade se transformou em um complexo sistema de informação e avaliação (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 11).

Com a separação das figuras do gestor e do proprietário, a Contabilidade apareceu para diminuir a assimetria informacional entre eles, através de boas informações (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 11; E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 44). Em países em que era dominada pelos bancos, como os da Europa Continental, ela passou a ser normatizada, utilizando o Princípio do Conservadorismo, como mostra a Figura 1 (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 43-44). Ainda assim, segundo E. Martins, Diniz e Miranda (2012, p. 43), mesmo em países extremamente normatizados, duas empresas não possuem contabilidades idênticas.

Enquanto que na normatização contábil voltada para os investidores, as normas eram produzidas pelos próprios contadores, naquela voltada para os credores, a normatização era realizada pelo Estado (E. Martins, Diniz, & Miranda, p. 44).

Figura 1 – Surgimento da contabilidade europeia
Fonte: E. Martins, Diniz, & Miranda (2012, p. 45)

Eberhatinger (1999, p. 94) afirma que os resultados econômicos de uma empresa podem ter dois objetivos: para pagamento de impostos e para informar os usuários. Contudo, ela afirma que a finalidade dos relatórios financeiros e fiscais é bastante distinta. Para o primeiro, as demonstrações fornecem informações para os usuários e documentação para a própria empresa, o que necessita de julgamento e flexibilidade, para que se possa chegar à visão “justa e verdadeira”. Já no segundo, as demonstrações visam tratar os contribuintes de forma igualitária.

Para Iudícibus, E. Martins, e Carvalho (2005, p. 10) é indispensável considerar o Estado como um dos *stakeholders* da Contabilidade. Sua utilidade, nesse caso, está pautada na arrecadação de tributos e pode ser por ela influenciada, como aconteceu nos países latinos (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 47). Essa é a opinião também de outros pesquisadores: se um método contábil, adotado para fins de reporte, também afeta a contabilidade fiscal, terá sua contabilidade financeira influenciada pelos impostos (Eberhatinger, 1999, p. 95; Pohlmann & Alves, 2004, p. 257). Quando voltada para pagamento de imposto de renda, a contabilidade tende se a tornar mais conservadora – onde se escolhem os menores valores para os ativos e receitas, e os maiores para os passivos e despesas – com o intuito de postergar o pagamento de tributos (E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007, p. 11; Lopes & E. Martins, 2005, p. 73).

Nos países germânicos, a Contabilidade que protegia o credor passou a ser utilizada também para fins de arrecadação de impostos. Isso não aconteceu, no entanto, com os países do mundo latino, cujo empresariado não foi capaz de se impor e a Contabilidade se tornou fiscalista. Na Inglaterra, por outro lado, criou-se uma Contabilidade à parte, para fins tributários (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 46-47).

Estudos indicaram que uma das barreiras para a convergência ao IFRS, em vários países europeus, foi a forte ligação entre essas contabilidades. Dentre eles estão: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Eslováquia, Espanha, França, Finlândia, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Portugal, República Tcheca, Romênia, Suécia e Suíça (Larson & Street, 2004; Street & Larson, 2004). A pesquisa de Eberhartinger (1999, p. 105), corrobora com essas visões. A autora fez uma comparação entre as contabilidades da Alemanha e da França antes desses países adotarem as normas internacionais e percebeu que apesar de ambos os países terem as suas contabilidades financeiras fortemente influenciadas pelas contabilidades fiscais, suas origens foram diferentes. Na França, havia uma lacuna de regras contábeis detalhadas até o meio do século passado, que acabou preenchida pelas regras fiscais. Já na Alemanha, a contabilidade financeira era utilizada para fins de cálculo de impostos, o que levava a uma inversão de influência fiscal sobre o reporte financeiro.

De acordo com E. Martins, V. Martins e E. A. Martins (2007, p. 15), em países com origem no *common law*, criou-se um balanço especial para fins de imposto de renda, pois para eles, o Estado corresponde a um usuário especial. Na França também havia essa exigência, contudo, na maioria das vezes, as empresas preferiam fazer apenas uma demonstração que satisfizesse as regras fiscais e financeiras, para facilitar a contabilidade (Eberhartinger, 1999, p. 106).

As Contabilidades germânica e latina são muito mais baseadas em regras, dadas essas origens comentadas. Enquanto que a normatização inglesa é mais baseada em princípios. As normas baseadas em regras correspondem a orientações detalhadas e em grande quantidade, e que apresentam muitas exceções (SEC, 2003). O FASC (2003, p. 74) entende que esse tipo de normas tem pouca relevância, já que não reflete a realidade econômica da empresa que está representando. O estudo da SEC (2003) destaca ainda que, mesmo que a intenção de se elaborar normas baseadas em regras extremamente detalhadas seja diminuir a possibilidade de julgamento, isso em si é impossível; isso porque um preparador de normas não consegue criar

uma norma que aborde todos os tipos de situações existentes. Dessa maneira, regras detalhadas levam a existência de lacunas e inconsistências, e quanto mais regras são criadas para acabar com tais lacunas, mais delas são criadas (J. Black, Hopper, & Band, 2007, p. 192).

Contudo, há benefícios nessa forma de normatização que motivaram sua utilização. Regras detalhadas proporcionam um padrão claro de comportamento e mais segurança (J. Black, Hopper, & Band, 2007, p. 192). O profissional contábil tende a se sentir mais seguro porque além de correr menos riscos e não ser necessário que assuma posições, se a regra for bem interpretada, impede que ele seja acusado de incapacidade, erro ou fraude, o que reflete certo grau de comodismo e conformismo (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 14; E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007, p. 11; E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 51).

Uma das características qualitativas das demonstrações financeiras é a Comparabilidade. Para Hendriksen e Van Breda (1991, p. 141), essa característica depende de duas outras: uniformidade e consistência. A consistência é a comparabilidade no tempo, ou seja, envolve a utilização de mesmos procedimentos contábeis por uma empresa ao longo dos anos (Hendriksen & Van Breda, 1992, p. 141-142; Pronunciamento Conceitual Básico [R1]; Iudícibus, 2009, p. 64). Por outro lado, a comparabilidade também envolve a comparação com outras empresas; em que eventos semelhantes são contabilizados da mesma forma e eventos diferentes, contabilizados de maneiras diferentes (Hendriksen & Van Breda, 1992, p. 141-142; Pronunciamento Conceitual Básico [R1]). Para o FASC (2003, p. 74), esse modelo baseado em regras permite que haja comparabilidade e consistência. No entanto, a SEC (2003) destaca que há a possibilidade de existir normas conflitantes que podem ser interpretadas de formas diferentes dependendo do usuário, o que acarretaria contabilizações distintas para transações semelhantes, indo de encontro a essas características qualitativas.

A aplicação de normas baseadas em princípios é muito mais complexa e exige mais da capacidade do profissional contábil. Nela, as normas são baseadas em conceitos econômicos e exigem que o administrador e o auditor apliquem julgamento e conhecimento sobre o assunto em sua elaboração (FASC, 2003, p. 74; J. Lima, 2010, p. 80). Segundo o estudo da SEC (2003), a responsabilidade desses profissionais é muito maior neste tipo de abordagem do que

na baseada em regras. Além disso, essa forma de normatização exige do contador “[...] capacidade de interpretação, responsabilidade pela decisão de como contabilizar, do que aceitar na auditoria etc.” (E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007, p. 15).

Os estudos do FASC (2003, p. 74) e da SEC (2003) ressaltaram a existência de argumentos contra a utilização desse tipo de modelo para elaborar normas. Segundo essas opiniões, esse modelo de normatização leva a resultados que não são comparáveis nem consistentes e preocupam preparadores e auditores, já que a “boa fé” dos julgamentos pode não ser aceita pelas agências reguladoras. Contudo, a SEC (2003) entende que essas críticas são dirigidas à normatização baseada somente em princípios (*principles-only*³), que é distinta da forma que está sendo tratada aqui (*principles-based*).

A normatização baseada em princípios é superior, pois evita as armadilhas da “engenharia financeira” da normatização baseada em regras, e fornece amparo suficiente para os preparadores e auditores das demonstrações contábeis. Com isso, as demonstrações se tornam mais transparentes e comparáveis porque refletem a substância econômica das transações e eventos das organizações (SEC, 2003; Agoglia, Douppnik, & Tsakumis, 2011; Barth, Landsman, & Lang, 2008, p. 468).

2.1.3 A contabilidade do IASB

O IASC (*International Accounting Standards Committee*) foi criado em 1973 com o objetivo de desenvolver um conjunto de normas, internacionalmente aceitas e de alta qualidade. Com sede em Londres, tal órgão reuniu representantes de diversas nações e trouxe a perspectiva daqueles que produzem, auditam, utilizam e estudam as demonstrações financeiras (Barth, Landsman, & Lang, 2008, p. 471; E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007, p. 17).

O IASC nasceu em um continente que possuía três correntes contábeis: inglesa, germânica e latina. Dada a origem legal dessas últimas, não serviam aos interesses dos

³ Na normatização baseada somente em princípios, normalmente não se fornece orientações suficientes para seus usuários, o que dificulta sua operacionalização (SEC, 2003).

investidores/credores e usuários externos, respectivamente. Decidiu-se, então, por utilizar a filosofia anglo-saxônica (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 52).

Esse órgão estabeleceu um conjunto de normas próprias, diferenciadas das normas americanas – predominantes até então, devido à importância econômica do país –, mas com o mesmo padrão conceitual básico (Iudícibus, 2007, p. 2). Sua primeira norma foi estabelecida em 1975 e em 2001, esse comitê foi reestruturado e se tornou o IASB (Barth, Landsman, & Lang, 2008, p. 471).

Com a intenção de colaborar com o funcionamento do mercado interno, em julho de 2002, a União Europeia determinou que, a partir de 1º de janeiro de 2005 as companhias listadas nos países membros deveriam aplicar as IFRS/IAS (*International Accounting Standards*) para suas contas consolidadas (Regulamento Comissão Europeia [CE] n. 1.606/02). Os objetivos desse regulamento são: contribuir para o bom funcionamento dos mercados de capitais, proteger os investidores e manter a confiança dos mercados financeiros. Além disso, pretende contribuir com uma concorrência mais igualitária dos recursos financeiros dos mercados de capitais dentro e fora da União Europeia.

O artigo 5º do Regulamento CE n. 1.606/02 dá, no entanto, a permissão para que cada estado membro decida se as informações sob as normas internacionais serão autorizadas ou requeridas para as demonstrações individuais das entidades listadas e para as entidades que não estão listadas e suas contas individuais. As pesquisas de Street e Larson (2004) e Larson e Street (2004) estudaram a utilização dessa permissão dada pelo Regulamento; contudo, suas conclusões foram opostas. Enquanto que em Larson e Street (2004, p. 112-113) todos os países europeus que estudaram iriam aplicar tal decisão, no estudo de Street e Larson (2004) houve uma menor aceitação. Além do fato de que, na época, os países do estudo de Larson e Street (2004) serem novos na União Europeia – grande parte dos países do leste europeu – e estarem mais abertos a mudanças do que os países da pesquisa de Street e Larson (2004) – maioria da Europa ocidental –, os autores acreditam que essa rejeição pode estar relacionada ao fato de que os países da Europa ocidental tinham sua contabilidade financeira mais ligada à fiscal.

Nos Estados Unidos, desde 2007, a SEC passou a aceitar a apresentação das demonstrações contábeis no padrão IFRS para empresas estrangeiras listadas na bolsa de valores de Nova

York (Costa, Theóphilo, & Yamamoto, 2012, p. 111). Atualmente, o IASB e o FASB vem desenvolvendo projetos de normas em conjunto que podem ser encontrados nos sítios eletrônicos dos *boards*. Um documento da Fundação IFRS (2013) demonstrou através de uma linha do tempo a evolução da adoção das normas do IASB pelo mundo:

Figura 2 – Histórico das IFRS pelo mundo

Fonte: Baseada em linha do tempo apresentada em documento da Fundação IFRS (2013).

2.1.4 A Contabilidade Brasileira e a Influência da Contabilidade Fiscal

O Brasil não foi exceção na adoção das normas internacionais, mas a convergência se realizou alguns anos após a dos países da União Europeia. Antes disso, a Contabilidade financeira brasileira, assim como em outros países latinos, era fortemente influenciada pela Contabilidade fiscal.

Como comentado, as origens legais brasileiras estão ligadas ao *code law*. O Brasil, assim como outras colônias latino-americanas de Portugal e da Espanha, teve sua tradição legal fortemente influenciada pela francesa. Isso porque, além do fato de Napoleão ter invadido os países da Península Ibérica, havia a questão da proximidade das línguas (La Porta, De-Silanes, & Shleifer, 2008, p. 290).

A normatização propriamente dita da Contabilidade do Brasil existe desde a metade do século XIX, com a edição do Código Comercial de 1850 (Bifano, 2010, p. 119). O artigo 10 desse código determinava que todos os comerciantes deveriam seguir uma única forma de contabilidade e escrituração e possuir os livros necessários para isso, entretanto, não havia ainda a obrigatoriedade da utilização do método de partidas dobradas ou um modelo padrão de demonstrações no Brasil (Schmidt & J. Santos, 2012, p. 28-29).

Anos mais tarde, entrou em vigência a Lei n. 1.083 de 1860. Seu parágrafo 9º, artigo 2º, determinava que os gerentes de sociedades anônimas eram obrigados a publicar e enviar para o Governo, seus balanços, demonstrações e documentos determinados pelo regulamento do Governo da época. O modelo padrão de demonstrações apareceu somente com o Decreto n. 2.679 de 1860.

Quase um século depois, em 1940, foi introduzido o Decreto-Lei n. 2.627/40, cujo capítulo XIII versava sobre o balanço geral, amortizações, reservas e dividendos. Conforme Geron (2008, p. 22), já nessa época, as práticas contábeis eram influenciadas pela legislação fiscal, visando a apuração do imposto de renda. Por outro lado, para Schmidt e J. Santos (2012, p. 31), esse Decreto-Lei consolidou a influência europeia na contabilidade brasileira.

Em maio de 1946 foi criado o CFC (Conselho Federal de Contabilidade), por meio do Decreto-Lei n. 9.295/46, para regular acerca dos princípios contábeis e, além de outras funções, editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional. A finalidade da criação desse Conselho era de orientar, normatizar e fiscalizar a profissão contábil no Brasil, através de conselhos regionais (Geron, 2008, p. 12).

No final de 1976, pela Lei n. 6.385/76, foi criada a CVM, que, segundo Geron (2008, p. 11), tem o papel de “zelar pela regularidade e confiabilidade das informações colocadas à disposição do mercado pelas companhias”. Ainda nesse mesmo ano, o Brasil deu o primeiro passo para levar a sua contabilidade para a filosofia anglo-saxônica, com a Lei n. 6.404/76, que revogou grande parte do Decreto-Lei n. 2.627/40 (E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007, p. 19). As inovações trazidas por essa lei vão desde alterações no que se refere às Demonstrações Contábeis e seus elementos até os princípios estabelecidos, visando a ampliação da quantidade e da qualidade das informações divulgadas, com o intuito de fortalecer o mercado de capitais brasileiro (Geron, 2008, p. 23).

Com o Decreto-Lei n. 1.598/77 apareceu a figura de um balanço especial, que deveria auxiliar na separação entre as Contabilidades financeira e fiscal, o LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real). No entanto, tal separação não foi efetivamente cumprida (E. Martins, V. Martins, & E. A. Martins, 2007, p. 19; Geron, 2008, p. 13). Um exemplo disso é que, no caso das depreciações dos ativos imobilizados, a Lei n. 6.404/76 dava a permissão das empresas empregarem outras taxas além das fiscais, mas, devido à tradição legal, não eram utilizadas (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 14). E. Martins et al. (2013, p. 14) vão além, e explicam que o motivo dessa opção não ser utilizada está relacionada também a impossibilidade de dedução posterior de tal despesa se ela fosse menor que a depreciação fiscal, ou seja, quando uma entidade optasse por registrar valor menor do que o permitido pela Receita Federal, por julgar que melhor representava a realidade da empresa, perdia a possibilidade de deduzir a diferença no cálculo do imposto de renda. Assim, ainda que não houvesse uma influência fiscal direta para não utilizar critérios que, segundo esses autores, possuíam melhor qualidade, a interferência indireta era certa.

Nas últimas duas décadas muito se vem discutindo sobre a modernização da Lei das S/A, com o objetivo de torná-la responsiva às necessidades brasileiras e globais, quando se fala de

informação (Ernst&Young & Fipecafi, 2010). Em 1990, foi dado o segundo passo para a convergência, com a criação da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM, que passou a emitir normas alinhadas às internacionais, porém limitadas a Lei n. 6.404/76 (Iudícibus, 2007, p. 2; E. Martins et al., 2013, p. 24; Ernst&Young & Fipecafi, 2010).

Em 2000, o Projeto de Lei n. 3.741/00 foi apresentado à Câmara dos Deputados. Esse projeto, propunha algumas modernizações para a Lei n. 6.404/76, eliminava algumas barreiras regulatórias existentes e alinhava as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais (Ernst&Young & Fipecafi, 2010).

A criação do CPC pela Resolução CFC n. 1.055/05 e a aderência da CVM auxiliaram ainda mais nesse processo. Fundado por seis entidades do direito privado, esse comitê ficou responsável por centralizar e conciliar os interesses de diversas categorias (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 57). Essas categorias atualmente possuem direito a voto e são representadas pelas entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), BM&FBOVESPA, CFC, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIIPECAFI). Outros órgãos foram convidados e participam mensalmente do trabalho desse comitê e possuem direito a voz, mas não de voto: Banco Central do Brasil (BACEN), CVM, Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (Costa, Theóphilo, & Yamamoto, 2012, p. 112).

O objetivo desse comitê, conforme a Resolução CFC n. 1.055/05 é:

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. (artigo 3º)

Assim, o trabalho do CPC se resume a estudar, traduzir e adequar as normas internacionais de Contabilidade às leis brasileiras, e posteriormente, levá-las a audiência pública para melhoramentos e sugestões (Costa, Theóphilo, & Yamamoto, 2012, p. 111).

Somente entre os anos de 2007 a 2011, o CPC elaborou 65 documentos, baseado nas normas do IASB: 42 pronunciamentos técnicos, os CPCs; 5 orientações técnicas, chamadas de OCPCs; 17 interpretações técnicas, denominadas ICPCs; e uma estrutura conceitual, também conhecida como *framework* (Costa, Theóphilo, & Yamamoto, 2012, p. 111).

Contudo, no Brasil não é permitido aos órgãos governamentais delegarem funções a outras instituições. Dessa forma, as normas do CPC, para serem seguidas por essas instituições, devem ser (re)emitidas por elas, que podem ser órgãos públicos, como CVM, BACEN e SUSEP, ou privados, como o CFC (E. Martins et al., 2013, p. 15).

Mas foi a Lei n. 11.638/07 que realmente mudou a contabilidade brasileira. Promulgada em 28 de dezembro de 2007, e com origem no Projeto de Lei n. 3.741/00, sua finalidade principal era eliminar as barreiras regulatórias que impediam o processo de convergência às normas internacionais (Iudícibus, 2009, p. 285). No entanto, de forma diversa ao que ocorreu na Europa a adoção das normas internacionais no Brasil ocorreu em duas etapas. A primeira se deu em 2008 e 2009 e correspondeu à aplicação parcial das novas normas, ou seja, nem todas as IAS foram aplicadas inicialmente. A segunda etapa aconteceu a partir de 2010 com a adoção completa das normas, conhecida como *full IFRS* (R. Silva, 2013, p. 9-11).

Com a adoção das novas normas, a separação das contabilidades fiscal e financeira passou a ser mandatória. Além do LALUR, o RTT de apuração do lucro real e o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) foram outras ferramentas utilizadas para a separação das contabilidades fiscal e societária. O artigo 16 da Lei n. 11.941/09 estabeleceu que as alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07 (novos critérios e métodos contábeis), buscando a neutralidade tributária, não teriam efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica que estiver sujeita a esse regime. Contudo, a obrigatoriedade do RTT veio mesmo em 2010. Nos anos de 2008 e 2009, conforme o segundo parágrafo do artigo 15 da Lei n. 11.941/09, sua adoção era optativa.

A Instrução Normativa (IN) n. 949/09, alterada pela IN n. 1.139/11 – ambas da Receita Federal –, além de regulamentar o RTT, instituiu também que, a partir de 2009, os registros contábeis para fins tributários deveriam ser feitos no LALUR e no FCONT, que corresponde à escrituração de contas patrimoniais e de resultado, por meio de partidas dobradas, utilizando

os métodos e critérios da legislação tributária (IN n. 949/09; Bifano, 2010, p. 124; Parecer Normativo n. 1/11). No ano de 2013, no entanto, apareceram alguns debates sobre o RTT, dado o advento da IN n. 1.397/13, que ao de dispor sobre esse regime, trouxe algumas dúvidas sobre a retroatividade da cobrança de impostos sobre o lucro distribuído conforme as IFRS. Em novembro, porém, foi publicada a Medida Provisória (MP) n. 627/13 que revogou o RTT. Esse regime não será mais aplicado, obrigatoriamente, a partir de 1º de janeiro de 2015, mas, conforme seu artigo 71, as empresas podem optar por seguir algumas disposições dessa MP já a partir do ano-calendário de 2014⁴.

Com algumas exceções, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC são traduções das normas do IASB. As diferenças são adaptações específicas, da linguagem, ou de situações não permitidas pelas leis brasileiras (E. Martins et al., 2013, p. 20; Costa, Theóphilo, & Yamamoto, 2012). Assim, pode-se afirmar que as demonstrações contábeis sob o CPC estão “de acordo com as IFRSs”, contudo afirmar que as demonstrações sob IFRS estão de acordo com o CPC seria um erro, devido a essas restrições (Costa, Theóphilo, & Yamamoto, 2012, p. 125).

As alterações promovidas pelas novas normas vão desde novas formas de cálculo até novas exigências relacionadas à apresentação, mas sempre com a intenção de se basear em princípios e na necessidade de prevalência da essência sobre a forma. Segundo Baptista (2009, p. 236), tais modificações podem ser classificadas em três grupos: de critério contábil, de classificação e de incorporação de operações fora do balanço (*off-balancesheet transaction*) na escrituração.

De acordo com J. Lima (2010, p. 78), o que se espera da convergência é uma maior transparência e qualidade das informações, devido à vinculação anterior da contabilidade com a legislação e regulamentação governamentais. Ela traz também outros benefícios, como a redução dos custos – pois as empresas passam a utilizar apenas um padrão contábil –, e o melhor entendimento e comparação por parte de investidores internacionais (Iudícibus, 2007, p. 3). Conforme o estudo de Barth, Landsman e Lang (2008, p. 496), empresas que aplicam as normas internacionais emitidas pelo IASB em relação as que aplicam as normas locais normalmente apresentam níveis menores de gerenciamento de resultado, maior

⁴ Ressalta-se que, tanto a IN n. 1.397/13, quanto a MP n. 627/13 não afetam os resultados desse trabalho por se tratarem de normas que serão aplicadas em períodos posteriores ao analisado.

tempestividade no reconhecimento de perdas e maior *value relevance* na contabilidade. Esse estudo foi aplicado em empresas de 21 países que adotaram as normas do IASB de 1994 a 2003; da mesma forma, as pesquisas de J. Lima (2010, p. 187) e R. Silva (2013, p. 178-179), descobriram que essa conclusão também é aplicável às empresas no Brasil.

Porém, a plena adoção das normas internacionais e a separação da contabilidade fiscal não aconteceram no momento em que a Lei 11.638/07 entrou em vigência. A pesquisa de Freire et al. (2012), sobre a aderência das IFRS no setor de bens industriais com foco no estudo da utilização das taxas de depreciação, mostrou que a maioria das empresas estudadas utilizava, até 2008, taxas de depreciação fiscais. Essa pesquisa mostrou também que os critérios de taxas de depreciação baseadas na vida útil econômica dos bens, passaram a ser adotados apenas a partir de 2009 e de maneira gradual, com a vigência de novo ordenamento contábil.

Havia ainda a preocupação de que a adoção das normas do IASB no Brasil enfrentasse outros obstáculos como: problemas de *enforcement*, prevalência da forma jurídica sobre a essência econômica das transações, deficiências no sistema educacional dos profissionais de Contabilidade, profissionalismo deficiente e predominância do controle legal (Ernst&Young & Fipecafi, 2010, p. 11). Entretanto, apesar de ainda haver resistência por parte de algumas empresas, a maioria está interessada nas mudanças trazidas pela convergência (Iudícibus, 2007, p. 3; E. Martins, Diniz e Miranda, 2012, p. 57). A pesquisa de Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011), ainda que focada em pequenas e médias empresas, mostrou que há pouca diferença na opinião de entidades de diversos países com diferentes ordenamentos jurídicos no que tange a aceitação das normas internacionais, o que, para eles, se deve à campanha que o IASB vem fazendo há alguns anos para a convergência.

2.2 O Ativo Imobilizado na Contabilidade

Há diferenças nas definições de ativos imobilizados, se consideradas aquelas de antes e depois da adoção das normas internacionais. Antes, a Lei n. 6.404/76 definia o ativo imobilizado como “os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial”. A Resolução do CFC n. 1.025/05 exigia ainda, em seu item 19.1.2.4,

que para ser considerado como imobilizado, o ativo deveria ter expectativa de duração superior a doze meses. Assim, para Iudícibus, E. Martins e Gelbcke (2007, p. 190), esse ativo inclui todos os bens que possuam permanência duradoura e que sejam destinados ao funcionamento da empresa, ou seja, terrenos, obras civis, máquinas, móveis, veículos, direitos sobre recursos naturais, além de outros.

O Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, norma correspondente ao IAS 16 - *Property, plant and equipment* do IASB – que trata do reconhecimento, mensuração e divulgação dos itens desse ativo –, junto à Lei n. 11.638/07, alteraram parte dessa definição. Ativos imobilizados correspondem, agora, aos direitos cujo objeto corresponde a bens corpóreos que são destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive bens decorrentes de operações que transfiram à empresa seus benefícios, riscos e controle, aos quais se espera utilizar por mais de um período (Lei n. 11.638/07; CPC 27). Com essas definições, segundo E. Martins et al. (2013, p. 275), subentende-se que no grupo de contas do ativo imobilizado devem ser incluídos todos ativos que sejam tangíveis, corpóreos e de permanência duradoura, que sejam destinados ao funcionamento normal da entidade e seu empreendimento, assim como os direitos que sejam exercidos com essa mesma finalidade. Assim, pode-se afirmar que a Lei n. 11.638/07 alterou o conceito de ativo imobilizado e passou a admitir o registro de ativos que não são de propriedade da empresa, mas estão sob seu controle (E. Martins et al., 2013, p. 23).

O ativo imobilizado deve ser inicialmente reconhecido pelo seu custo, que inclui o preço pago para adquiri-lo, os custos para colocá-los nas condições de uso e os custos que se espera incorrer para desmontá-lo e removê-lo (Resolução CFC n. 1.025/05; CPC 27). Conforme o IAS 16, após seu reconhecimento inicial, sua mensuração pode ser feita pelo custo ou reavaliação. Contudo, no Brasil, dado o impedimento legal das Leis n. 11.638/07 e 11.941/09 para a utilização do método da reavaliação, após o primeiro momento de reconhecimento, esse ativo deve ser apresentado apenas ao custo reconhecido menos depreciação e perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas (CPC 27). Tal impedimento fez com que o CPC, quando da tradução da norma, incluísse “se permitida legalmente”, à possibilidade de se realizar a reavaliação (Costa, Theóphilo, & Yamamoto, 2012, p. 119).

É importante destacar que a interpretação técnica ICPC 10 deu às empresas a possibilidade de avaliar o ativo imobilizado e propriedades para investimento pelo seu valor justo, quando da adoção inicial das normas internacionais, em linha com a IFRS 1 – *First Time Adoption of IFRSs*. Segundo essa interpretação, essa opção, conhecida como custo atribuído ou *deemed cost*, deve ser feita quando o valor contábil for consideravelmente maior ou menor que o seu valor justo. A Deliberação n. 619/09 da CVM estabeleceu que as empresas que não adotaram o custo atribuído deveriam justificar as razões em nota explicativa.

Entretanto, antes da adoção das normas internacionais, a reavaliação de ativos era permitida pela Lei n. 6.404/76. Quando esse ajuste era realizado, era necessário um Laudo de Avaliação elaborado por três peritos, os ativos eram, assim, reajustados ao valor de mercado, a vida útil era revista e a depreciação novamente determinada (Geron, 2008, p. 68).

É importante destacar também que, antes da adoção das normas internacionais, ativos como rebanho reprodutor e culturas permanentes eram, como outros ativos imobilizados, mensurados a custo (Iudícibus, E. Martins e Gelbcke, 2007, p. 191). Atualmente, tais ativos devem ser mensurados a valor justo e possuem um CPC próprio (CPC 29; E. Martins et al., 2013, p. 277). Outra mudança importante relaciona-se aos ativos incorpóreos, que passaram a ser classificados no Ativo Intangível (E. Martins et al., 2013, p. 275).

Com as novas normas, em todo final de período de reporte, a entidade deve avaliar se há indícios de desvalorização do imobilizado, ou seja, se o seu valor contábil é superior ao seu valor recuperável; em caso afirmativo, ela deverá estimar o valor recuperável do mesmo, conforme o CPC 01 (R1).

De acordo com o CPC 27, o ativo imobilizado pode ser dividido em classes, que correspondem a grupos de ativos com natureza e uso similares. Esse CPC trouxe ainda alguns exemplos dessas classes: (i) terrenos; (ii) terrenos e edifícios; (iii) máquinas; (iv) navios; (v) aviões; (vi) veículos a motor; (vii) móveis e utensílios; e (viii) equipamentos de escritório. Os que foram considerados mais importantes para o presente trabalho são:

- Edifícios/Construções – Imóveis adquiridos ou custos incorridos na construção de imóveis utilizados nas operações (Matarazzo, 2008).

- Instalações – inclui equipamentos, materiais e custos de implantação das instalações auxiliares à produção (E. Martins et al., 2013).
- Máquinas e equipamentos – imobilizados dessa natureza utilizados no processo de produção (E. Martins et al., 2013).
- Móveis e utensílios – mesas, cadeiras, máquinas de calcular, etc. que se espera utilizar por mais de um ano (Matarazzo, 2008; E. Martins et al., 2013).
- Veículos – veículos da administração, do pessoal de vendas ou de cargas (Matarazzo, 2008; E. Martins et al., 2013).
- Equipamento de processamento de dados – *hardware* e unidades periféricas de processamento (E. Martins et al., 2013).

Ressalta-se que dadas as características particulares de cada empresa, as contas que podem aparecer no ativo imobilizado serão diferentes de uma para outra (Matarazzo, 2008, p. 60).

2.3 A Depreciação: Definições e Cálculo

A depreciação é um tema que vem há muito tempo sendo estudado. Ela começou a ser discutida já no século XVI, mas somente em meados do século XIX é que ela passou a ser considerada importante, devido ao desenvolvimento das ferrovias (Saliers *apud* Guimarães, 1981, p. 5).

Durante a pesquisa bibliográfica, foi possível localizar diversos livros do início do século passado que tratavam sobre o tema, que não foram utilizados na presente pesquisa devido ao seu enfoque estar voltado à Contabilidade contemporânea. Alguns estudos não tão antigos, no entanto, foram apresentados para auxiliar a contar um pouco da história e das especificidades

desse assunto, cujas discussões não se devem somente aos dias de hoje (Reynolds, 1961; Ramos, 1968; Guimarães, 1981; E. Reis, 1997).

Com exceção de terrenos⁵ e alguns outros itens, os elementos que compõem o ativo imobilizado possuem um período de vida útil limitado (E. Martins et al., 2013, p. 301). Essa vida útil é representada pela figura da depreciação, que segundo o CPC 27, “é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil”. Para E. Martins et al. (2013, p. 301), quando o ativo imobilizado possui um período limitado de vida útil econômica, deve ter seu custo alocado de forma sistemática nos exercícios que forem beneficiados pelo seu uso, ao longo dessa vida útil.

É importante destacar as diferenças entre os termos depreciação, amortização e exaustão. Há muitos anos essas distinções são destacadas em trabalhos acadêmicos, como o de Ramos (1968, p. 13-14) e o de Guimarães (1981, p. 6-7). Os conceitos desse último autor são muito semelhantes ao que se tem atualmente, definidos pela legislação societária através da Lei n. 6.404/76. O segundo parágrafo do artigo 183 dessa Lei traz que a redução dos valores dos ativos imobilizado e intangível deve ser registrada em contas de depreciação quando se tratar de bens físicos sujeitos a desgaste. A conta de amortização é utilizada para perda de valores de capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e a de exaustão, quando houver perda de valor decorrente da exploração de recursos minerais, florestais ou de bens aplicados nessa exploração.

Ainda que seja muito difundida a ideia do contrário, a depreciação está relacionada ao caixa mas não, necessariamente, com o caixa do período em que são registradas. Corresponde aos reembolsos de fundos passados, utilizados na aquisição do imobilizado (E. Reis, 1997, p. 46). Ela representa uma diferença temporal entre caixa e resultado: é a diferença entre os valores dos desembolsos na aquisição do ativo e os valores que serão recebidos na sua venda (E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 131). Se o imobilizado for alienado com lucro ou prejuízo, esse valor corresponderá a uma retificação dos valores anteriormente contabilizados. Isto é, a venda do imobilizado produz uma entrada de caixa que, quando confrontada com o dinheiro gasto na aquisição do ativo, fornece o valor que foi efetivamente sacrificado pela sua utilização (E. Martins, 1999, p. 2).

⁵ O CPC 27 cita a possibilidade dos terrenos apresentarem vida útil limitada, mas esses casos são exceções.

A depreciação que deve ser contabilizada corresponde à diminuição do valor dos elementos do imobilizado, e deve ser registrada “[...] quando corresponder à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência” (Lei n. 6.404/76).

Considerando-se as perspectivas econômica, financeira e contábil, pode-se, assim, conceituar a depreciação, segundo Radu e Marius (2011), como:

[...] o processo de alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil com o propósito de garantir a recuperação do investimento e/ou a compensação do *impairment* irreversível, como resultado do uso, ação de fatores naturais, progresso tecnológico, etc.⁶ (p. 499)

Cada componente de um item do imobilizado, que tenha custo significativo em relação ao total do imobilizado deve ser depreciado separadamente (CPC 27). Os indícios de desvalorização do imobilizado podem significar uma alteração na vida útil remanescente, que deverá resultar em uma revisão da depreciação do ativo em questão (CPC 01 [R1]).

Conforme comentado anteriormente e de acordo com o próprio CPC 27, a estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento. Devido à subjetividade dessa avaliação, ela pode ser determinada considerando o lucro ao qual a empresa quer chegar (Baptista, 2009, p. 237). Ou seja, podem ser utilizados como “[...] ajustes legais visando direcionar as informações a serem divulgadas, atendendo aos interesses dos gestores” (V. Oliveira, Lemes, & Almeida, 2008, p. 156).

Mesmo antes da adoção das novas normas, teoricamente, os ativos imobilizados deveriam ser depreciados de acordo com a sua realidade econômica; em muitos casos, contudo, como verificam Freire et al. (2012) e L. Reis e Nogueira (2012), eram utilizadas as taxas estipuladas pela Receita Federal. E. Martins et al. (2013, p. 25) entendem que as tabelas fiscais induziam as empresas a utilizar as taxas da Receita Federal, mas a Lei n. 11.638/07 tornou mais clara a obrigatoriedade da utilização da vida útil econômica e o valor residual para cálculo da depreciação para fins contábeis.

⁶ Versão original: “[...] *the process of systematically assigning the depreciable amount of an asset along its useful life with the purpose of ensuring the investment’s recovery and/or the compensation of the irreversible impairment, as a result of the usage, the action of the natural factors, the technical progress, etc.*”

Com relação ao seu reconhecimento, a despesa de depreciação deve ser reconhecida no resultado, com exceção de casos em que é permitido que ela seja incluída no valor contábil de outro ativo (CPC 27).

2.3.1 Cálculo da depreciação: IFRS e CPC

Os modelos que equacionam a depreciação devem levar em consideração três aspectos fundamentais (Ramos, 1968, p. 25; Guimarães, 1981, p. 14; E. Reis, 1997, p. 38-39):

- a) Vida útil dos ativos: evidencia o prazo em que a depreciação será realizada, ou seja, o tempo em que o ativo terá utilidade para a empresa;
- b) Método de depreciação: evidencia como a depreciação será distribuída ao longo dos exercícios em que o bem será usado; e
- c) Base de cálculo: evidencia o valor que será depreciado.

Um dos fatores que consomem os benefícios econômicos futuros do ativo é o seu uso (CPC 27). No entanto, outros fatores como ação de elementos da natureza, obsolescência (tecnológica e de mercado) e inadequação, também podem afetar a vida útil de um bem (Guimarães, 1981, p. 16-17; E. Martins et al., 2013, p. 303).

A vida útil pode ser o período de tempo que se espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou semelhantes que se espera obter pela utilização do mesmo (CPC 27). Alguns fatores devem ser considerados quando da sua determinação, conforme o CPC 27: (i) uso esperado; (ii) desgaste físico normal esperado (incluindo fatores relativos a número de turnos, programa de reparos e manutenção etc.); (iii) obsolescência técnica ou comercial; e (iv) limites legais ou semelhantes no uso do ativo. Ou seja, essa determinação leva em conta os limites físicos, tecnológicos e de mercado do ativo (E. Reis, 1997, p. 40). Ressalta-se que nada impede que a vida útil de um ativo seja menor do que a sua vida econômica (CPC 27).

Dessa forma, a depreciação só irá iniciar quando o ativo estiver disponível para o uso e irá cessar somente quando ele passar a ser classificado como “mantido para venda”. Se ele permanecer ocioso, ainda assim deverá ser depreciado (CPC 27).

É possível perceber, assim, que a depreciação de antes da adoção das IFRS possui pouca diferença em relação à depreciação pós-IFRS, na teoria. A maior diferença está na prática, já que os ajustes lançados no LALUR não eram aceitos pelo Fisco para fins de pagamento de impostos e apenas as despesas registradas na contabilidade poderiam ser deduzidas, desde que as taxas fossem inferiores às fiscais (Iudícibus, E. Martins, & Gelbcke, 2007, p. 222).

Há diversos métodos que podem ser utilizados para calcular a depreciação. Os métodos mais utilizados e que serão brevemente detalhados nos próximos tópicos, são: quotas constantes; soma dos dígitos dos anos; unidades produzidas/horas de trabalho (E. Martins et al., 2013, p. 304). Outros métodos como o método de quotas crescentes e o método exponencial, citados por Ramos (1968, p. 61-67), não serão aprofundados no presente estudo, pois optou-se por apresentar as metodologias discutidas em E. Martins et al (2013).

O método de depreciação utilizado pela empresa reflete o seu padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros (CPC 27). Guimarães (1981, p. 79) concluiu que a escolha adequada do método de depreciação iguala/aproxima a taxa interna de retorno à taxa média de retorno, ou seja, o “método de depreciação ideal é aquele que aloca os custos de forma a produzir um retorno uniforme ao investimento que ainda não foi amortizado, à taxa de retorno implícita à transação original na qual o ativo foi adquirido”⁷ (Reynolds, 1961, p. 244). Para isso, é preciso determinar, além de outros quesitos, (i) o valor dos “serviços” oferecidos pelo ativo, em termos de volume e valores a receber estimados, (ii) o valor dos custos operacionais e o momento em que ocorrem, e (iii) a perda de qualidade desse serviço ocasionada pela redução da sua eficiência física e/ou obsolescência.

E. Reis (1997, p. 10) cita uma teoria em que a espera do término da vida útil do ativo é mais prudente em alguns casos. No entanto, o próprio autor contesta essa possibilidade, isso porque o usuário da informação muitas vezes não pode aguardar o longo prazo “chegar” para avaliar

⁷ Texto original: “[...] an ideal depreciation method is one which allocates cost in such a way as to produce a uniform return on remaining unamortized investment in all periods at the rate of return implicit in the original transaction by which the asset was acquired.”

seu desempenho, pois decisões precisam ser tomadas o tempo todo e elas afetam o lucro do período. Ainda que a depreciação seja uma estimativa, segundo E. Martins (1999, p. 3), é melhor haver uma estimativa razoável do que nada, o que para o autor corresponde a um “erro absoluto”.

Ao menos uma revisão do método aplicado, do valor depreciable e da vida útil do ativo deve ser realizada ao final de cada exercício. Se houver alguma alteração, ela deve ser registrada como mudança de estimativa contábil (CPC 27).

2.3.1.1 Método das quotas constantes

O método das quotas constantes (alocação em linha reta) é o mais utilizado pelas empresas, pelo menos desde o estudo de Ramos (1968, p. 59), devido à sua simplicidade e facilidade de cálculo (Guimarães, 1981; E. Martins et al., 2013, p. 304). É possível verificar na pesquisa de Freire et al. (2012), que ainda hoje ele é bastante utilizado, já que todas as entidades analisadas utilizaram esse método. No entanto, a preferência pelas quotas constantes não é algo que acontece somente no Brasil. As pesquisas de Radu e Marius e (2011) e de Istrate (2012, p. 251) verificaram que todas as empresas romenas pesquisadas utilizaram esse método de cálculo.

Segundo Ramos (1968, p. 59), esse nome foi escolhido devido ao fato da depreciação ser representada graficamente como uma linha horizontal reta. Também é conhecido como método linear, no entanto, considera-se ambas as denominações incompletas já que outros métodos, como o da soma dos dígitos, também são representados graficamente como uma linha reta, como mostra a Figura 3 (assumindo que a vida útil e/ou o valor residual não sofram alterações). Por esse motivo, os autores E. Martins et al. (2013) optaram por denominá-lo como método das quotas constantes.

O cálculo da depreciação segundo este método é feito da seguinte forma:

$$\text{Depreciação} = \frac{\text{Valor Depreciável}}{\text{Vida útil}}$$

Sendo que:

$$\text{Valor Depreciável} = \text{Valor de Custo} - \text{Valor Residual}^8$$

Tal metodologia está baseada nas premissas de que a depreciação está relacionada ao tempo, e sua eficiência é constante durante sua utilização (Ramos, 1968, p. 59; E. Reis, 1997, p. 42; Iudícibus, 2009, p. 187). Assim, suas despesas são constantes ao longo da vida útil do ativo, desde que não haja alterações em seu valor residual ou na própria vida útil do ativo (CPC 27).

2.3.1.2 Método da soma dos dígitos

Ao contrário do método anterior, o método da soma dos dígitos fornece quotas de depreciação decrescentes, uniformizando os custos globais. Isso porque quanto mais novos os ativos, menores os gastos com manutenção e reparos dos mesmos, e maiores as despesas de depreciação; por outro lado, quanto mais antigos os ativos, menores suas despesas de depreciação e maiores os gastos com reparos e manutenção (E. Martins et al., 2013, p. 304). Esse cálculo de depreciação é realizado da seguinte forma:

Tabela 1 – Método da soma dos dígitos			
Ano	Soma dos algarismos da vida útil	Quota de depreciação	Depreciação
1	$a = 1+2+3+\dots+k$	$b_1 = a/k$	Valor Depreciável/ b_1
2	$a = 1+2+3+\dots+k$	$b_2 = a/(k-1)$	Valor Depreciável/ b_2
3	$a = 1+2+3+\dots+k$	$b_3 = a/(k-2)$	Valor Depreciável/ b_3
:	:	:	:
K	$a = 1+2+3+\dots+k$	$b_4 = a$	Valor Depreciável/ b_4

Fonte: Elaborado pela autora.

⁸ Valor estimado que será obtido pela venda do ativo, após a dedução das despesas de venda estimadas (CPC 27).

O aumento dos valores despendidos com a manutenção dos ativos e a redução das despesas de depreciação podem ser visualizados no gráfico abaixo, baseado no gráfico apresentado por E. Martins et al. (2013, p. 304).

Figura 3 – Método da soma dos dígitos: Gastos com manutenção X Depreciação
Fonte: E. Martins et al. (2013, p. 304).

2.3.1.3 Método das unidades produzidas e Método das horas de trabalho

Esses dois métodos são bastante semelhantes, o que os diferencia são as informações utilizadas no cálculo da quota de depreciação referentes à produtividade do ativo imobilizado.

O método de unidades produzidas calcula a quota de depreciação conforme estimativas de unidades a serem produzidas (E. Martins et al., 2013, p. 304):

$$\text{Quota de depreciação} = \frac{\text{Número de unidades produzidas no ano A}}{\text{Número de unidades estimadas a serem produzidas durante a vida útil}}$$

O método de horas de trabalho, por outro lado calcula a quota de depreciação através da quantidade de horas de trabalho (E. Martins et al., 2013, p. 304):

$$\text{Quota de depreciação} = \frac{\text{Número de horas de trabalho no período}}{\text{Número de horas de trabalho estimadas durante a vida útil}}$$

Assim,

$$\text{Depreciação} = \text{Valor Depreciável} \times \text{Quota de depreciação}$$

O objetivo desses métodos é confrontar as receitas associadas à produtividade do ativo com o seu consumo, via depreciação. Sendo assim, em períodos de maior produtividade o ativo é mais consumido mas também gera mais benefícios, daí a lógica do cálculo da depreciação por unidades produzidas ou por horas de trabalho.

2.3.2 Cálculo da depreciação: Fisco

Como comentado anteriormente, a enorme influência tributária no Brasil fazia com que as empresas utilizassem as taxas de depreciação fiscais em lugar das que seriam mais corretas para fins contábeis (Iudícibus, 2007, p. 5; E. Martins et al., 2013, p. 302). Ressalta-se que algo semelhante aconteceu na Romênia, em que as normas fiscais estipulavam um intervalo limite de prazo de vida útil, o que fazia com que as empresas, provavelmente, determinassem a depreciação contábil dentro desses limites (Istrate, 2012, 250-251)

Essas taxas foram estabelecidas pela IN n. 162/98 e resumidas por E. Martins et al. (2013, p. 302), e estão apresentadas na Tabela 2, abaixo. A lista completa pode ser encontrada no Anexo A do presente relatório.

Tabela 2 – Taxas de depreciação admitidas pelo Fisco		
	Prazo de vida útil	Taxa anual de
	(anos)	depreciação
Edificações	25	4%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Sistema de processamento de dados	5	20%

Fonte: IN n. 162/98; E. Martins et al. (2013, p. 302).

Como comentado, a Lei n. 6.404/76 admitia a utilização de outras taxas de depreciação, e mesmo a Receita Federal já permitia que fossem utilizadas outras taxas além dessas da Tabela 2. No entanto, seria necessário apresentar laudo técnico idôneo elaborado pelo Instituto Nacional de Tecnologia ou outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica (art. 310, §2º, Decreto n. 3000/99 [RIR]).

Ainda que utilize o método linear, a depreciação usando as taxas fiscais não fornece valores constantes de depreciação, pois desconsidera a atualização monetária. Isso faz com que o custo do ativo diminua ao passar do tempo e que a depreciação tenha valores decrescentes, em termos de capacidade aquisitiva constante (E. Reis, 1997, p. 52).

A partir da Lei n. 11.941/09, essas taxas passaram a ser utilizadas apenas para fins fiscais (E. Martins et al., 2013, p. 302). Como comentado em tópico anterior, essa neutralidade tributária das taxas de depreciação foi alcançada devido à implementação do RTT, “que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos” pela Lei n. 11.638/07 (art. 15 da Lei n. 11.941/09). Volta-se a ressaltar que esse regime foi revogado pela MP n. 627/13.

No início da adoção das novas normas surgiram dúvidas se o caso da revisão das taxas de depreciação correspondia ou não à adoção de diferentes metodologias e critérios contábeis, questionando, assim, se caberia a neutralidade mencionada. Para esclarecer essas questões, a Receita Federal, por meio do Parecer Normativo n. 1 /11, reforçou as ideias trazidas pelas Leis n. 11.638/07 e 11.941/09, enfatizando que as diferenças no cálculo da depreciação não devem ter efeitos para fins de apuração do lucro real e da CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), em pessoas jurídicas sujeitas ao RTT. Segundo tal parecer normativo, para fins tributários devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os ajustes referentes à diferença entre os encargos de depreciação apurados considerando a legislação tributária e a contabilidade societária devem ser efetuados via FCONT e LALUR.

Ressalta-se que os ajustes das normas internacionais na Alemanha, de 1998 a 2002, aumentaram o valor contábil do imobilizado e o lucro líquido em 180 e 19 milhões de euros, respectivamente, em relação às normas locais. Isso porque, segundo eles, sob as IAS,

eliminaram-se os métodos de depreciação acelerada para fins fiscais, diminuindo os valores das despesas de depreciação sobre o período estudado (Hung & Subramanyam, 2007, p. 640).

O estudo de Freire et al. (2012) mostrou, no entanto, que algumas empresas permaneceram utilizando as taxas de depreciação fiscais em 2010, ainda que em menor número se comparado a 2008. Destaca-se que essa utilização aumenta ainda mais a assimetria informacional existente entre empresa e mercado, ou seja, o investidor não consegue diferenciar uma empresa de outra (Iudícibus, E. Martins, & Carvalho, 2005, p. 11; E. Martins, Diniz, & Miranda, 2012, p. 56).

2.4 O *Disclosure*⁹

2.4.1 O papel da Contabilidade e os benefícios da divulgação

A divulgação é uma das ferramentas utilizadas pela Contabilidade para alcançar seu objetivo de informar os usuários e reduzir a assimetria informacional. Segundo Salotti e Yamamoto (2005, p. 64), essa redução de assimetria informacional é uma forma de reduzir o custo de capital a ela relacionado, para alcançar a eficiência da divulgação.

Cruz e G. Lima (2010, p. 86) veem a divulgação de informações como algo que afeta a percepção de risco dos agentes econômicos ao passo que influencia a alocação dos seus recursos, o estabelecimento do preço dos títulos e o nível de evidenciação, dado o custo para fornecer essas informações. Para Lanzana (2004, p. 1), a função do *disclosure* é auxiliar os investidores a avaliar as melhores oportunidades na alocação de seus recursos, fazendo inferências sobre o desempenho atual e futuro das empresas para a tomada de decisão de investimento. Isso tem relação com o que B. Black (2001, p. 2-6) afirma: o valor de uma entidade está ligado às suas perspectivas futuras que são parcialmente guiadas pelo seu desempenho passado, contudo, a entidade sabe qual foi seu desempenho passado e quais são

⁹ Nessa pesquisa utiliza-se a palavra *disclosure* como sinônimo de evidenciação e divulgação de informações contábeis.

suas perspectivas futuras, o investidor, não. Normas contábeis que versam sobre as necessidades do investidor são essenciais para combater essa assimetria informacional.

Dessa forma, pode-se dizer que a evidenciação possui o seu próprio objetivo: divulgar de forma apropriada (Dantas et al., 2005, p.58). Segundo Iudícibus (2009, p. 116), a essência da evidenciação é “[...] apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais”, com o intuito de fornecer aos usuários uma base de informação adequada. Para Dantas et al. (2005, p.58), para que seja possível alcançar tal meta, é necessário responder as seguintes perguntas: (i) Para quem evidenciar? (ii) O que evidenciar? (iii) Quanto evidenciar? (iv) Quando evidenciar? e (v) Como evidenciar?

A discussão sobre o “para quem evidenciar” já foi comentada no tópico sobre os objetivos da Contabilidade, no qual se falou sobre os usuários da informação contábil. Não se pretende repeti-la.

A discussão sobre “o que evidenciar”, no entanto, está ligada à utilidade da informação contábil (Dantas et al., 2005, p. 59). Conforme o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, para que uma informação seja útil, é necessário que ela tenha relevância e represente fidedignamente aquilo que se propõe a representar. Para que ela tenha relevância é necessário que ela influencie na tomada de decisões do usuário. (Hendriksen & Van Breda, 1992; Lopes & E. Martins, 2005; Pronunciamento Conceitual Básico – R1; Ernst&Young & Fipecafi, 2010, p. 4). De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1), para que uma informação seja relevante ela deve ter valor preditivo e de *feedback*. Para que ela tenha valor preditivo é necessário que ela possa ser utilizada pelos usuários na previsão de resultados futuros. Já o conceito de valor de *feedback*, segundo Lopes e E. Martins (2005), se refere ao papel de confirmação ou correção de ações passadas (valor de controle).

A relevância é importante também para a definição do “quanto evidenciar”, mas a resposta para essa pergunta deve levar em consideração, ainda, a materialidade da informação (Dantas et al., 2005, p. 59). A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida influenciar decisões (Pronunciamento Conceitual Básico - R1; Ernst&Young & Fipecafi, 2010, p. 4). Entretanto, o “quanto divulgar” não é apenas uma medida de estabelecimento do

mínimo de evidenciação. Dantas et al. (2005, p. 59) e Iudícibus (2009, p. 116) ressaltam que evidenciar demasiadamente é igualmente prejudicial a divulgar pouco. Além disso, a materialidade é influenciada pela relação custo/benefício da informação contábil gerada, ou seja, a informação será divulgada se os benefícios superarem os custos para prepará-la (Lopes & E. Martins, 2005; Dantas et al., 2005, p. 60; Iudícibus, 2009, p. 60).

O “quando evidenciar” está relacionado a oportunidade (tempestividade) da comunicação, ou seja, deve estar disponível antes da decisão e a tempo de influenciá-la (Hendriksen e Van Breda, 1992; Dantas et al., 2005, p. 60; Pronunciamento Conceitual Básico - R1).

O “como evidenciar” na Contabilidade pode tomar diversas formas, segundo Iudícibus (2009, p. 113-115):

- a. Apresentação das demonstrações financeiras;
- b. Informação entre parênteses – curtas explicações sobre algo que necessitou de maiores esclarecimentos;
- c. Notas explicativas – utilizada para evidenciar informações que por alguma razão não puderam ser apresentadas nas demonstrações financeiras;
- d. Quadros e demonstrativos suplementares – usados para apresentação de detalhes de itens das demonstrações, mas que não cabem ao corpo desta, e para apresentar as demonstrações sob outra perspectiva de avaliação;
- e. Comentários do auditor – apresentado no parecer da auditoria externa como fonte adicional de *disclosure*; e
- f. Relatório da Administração – apresenta informações não-financeiras que afetam a operação da entidade.

Destaca-se que, conforme G. Lima (2007, p. 23), o *disclosure* pode ser tanto compulsório, ou seja, obrigatório, quanto voluntário, fornecendo informações que não sejam obrigatórias por lei. Para responder questões sobre as razões pelas quais um gestor opta ou não por divulgar certas informações sobre a empresa, desenvolveu-se a “Teoria do Disclosure Voluntário”.

A “Teoria do Disclosure Voluntário” possui, conforme Dye (2001, p. 184), a premissa central de que as empresas vão divulgar apenas as informações que são favoráveis a ela e não irão divulgar informações desfavoráveis, principalmente se tal *disclosure* não for compulsório

(Verrecchia, 2001, p. 141; B. Black, 2001, p. 2-3). Isso se deve ao problema de seleção adversa que faz com que a falta de informação leve ao mercado a interpretá-la como ruim. Assim, se a informação for mesmo ruim, as empresas não a divulgam pois não alterará a percepção dos investidores, ou seja, as empresas só incorrerão em custos se a informação for favorável a elas (Salotti & Yamamoto, 2005, p. 59-60; Salotti & Yamamoto, 2008, p. 39).

Um estudo realizado por T. Silva e Nakao (2011) chegou à conclusão de que algumas empresas europeias não apresentaram inclusive informações obrigatórias quando da primeira adoção das normas internacionais em 2005.

Contudo, para que uma empresa garanta uma efetiva transparência ela deve divulgar as informações positivas e aquelas negativas, desde que sejam relevantes, ou seja, tenham impactos patrimoniais na companhia (Goulart, 2003, p. 60-61).

O nível de *disclosure* voluntário pode estar positivamente relacionado também a outros fatores, que não somente àqueles ligados a qualidade da informação, como: níveis de governança corporativa, níveis de internacionalização, tamanho da empresa e setor (Goulart, 2003; Murcia & A. Santos, 2009, p.89; Cruz & G. Lima, 2010). Um estudo de Salotti e Yamamoto (2008) mostrou que outros fatores influenciaram na divulgação da DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa), em empresas brasileiras listadas na bolsa de 2000 a 2004 (quando tal informação ainda não era obrigatória): o fato de já terem divulgado em períodos anteriores, a maior importância dada aos *outsiders*, o melhor desempenho da empresa, os menores custos de divulgação e os maiores níveis de assimetria informacional.

Outros fatores podem fazer com que as empresas apresentem a sua informação, como os benefícios trazidos por essa divulgação. Um estudo da PricewaterhouseCoopers identificou os cinco maiores benefícios de um *disclosure* melhor, de acordo com analistas e investidores (Eccles et al., 2001, p. 89):

- (i) Aumento da credibilidade da administração;
- (ii) Número maior de investidores de longo prazo;
- (iii) Maior monitoramento dos analistas;
- (iv) Aumento do acesso à capital novo; e

(v) Aumento do valor das ações.

Pohlmann e Alves (2004, p. 241) veem na publicação das informações contábeis para os investidores outra vantagem: os resultados do negócio e o valor de mercado da empresa melhoram. A pesquisa de G. Lima (2007, p.84) verificou que quanto maior o *disclosure*, menor o custo de capital de terceiros. Já Goulart (2003, p. 61) entende que a evidenciação suficiente de informações é algo necessário para que a contabilidade alcance o seu objetivo.

Por outro lado, a não divulgação de certas informações pode ter outras consequências. No caso das Instituições Financeiras, a não divulgação de informações sobre riscos incorridos pode prejudicar os julgamentos feitos por parte dos usuários (Goulart, 2003, p. 176).

A melhoria da quantidade e qualidade de informações divulgadas, de maneira pontual e consistente para o mercado todo, é, segundo Lanzana (2004, p. 1-2), uma maneira de igualar os direitos de todos os acionistas da empresa e de aquisição de credibilidade para o gestor.

E, por esses motivos, espera-se que a adoção das normas internacionais traga mais transparência aos relatórios contábeis (SEC, 2003; Agolia, Douppnik, & Tsakumis, 2011; J. Lima, 2010, p. 78).

2.4.2 As notas explicativas e a depreciação

De acordo com E. Martins et al. (2013, p. 676), a Contabilidade vem enfrentando diversos desafios. Quando o assunto é evidenciação, o desafio que mais se destaca é o dimensionamento da qualidade e da quantidade de informações capazes de atender as necessidades dos usuários das demonstrações. A necessidade de informações complementares deu origem às notas explicativas – parte integrante das demonstrações financeiras.

Segundo Dantas et al. (2005, p. 65), a necessidade de normas e padrões de divulgação independe do estágio de desenvolvimento do mercado. No Brasil, a obrigatoriedade de

apresentação das notas explicativas apareceu já na Lei n. 6.404/76 e permaneceu na Lei n. 11.638/07, mas com algumas alterações providas da Lei n. 11.941/09.

No quinto parágrafo do art. 176 da Lei n. 6.404/76 são apresentadas diversas informações que devem aparecer nas notas explicativas. Tais informações vão desde dados mais generalistas – como a base de preparação das demonstrações financeiras e práticas contábeis específicas – até informações mais detalhadas – taxa de juros, datas de vencimento e garantias das obrigações de longo prazo, etc. Elas podem ser descritivas, apresentar quadros analíticos, ou incluir outras demonstrações contábeis, mas sempre com o intuito de fornecer esclarecimentos e informar a situação financeira da entidade (Geron, 2008, p. 58).

Nas normas internacionais, a exigência pelas notas explicativas aparece na IAS 1 e nas normas específicas de cada tema; por exemplo, no caso do ativo Imobilizado a norma correspondente é a IAS 16.

Com relação ao ativo imobilizado, a Lei n. 6.404/76 já exigia a divulgação da metodologia da depreciação (artigo 176, parágrafo 5º, inciso IV, alínea a). Após a adoção das normas internacionais outras divulgações passaram a ser necessárias, as mais relevantes para o presente estudo são (CPC 27):

- (i) Métodos de depreciação utilizados;
- (ii) Vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas;
- (iii) Depreciação; e
- (iv) Depreciação acumulada no início e no final do período.

Segundo o CPC 27, esses itens devem ser apresentados por classe de ativo imobilizado. Algumas dessas informações já eram necessárias antes da adoção das IFRS, conforme a Resolução CFC n. 1.027/05. Contudo, o art. 176 da Lei n. 6.404/76 requeria apenas que as Notas Explicativas apresentassem o método de cálculo da depreciação.

Para o CPC 27, a divulgação de informações relativas à depreciação é de grande importância, tanto que ele reserva um parágrafo apenas para explicar que essas divulgações fornecem aos

usuários das demonstrações informação que os permite revisar políticas selecionadas pela administração, além de facilitar comparações com outras empresas.

Ressalta-se que para Eberhartinger (1999, p. 111), apresentar informações em notas não é suficiente para que haja comparabilidade e visão justa e verdadeira. A autora defende a ideia de que ainda que seja muito importante a utilização das notas, ela não irá compensar as possíveis distorções dos valores apresentados nas demonstrações, provindas das regras fiscais.

2.5 Estudos Anteriores

Dentre os diversos estudos relacionados a *disclosure* de informação, pode-se citar o de Lanzana (2004), Murcia e A. Santos (2009), Braga, J. Oliveira e Salotti (2009) e Cruz e G. Lima (2010). Cada um desses estudos tinha como objetivo verificar a relação do *disclosure* com algum fator determinante.

No estudo de Lanzana (2004), a autora estudou companhias abertas listadas na Bovespa e verificou que quanto melhor a governança corporativa, maiores são os níveis de *disclosure*.

Murcia e A. Santos (2009) estudaram as 100 maiores empresas não-financeiras listadas na Bovespa, através das Demonstrações Financeiras Padronizadas do exercício de 2007. Essa análise objetivava verificar os fatores que explicavam o nível de *disclosure* voluntário das empresas. Constataram que as variáveis significantes foram: aderência aos níveis de Governança Corporativa da Bovespa; internacionalização (títulos negociados na bolsa de valores de Nova York); Tamanho; e Setor (ser ou não do setor elétrico).

Assim como Murcia e A. Santos (2009) a pesquisa de Braga, J. Oliveira e Salotti (2009) visou verificar os fatores determinantes para o *disclosure* de informações, com foco na divulgação ambiental. Estudaram 108 empresas abertas presentes no *ranking* da revista Exame – Melhores e Maiores, e verificaram que os fatores determinantes são: tamanho da empresa, riqueza criada e natureza da atividade.

Cruz e G. Lima (2010) estudaram 23 companhias brasileiras listadas na Bovespa de 2000 a 2004 e averiguaram que a reputação corporativa das empresas afeta seu nível de *disclosure*.

Além dessas pesquisas que buscam encontrar o que motiva uma maior divulgação das informações financeiras pelas empresas, foi possível encontrar pesquisas que tratam da divulgação das informações contábeis e sua adequabilidade e alinhamento às normas internacionais.

A pesquisa de Barcellos, A. Silva e Costa Junior (2012) verificou se as empresas apresentaram informações sobre os impactos da adoção das normas internacionais. Segundo suas conclusões, uma quantidade considerável de empresas não atendeu aos requisitos normativos.

Outro exemplo é a pesquisa de A. Reis et al. (2013) que tinha o objetivo de verificar se as empresas do setor de Siderurgia, listadas na BM&FBOVESPA, estavam apresentando adequadamente as informações relacionadas à recuperabilidade do valor do imobilizado de 2008 a 2010. Averiguaram que não só nenhuma das empresas apresentou todas as informações necessárias no período analisado, como as Notas Explicativas sobre o assunto correspondiam, em grande parte, à adaptações da redação do CPC 01.

O tema depreciação não foi muito discutido nos últimos anos no Brasil, apenas algumas pesquisas como as de Freire et al. (2012) e L. Reis e Nogueira (2012) estudaram o tema.

Freire et al. (2012) analisaram as taxas de depreciação de 38 empresas abertas do setor de Bens Industriais, apresentadas de 2008 a 2010, para verificar se correspondiam às fiscais. Verificaram que em 2008, 70% das empresas estudadas ainda utilizavam tais taxas, mas com o passar dos anos, esse percentual diminuiu.

L. Reis e Nogueira (2012) analisaram 82 empresas abertas pertencentes ao Novo Mercado, com o objetivo de verificar como estava a situação das informações sobre o ativo imobilizado e, por consequência, das depreciações, no exercício de 2010. Dentre outras conclusões, constataram que a maior parte das empresas analisadas utilizaram o método linear e ainda utilizavam taxas de depreciação fiscal para seus ativos imobilizados mais relevantes.

A pesquisa de Graciliano e Fialho (2013), analisou o registro e a evidenciação da depreciação no setor público. Os autores verificaram que, de 2008 à 2011, os índices de registro e, por conseguinte, de evidenciação foram bastante baixos. Quando há esse registro, o percentual de depreciação está muito aquém do esperado, se comparado a outros entes semelhantes.

Internacionalmente, pode-se citar o estudo de Istrate (2012), em que o autor estudou 61 empresas e fez uma comparação entre as normas fiscais, as normas contábeis anteriores e as IFRS na Romênia, relacionadas a ativos imobilizados. Assim como no Brasil, a Contabilidade romena sofria muita influência das regras fiscais, o que está relacionado com a sua evolução conjunta. A depreciação também acabava sendo diferente da mais correta para fins contábeis, pois se adaptava à regra fiscal para diminuir o pagamento de impostos.

Tem-se, ainda, a pesquisa de Radu e Marius (2011), que estudou 20 companhias de um condado romeno com o objetivo de corrigir e abordar as fraquezas do processo de depreciação de ativos fixos. Os autores verificaram que todas as empresas estudadas utilizaram o método linear para cálculo de depreciação, sendo que apenas 13% delas utilizou também algum outro método, e que 82% utilizaram os valores estabelecidos pelo catálogo de ativos fixos do Ministério das Finanças. Chegaram à conclusão de que o melhor método para depreciar máquinas, instalações e equipamentos tecnológicos é o das unidades produzidas, de que todos os ativos fixos, tangíveis ou não, devem ser depreciados e que não deve haver depreciação da parte reavaliada do ativo e sim, uma provisão

3. METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

A presente pesquisa tem objetivos exploratórios e descritivos. Exploratórios, pois desenvolve um estudo que fornece uma visão generalista dos fatos, buscando maiores informações sobre determinado tema e com o objetivo de formular problemas e hipóteses para futuros estudos (Gil, 1999, p. 43; G. Martins, 2002, p. 38; M. Oliveira, 2007, p. 65). E descritivos porque pretende identificar, relatar e comparar as informações acerca daquilo que está sendo estudado e descrever as características de certo fenômeno (Gil, 1999, p. 43; Raupp & Beuren, 2009, p. 81).

Segundo Raupp e Beuren (2009, p. 83), os procedimentos de uma pesquisa correspondem à forma à qual se obtém os dados e se conduz o estudo. Assim, classificam-se os procedimentos desse estudo como pesquisa documental. O mérito da pesquisa documental, conforme esses autores, está na investigação de fatos passados (informações apresentadas sobre depreciação) que possam ser úteis no presente (para verificação da situação atual das apresentações de informação) e/ou para verificar futuras tendências (verificação do aumento/diminuição das informações apresentadas ao longo dos anos). Segundo Gil (1999, p. 166), uma das vantagens da utilização de fontes documentais é que devido ao fato de os documentos terem sido elaborados no período estudado, oferecem um conhecimento mais objetivo sobre a realidade. Além disso, a utilização de fontes documentais é mais útil para detectar mudanças, pois as sociedades estão sofrendo constantes alterações, fazendo com que somente a observação do comportamento não seja suficiente.

Quanto à abordagem do problema, entende-se que essa pesquisa pode ser considerada um modelo de duas etapas, utilizando os enfoques qualitativo e quantitativo (Sampieri, Collado, & Lucio, 2006, p. 15).

O enfoque qualitativo foi utilizado na coleta dos dados, em que se utilizou de análise de conteúdo para verificar as informações que foram apresentadas nas notas explicativas e como foi feita essa apresentação. O principal uso desse tipo de análise é o de auditar o conteúdo do que está sendo comunicado e compará-lo com o seu objetivo ou padrão (G. Martins & Theóphilo, 2009, p. 98).

Segundo Neuendorf (2002, p.1), a análise de conteúdo corresponde à análise sistemática e objetiva, mas também, quantitativa das características da mensagem. Assim, na fase quantitativa, foi dada continuidade à análise verificando-se a frequência de aparição de determinados elementos das notas explicativas (Bardin, 2008, p. 140).

3.2 Amostra, períodos analisados, fontes e instrumentos de coleta de dados

A pesquisa foi realizada com dados sobre as companhias abertas, cuja lista foi obtida do software Economatica®. O motivo da opção por analisar apenas essas empresas está baseada nos achados da pesquisa de Geron (2008, p. 249). Nela, a autora concluiu que as demonstrações das companhias fechadas sofreram pouca alteração nos trinta anos anteriores à sua pesquisa, enquanto que aquelas de companhias abertas passaram por modificações bastante relevantes.

A opção por não estudar todas as empresas também se deve ao fato da grande quantidade de dados analisados, o que dificultaria uma análise mais detalhada das especificidades de cada demonstração, assim, optou-se por não incluir as companhias fechadas. Isso está de acordo com Beuren (2009, p.56), que vê na extração de uma amostra da população algo comum, já que a pesquisa em ciências contábeis abrange um universo de elementos bastante grande. Isso é considerado, por alguns autores, um tipo de amostragem subjetiva, que utiliza julgamento – uma amostra intencional não-probabilística (G. Martins, 2002, p. 49; M. Oliveira, 2007, p. 89; Beuren, 2009, p.125). Para M. Oliveira (2007, p. 89), neste formato de amostra, analisa-se um fenômeno sem que se tenha a obrigação de generalizar para toda a população existente.

A lista obtida a partir desse programa continha 237 companhias abertas ativas. Como se pretende estudar as informações referentes à depreciação de 2006 à 2012, excluíram-se as empresas que abriram capital durante o período estudado ou que, por algum motivo, não apresentavam ativo imobilizado e/ou despesa de depreciação em algum período, chegando-se assim a 132 empresas. Contudo, foi necessário diminuir ainda mais essa amostra, para permitir a viabilidade do estudo.

Como premissa para redução da amostra, utilizaram-se os achados das pesquisas de Lanzana (2004), Murcia e A. Santos (2009), Braga, J. Oliveira e Salotti (2009) e Cruz e G. Lima (2010), que verificaram que o fator tamanho da empresa ajuda a explicar o nível de *disclosure*, ou seja, quanto maior a empresa, maior seu nível de divulgação. Como o objetivo do presente trabalho não é apenas verificar se as informações foram apresentadas, mas também de que forma essa apresentação foi feita, entende-se ser necessário estudar as empresas cuja apresentação da informação seja mais provável. Assim, optou-se por selecionar as empresas que estivessem presentes no *ranking* das 1000 maiores, da Revista Melhores e Maiores de 2013, chegando-se à amostra final estudada de 74 empresas, relacionadas abaixo.

AES Tietê	Cia Hering	Eletrobras	Guararapes	Marfrig	Providencia	Totvs
Alpargatas	Coelce	Eletropaulo	Itautec	Metalfrio	Raia Drogasil	Tractebel
Ambev	Copasa	Embraer	JBS	Millennium	Randon	Usiminas
Ampla Energia	Coteminas	Eternit	Josapar	Natura	Sabesp	Vale
B2W Digital	CPFL Energia	Eucatex	Kepler Weber	Net	Sanepar	Valid
Braskem	CSN	FCA	Klabin	Odontoprev	Santanense	Vicunha Têxtil
Cacique	Csu Cardsystem	Ferbasa	Localiza	Oi	Saraiva Livraria	Weg
CEEE-GT	Dasa	Fibria	Log-In	Pão de Açúcar	SLC Agrícola	Whirlpool
Celulose Irani	Duratex	Fras-Le	Lojas Americanas	Petrobras	Souza Cruz	
Cemig	Elekeiroz	Gafisa	M.Dias Branco	Positivo Informática	Tegma	
Cesp	Elektro	Grendene	Marcopolo	Profarma	Telefônica Brasil	

Quadro 2 – Empresas analisadas

Para permitir que as empresas que, eventualmente, pertencessem a um mesmo grupo empresarial fossem analisadas separadamente, optou-se por analisar apenas as demonstrações individuais. Além disso, os cálculos de tributos sobre o lucro são apurados em cada empresa, individualmente. Já que o objetivo do trabalho está relacionado com a comparação de taxas de depreciação contábeis *versus* fiscais, acredita-se que as demonstrações individuais propiciam uma melhor análise dessa comparação.

A coleta de dados foi realizada por meio de dados secundários (G. Martins, 2002, p. 52). Assim como a lista de empresa, alguns dados numéricos foram obtidos da Economatica® (despesa de depreciação e LAIR), enquanto que outros dados (valores de depreciação acumulada e taxas) foram obtidos das notas explicativas, retiradas das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) enviadas à CVM.

A opção por analisar um período mais longo de tempo – os 7 anos – deve-se ao fato de que somente assim é possível verificar a evolução da informação. Segundo Iudícibus, E. Martins e Carvalho (2005, p. 18), “Uma fotografia de uma paisagem ou de qualquer ser ou objeto transmite uma visualização instantânea do ser; uma série de retratos, tirados em datas e épocas diferentes, traduzem a evolução”. Assim, para que fosse possível verificar a efetiva evolução das informações, julgou-se necessário buscar dados anteriores à adoção das normas internacionais. O período analisado pode ser dividido em 3 partes, como segue:

1º Período (Antes): 2006 e 2007: Anterior à adoção parcial das normas internacionais no Brasil.

2º Período (Durante): 2008 e 2009: Anterior à adoção completa das IFRS. Utilizando um modelo híbrido, no qual já contava com a adoção de alguns CPCs e a previsão para a adoção total para as demonstrações contábeis a partir de 2010.

3º Período (Depois): 2010 a 2012: Após a adoção total das normas internacionais.

3.3 Dados analisados

Nesse tópico, optou-se por relatar os dados focados pelo estudo, isso porque, para Neuendorf (2002, p. 11), em uma análise de conteúdo é necessário definir quais são as variáveis antes do início da observação.

É importante destacar que em casos de reapresentações de demonstrações, analisou-se somente a última apresentada, para não incorrer no risco de utilizar informações que contenham erros.

Ressalta-se também que, por motivos de simplificação, as informações analisadas estão restritas aos ativos imobilizados apresentados na Tabela 2. O motivo dessa escolha está também baseada no fato de que imobilizados como “benfeitorias em bens de terceiros” e “imobilizações em andamento” muitas vezes aparecem em blocos únicos, não sendo possível separá-los conforme sua natureza. Assim, empresas diferentes podem ter composições bastante diversas de tais ativos e a falta de informação dificulta a comparação. Da mesma forma, ativos como “Reflorestamento”, “Peças sobressalentes”, “Aterro industrial”, além de outros, não tiveram suas informações pormenorizadas.

Os dados coletados e as fontes dessas informações foram:

Dados	Fontes da informação
Ressalva no parecer da Auditoria Externa	DFP - Parecer da Auditoria Externa
Apresentação da Depreciação Acumulada Total	Economatica – Demonstrações financeiras
Apresentação da Depreciação Acumulada por Imobilizado	DFP – Notas Explicativas
Apresentação da Despesa de Depreciação Total	Economatica – Demonstrações financeiras
Apresentação da Despesa de Depreciação por Imobilizado	DFP – Notas Explicativas
Metodologia de cálculo da Depreciação	DFP - Notas Explicativas
Apresentação das taxas de depreciação	DFP - Notas Explicativas

Quadro 3 – Fonte de dados da análise

Os pareceres foram utilizados para verificar se havia alguma ressalva sobre as informações apresentadas de imobilizado e sua depreciação que pudessem afetar as conclusões. Contudo, verificou-se que somente 1,16% das 518 observações analisadas apresentaram parecer com ressalva, sendo que nenhuma delas versava sobre ativo imobilizado e /ou afetava de alguma forma as informações sobre depreciação.

Com relação às informações sobre depreciação, foram verificadas se as despesas do exercício e os valores acumulados foram apresentados. Verificou-se também as formas como foram calculadas as depreciações ao longo dos anos e se foram apresentadas informações por grupo de ativo imobilizado.

A respeito das taxas de depreciação, buscou-se focar nos valores utilizados e a forma como foram apresentadas, isto é, se foram apresentadas taxas fiscais, médias ou através de intervalos.

Assim como sugerem G. Martins e Theóphilo (2009, p. 99), a pesquisa utilizando Análise de Conteúdo se divide em três etapas. A primeira foi a pré-análise, que correspondeu à organização e tabulação das informações citadas no quadro acima. Na etapa de descrição analítica, foi estabelecido o modo como os dados do Quadro 3 – **Fonte de dados da análise** seriam abordados. Para isso, optou-se por utilizar a análise da frequência de apresentação e da forma de divulgação das informações estudadas. A partir dessas informações, foi possível realizar a terceira e última etapa, a Interpretação Inferencial.

4. RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados deste estudo. Ressalta-se que o maior detalhamento das informações apresentadas nas Tabelas e Gráficos das próximas seções podem ser encontrados nos Apêndices do presente relatório.

4.1 Características das empresas analisadas

Nesse tópico são apresentados os setores de atividade nos quais as empresas se enquadram e algumas informações financeiras de cada um deles. A Tabela 3 demonstra a quantidade de empresas por setor na amostra estudada e o somatório dos valores do ativo, imobilizado, despesa de depreciação e LAIR no exercício de 2012. Ressalta-se que essa classificação setorial foi dada pelo software Economatica®.

Tabela 3 – Setores e outras informações financeiras do exercício de 2012

Setor Econômica	Qtde. empresas	Ativo Total	LAIR	Imobilizado	Despesa de depreciação / amortização¹⁰
Agro e Pesca	1	2.827.020,00	36.617,00	461.000,00	75.064,00
Alimentos e Bebidas	6	105.017.582,00	12.274.560,00	17.054.369,00	1.458.237,00
Comércio	6	42.720.668,00	2.913.971,00	7.979.667,00	753.476,00
Construção	1	6.435.206,00	(127.317,00)	16.908,00	49.194,00
Eletroeletrônicos	3	8.476.520,00	779.649,00	819.855,00	181.695,00
Energia Elétrica	11	183.714.684,00	5.513.526,00	23.565.076,00	2.265.785,00
Máquinas Industriais	2	4.724.486,00	658.664,00	103.457,00	10.883,00

¹⁰ Como será visto ao final desse capítulo, nem todas as empresas forneceram a informação sobre despesa de depreciação através da composição do saldo do imobilizado. Para que nenhuma empresa ficasse de fora dessa análise inicial, optou-se por apresentar depreciação e amortização em conjunto, já que essa composição foi a única forma de apresentação utilizada pelas companhias analisadas em que o usuário seria capaz de separá-las.

Continuação

Setor Econômica	Qtde. empresas	Ativo Total	LAIR	Imobilizado	Despesa de depreciação / amortização
Mineração	1	240.455.984,00	9.767.717,00	61.231.322,00	2.563.406,00
Minerais não Metais	1	653.693,00	114.774,00	123.060,00	11.184,00
Outros	13	74.333.743,00	7.979.187,00	14.602.519,00	2.872.900,00
Papel e Celulose	3	42.977.502,00	(111.251,00)	11.788.559,00	1.662.826,00
Petróleo e Gás	1	564.952.519,00	23.326.354,00	279.823.553,00	15.738.268,00
Química	4	37.555.375,00	(1.186.245,00)	12.606.314,00	1.289.271,00
Siderurgia e Metalurgia	4	78.321.848,00	(2.246.101,00)	26.102.771,00	1.830.639,00
Software e Dados	1	1.407.213,00	274.112,00	53.961,00	75.324,00
Telecomunicações	2	105.422.619,00	6.481.367,00	14.743.826,00	3.334.653,00
Têxtil	7	11.926.524,00	1.724.110,00	2.045.141,00	186.399,00
Serviços de Transporte	3	6.011.932,00	(92.811,00)	1.771.631,00	232.638,00
Veículos e peças	4	22.685.750,00	1.537.657,00	2.255.752,00	436.052,00
Total	74	1.540.620.868,00	69.618.540,00	477.148.741,00	35.027.894,00

Conforme esse quadro, pode-se observar que as empresas analisadas estão bastante divididas entre os setores, indicando uma grande diversidade de atividades. Verificou-se que o setor com mais empresas é o de Energia Elétrica (11), seguido pelo Têxtil (7).

O setor “outros” da Economatica® considera empresas de diversas atividades, não podendo ser considerado como um único setor. Conforme a classificação do NAICS (*North American Industry Classification System*), essas empresas foram qualificadas como:

Tabela 4 - Classificação NAICS dos setores classificados como “outros” pela Economatica®

Setores – NAICS	Quantidade de empresas
Água, esgoto e outros sistemas	3
Consultório odontológico	1
Editoras de jornais, livros e base de dados	1
Impressão e atividades auxiliares	1
Indústria de fumo	1
Indústria de móveis e afins	1
Indústria de produtos de madeira compensada e afins	1
Laboratório de exames médicos	1
Locadora de automóveis	1
Serviços de apoio a empresas	1
TV a cabo	1

Se a classificação do NAICS tivesse sido considerada, as 74 empresas estudadas estariam divididas em 47 setores diferentes¹¹, um número consideravelmente maior que os 19 setores da Economatica®. Um exemplo é o setor Têxtil que, conforme o NAICS, estaria dividido em “Indústria de calçados”, “Indústria de roupas de malha”, “Indústria de roupas de tecido” e “Tecelagens”.

A fragmentação da classificação fez com que não fosse possível realizar uma análise setorial, em que se verificaria a existência de diferenças na divulgação dos setores.

4.2 Metodologia de cálculo da depreciação

O segundo dado verificado foi a forma como foram realizados os cálculos de depreciação, confirmando-se ou não a preponderância do modelo linear, como diz a literatura.

Como comentado na seção 2.3.1, há diversos métodos para cálculo de depreciação que podem ser utilizados. A escolha pelo melhor método vai depender do padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros de cada empresa (CPC 27). Segundo esse mesmo CPC e conforme a Lei 6.404/76, anterior a ele, a informação sobre a metodologia escolhida deve ser fornecida nas demonstrações financeiras. Entretanto, ainda que exista tal obrigatoriedade, foi

¹¹ A classificação de todas as empresas conforme o NAICS pode ser encontrada no Apêndice A.

possível verificar que nem todas as empresas apresentaram essa informação no período estudado, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Metodologia de cálculo utilizada¹²

Destaca-se que foi entendido como método linear aquele denominado de método das quotas constantes (ou alocação em linha reta), isso porque, como comentado no Capítulo 2 do presente trabalho, o método das quotas constantes, muitas vezes, recebe essa denominação. Volta-se a ressaltar, no entanto, que o método da soma dos dígitos e outras metodologias também poderiam ser considerados como lineares (já que também podem ser representados como uma linha reta, porém inclinada); assim, entende-se que essa denominação não é adequada devido à ambiguidade de significados.

Da mesma forma que as pesquisas de Radu e Marius (2011), Freire et al. (2012) e Istrate (2012), verificou-se que o método mais utilizado foi o “linear” em todos os anos analisados e a níveis muito maiores que as outras metodologias. Algumas empresas utilizaram também outras formas de cálculo, como a da soma dos dígitos e das unidades produzidas em conjunto com esse método “linear”.

¹² Esse gráfico não está em escala para permitir a visualização dos percentuais mais baixos.

Assim como mostra o estudo de L. Reis e Nogueira (2012), em algumas companhias essas informações, obrigatórias pela norma, não foram apresentadas. No período analisado, 13 das 518 observações (2,51%) não apresentaram a metodologia de cálculo em Notas Explicativas¹³, o que indica um problema de divulgação já que tais informações são exigidas desde antes da adoção das normas internacionais. É possível notar, inclusive, que antes da adoção das IFRS, a quantidade de empresas que deixaram de apresentar essa informação era menor, ou seja, houve uma redução de 2,74% no nível de apresentação dessa informação. Nos casos de não apresentação, as empresas apenas informaram que as depreciações foram calculadas conforme alguma Nota Explicativa posterior.

Percebe-se que, após a adoção das normas internacionais, a quantidade de empresas que adotou apenas o método linear diminuiu de 95,95% em 2009, para 89,19% em 2010, mas por outro lado, a quantidade de empresas que não apresentou essa informação aumentou de 1,35% para 5,41% nesses mesmos anos. Da mesma forma, o método das unidades produzidas passou a ser um pouco mais utilizado e o método da soma dos dígitos, que até então não havia sido empregado por nenhuma empresa, foi adotado pela Localiza nos últimos 3 anos estudados.

4.3 As taxas de depreciação

Essa análise foi dividida em três partes. Primeiramente, verificou-se se alguma empresa não apresentou suas taxas de depreciação. As segunda e terceira partes foram analisadas por grupo de ativo imobilizado.

Na segunda, analisou-se a forma de apresentação das taxas de depreciação, para verificar se houve alguma tendência na adoção dos formatos com o passar dos anos. Ao mesmo tempo, foram analisadas conforme as taxas da Tabela 2, classificando-se cada observação como igual às exigências fiscais ou não.

E na terceira parte de análise das taxas apresentadas verificou-se, também, se houve mudanças com o passar dos anos. Para isso foram feitas verificações do tipo “A taxa de depreciação

¹³ Como não foram analisadas informações fora das Demonstrações Financeiras, não é possível afirmar que tal dado não foi apresentado pela empresa em outros relatórios.

mudou de 2006 para 2007?”. Dessa forma foi possível calcular o nível de frequência de alteração das taxas com o passar dos anos, considerando a quantidade de observações “Sim” sobre o total. Para facilitar a apresentação dessa informação, foram calculadas as médias de cada um dos três períodos estudados.

4.3.1 Níveis de apresentação

Nesse tópico, foram analisados os níveis de apresentação das taxas de depreciação, não se entrando no mérito de julgá-las, e verificou-se como foram apresentadas.

O Gráfico 2 representa os níveis de apresentação das taxas de depreciação e das informações em conjunto das demonstrações financeiras da Controladora e do Consolidado.

Gráfico 2 – Nível de apresentação das taxas de depreciação por exercício

Constatou-se que não houve alteração significativa nos níveis de apresentação das taxas de depreciação no período analisado. A quantidade de empresas que apresentou essa informação em 2012 é exatamente a mesma de 2006. No entanto, assim como averiguaram L. Reis e Nogueira (2012), algumas empresas não apresentaram essa informação.

Foi possível verificar que, das 518 observações analisadas, em 469 (90,54%) foram informadas as taxas de depreciação utilizadas. Das outras 49 (9,46%) que não apresentaram essa informação, constatou-se que 44 observações pertenciam a empresas do setor de Energia Elétrica. Essas 44 observações correspondem a 10 das 11 companhias desse setor que foram analisadas pela presente pesquisa. A única empresa analisada de Energia Elétrica que apresentou essa informação para todos os exercícios foi a AES Tietê.

As companhias de Energia Elétrica devem utilizar as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), conforme as resoluções referentes a cada ano. Assim, algumas empresas apenas informam que utilizam as taxas definidas por alguma resolução dessa agência. Além da informação citada dessa forma, muitas das empresas desse setor, ao invés de informar as taxas por classe de ativo imobilizado, como fazem as companhias dos outros setores, a informam por atividade, como Distribuição, Comercialização e Administração. A informação assim apresentada dificulta a comparação da informação dessas companhias, tanto com a de empresas de outros setores, quanto com empresas do mesmo setor que utilizam a forma mais usual de apresentação das taxas de depreciação. Quando a empresa apresentou as taxas por atividade, foi considerada, assim, como não apresentada pelo presente estudo, já que a informação de taxas/prazos de depreciação exigida pelo CPC 27 é por classe de imobilizado.

É de suma importância destacar que, das empresas que apresentaram essa informação, em muitas delas não é possível separar controladora de consolidado. Ainda que esse nível de apresentação tenha sofrido uma redução de 17,86% após a adoção das normas internacionais, é possível observar na linha pontilhada do Gráfico 2 que um percentual elevado de empresas – 33,98%, em média – apresenta as taxas de depreciação agregadas da Controladora e Consolidado. Essa forma de apresentação também dificulta a análise e comparação dessas informações.

A presente pesquisa não excluiu as empresas que apresentaram as taxas da Controladora e do Consolidado em conjunto pois não se analisaram os valores dessas taxas, com exceção para verificação de igualdade com as taxas fiscais. Como a taxa fiscal corresponde a uma taxa básica aplicada a todos os ativos de uma classe específica, quando a empresa apresenta as taxas de forma conjunta, entende-se que ela é a mesma para Controladora e Consolidado, não

prejudicando essa análise de igualdade. É diferente de quando a empresa apresenta uma taxa média, em que muito dificilmente a taxa média da controladora é igual a taxa média do consolidado. As únicas possibilidades disso acontecer é se não houver diferença entre balanço consolidado e individual, ou se todos os ativos imobilizados do grupo forem da Controladora.

4.3.2 Formato de apresentação e revisões dos valores

As empresas possuem diversos ativos imobilizados por classe. Assim, quando da divulgação dessas informações, é necessário que elas encontrem uma forma de resumi-las.

Cada empresa tem a sua forma de apresentar as taxas/prazos de depreciação. Essa apresentação, entretanto, não permanece a mesma com o passar dos anos. A forma de apresentação das taxas pode ser feita de diversas formas, sendo que as utilizadas pelas empresas analisadas são:

- **Taxas/Prazos fiscais** – Nessa apresentação, as empresas utilizam uma taxa anual básica definida pela Receita Federal e a relaciona a todos os seus ativos imobilizados pertencentes àquele grupo. Exemplo: Taxa de depreciação de Edificações igual a 4%;
- **Taxas/Prazos médias(os)** – Nessa forma de apresentação, diferentemente da anterior, não se estabelece uma taxa que será aplicada a todos os ativos, mas considera-se que cada ativo do grupo possui uma taxa específica. Devido a impraticabilidade de apresentação de todas, calcula-se a média das taxas. Ressalta-se que não é comum a explicação de como foram calculadas essas taxas médias. Exemplo: Taxa média de depreciação de Edificações de 3,54%;
- **Intervalos de taxas/prazos** – Essa apresentação difere das anteriores pois não estabelece um valor específico como taxa de depreciação, mas sim um intervalo, em que são apresentados os valores mínimos e máximos de taxas presentes no grupo de ativos divulgados. Exemplo: Taxa de depreciação de Edificações de 2 a 5%.

O que se esperava com a adoção das normas internacionais era que as empresas abandonassem a utilização das taxas/prazos fiscais e passassem a utilizar um dos outros dois formatos. Ressalta-se que a utilização de intervalos de taxas/prazos pode não ser tão informativo também, dependendo da distância entre os valores. Quanto maior a distância entre os extremos, menor a utilidade da informação, já que não é possível saber de qual dos dois a depreciação da maior parte dos ativos está mais próxima.

Algumas empresas utilizaram mais de uma forma de apresentação para um mesmo exercício. Denominou-se “Apresentação mista” o caso em que algumas companhias apresentaram as taxas para parte de seus ativos de uma forma e dos outros, de outra maneira. Houve casos, no entanto, em que as companhias utilizaram mais de um formato de apresentação para um mesmo grupo de ativos, o qual se denominou “Formato duplo”. A diferença entre essas duas formas de apresentação pode ser vista na Figura 4.

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação
Bens em operação		
Imóveis	Apresentação Mista 25 a 40 anos	2,96%
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%
Equipamentos autônomos	5 a 25 anos	8,27%
Veículos	3 a 5 anos	23,83%
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%
Equipamentos e aplicativos de informática	Formato Duplo 5 anos	20,00%
Locomotivas	12,5 a 25 anos	6,08%
Vagões	33,3 anos	3,00%
Outros ativos	10 anos	10,00%

Figura 4 – Exemplo de “Apresentação Mista” e “Formato duplo”.

Fonte: Ferrovia Centro Atlântica (2012, p. 30)

O presente trabalho não avaliou a utilização de “Apresentação Mista” pois seria necessário que as taxas de todos os ativos de cada empresa fossem analisadas em conjunto. Optou-se por analisar tais informações por grupo de ativo imobilizado, dada a grande incidência de formas variadas de apresentação, o que dificultaria a análise.

Ressalta-se que não se considerou como apresentação de mais de um formato as situações em que as empresas apresentavam as taxas médias e os prazos médios, por exemplo, como o caso

de “Bens administrativos/auxiliares” da Figura 4. Isso porque, uma informação é conseguida a partir da outra, ou seja, o usuário consegue saber qual é o prazo médio, sabendo a taxa média. Tais informações foram, dessa maneira, consideradas como equivalentes.

Outro ponto que considerou-se importante destacar é o fato de a nomenclatura dada pelas empresas aos formatos de apresentação não estar clara. O que se pode perceber é que, muitas vezes, as companhias utilizaram a nomenclatura “Taxa anual”, inclusive para os casos em que a apresentação era feita através de taxas médias ou intervalos de taxas. Dessa forma, foi necessário analisar com maior cautela os casos e, a partir dos valores apresentados, reclassificar as formas de apresentação.

Nos próximos tópicos as taxas de depreciação foram analisadas por grupo de ativo em seus diversos aspectos. Verificou-se o formato de apresentação e se houve alguma alteração em seus valores com o passar dos anos.

Ressalta-se novamente que optou-se por analisar apenas os ativos imobilizados da Tabela 2 por motivos de simplificação.

A verificação do formato de apresentação teve que considerar como quantidade total de observações valores diferentes dependendo do exercício e do tipo de imobilizado, ora porque havia casos em que as empresas não forneceram as taxas para todos os ativos que possuíam, ora porque a empresa não possuía tal ativo. Assim, análise de frequência, ao invés de considerar todas as 518 observações, teve que considerar como total a quantidade de observações que apresentaram tal informação. A tabela com as quantidades totais de observações por tipo de ativo imobilizado pode ser encontrada no Apêndice C.

Para analisar a alteração de taxas de um exercício para o outro, foi necessário excluir da análise as observações em que não havia a informação do valor da taxa no ano anterior. Por isso, não foram feitas comparações para o ano de 2006, já que não havia dados referentes a 2005¹⁴, e da mesma forma, como em certos exercícios, algumas empresas não apresentaram as taxas, o que impediria as comparações com os anos anterior e posterior, a quantidade de

¹⁴ Ressalta-se que não estava no escopo desse trabalho verificar dados referentes a 2005 e não há indícios de que antes da adoção das normas internacionais as empresas alteravam regularmente as suas taxas de depreciação a ponto de impactar nas conclusões as quais se chegou. Assim, considerar apenas as alterações de 2006 para 2007 como referentes ao primeiro período não afetaria de forma significativa nos achados da presente pesquisa.

dados analisados diminuiu ainda mais. A tabela com essas quantidades totais de observações por tipo de ativo imobilizado pode ser encontrada no Apêndice D.

4.3.2.1 Edificações

Ao analisar as demonstrações financeiras, a primeira dificuldade com a qual se deparou foi a nomenclatura dos ativos imobilizados. Cada empresa utiliza uma nomenclatura diferente para tratar dos mesmos ativos. Além disso, percebeu-se que as empresas agrupavam diferentes classes de ativos imobilizados, pois, muitas vezes, elas possuíam a mesma taxa de depreciação (fiscal). Ressalta-se que, de acordo com o CPC 27, tais classes teoricamente se referem a ativos de naturezas e usos semelhantes. Assim, foi necessário utilizar de julgamento para que se pudesse comparar as informações de diferentes companhias.

No Quadro 4, listou-se todos aqueles considerados dentro do grupo de “Edificações”.

Benfeitorias e edificações	Edificações e prédios	Imóveis prédios
Construções	Edificações, obras civis e benfeitorias	“Infra-estrutura”
Construções e benfeitorias	Edifícios	Instalações, benfeitorias e edificações
Construções e instalações	Edifícios e benfeitorias	Prédios
Edificações	Edifícios e benfeitorias em terrenos	Prédios e benfeitorias
Edificações e benfeitorias	Edifícios e construções	Prédios e canalizações subterrâneas
Edificações e construções	Estrutura	Prédios e construções
Edificações e instalações	Imóveis	Terrenos e construções

Quadro 4 – Imobilizados considerados equivalentes a “Edificações”

Ressalta-se que não houve problema na inclusão de terrenos nesse grupo devido ao fato de apenas informações sobre depreciação terem sido analisadas. Ou seja, como terrenos não devem ser depreciados, conforme o CPC 27, verificar apenas informações sobre depreciação automaticamente excluiria esse ativo da análise.

Não foi possível, no entanto, separar as “benfeitorias” e “instalações” em alguns casos pela falta de informação. Esse tipo de apresentação pode vir a dificultar a comparação entre duas empresas. No entanto, dado que a análise desse tópico objetiva verificar apenas as taxas de depreciação sem julgar seus valores, não se considerou como problema duplicar a informação e considerar a mesma taxa para mais de uma classe de ativo.

Das 518 observações analisadas, 402 (77,61%) possuíam ativos do grupo de Edificações, o segundo maior índice de apresentação dentre os imobilizados analisados. Dessas 402, 193 (48,01%) utilizaram a taxa/prazo definida(o) pela Receita Federal, de 4% ou 25 anos. Contudo, foi possível perceber que, com o passar dos anos, a utilização desse formato diminuiu bastante, como mostra o Gráfico 3. Isso está de acordo com os achados das pesquisas de Freire et al. (2012), que verificou que a utilização dessas taxas caiu com a adoção das novas normas, mas que, assim como verificaram L. Reis e Nogueira (2012), ainda há empresas que utilizam as taxas fiscais.

Gráfico 3 – Edificações: Formato de taxa utilizado

A redução na utilização das taxas fiscais foi bastante significativa, como já comentado, mas ainda muitas das empresas analisadas as utilizaram, em 2012, para a depreciação de suas edificações. Por outro lado, a utilização de taxas médias e de intervalos de taxas praticamente dobrou, o que está de acordo com o que se espera com a adoção das normas internacionais.

A utilização do formato duplo para esse tipo de ativo imobilizado iniciou em 2009, mas não teve muita aderência pelas empresas estudadas. Das 402 observações analisadas, apenas em 7 (1,74%) foi utilizado esse formato. A Ferrovia Centro Atlântica apresentou nos três anos do 3º período através de taxas médias e de intervalos de taxas. A Usiminas em 2009 e a Petrobrás, também nesses três anos, apresentaram através de taxas fiscais e intervalos de taxas, uma combinação que pode não fazer muito sentido para o usuário, já que dá a entender que há mais de um valor para depreciação do ativo, enquanto que a taxa fiscal corresponde a um valor único. Talvez o fato de a taxa ser igual à taxa fiscal seja coincidência e, na verdade, corresponda a uma taxa média, mas com as informações que se tem, não é possível fazer essa afirmação com certeza.

De um ano para o outro, as empresas alteraram pouco suas taxas de depreciação de “Edifícios”. Em média, de um exercício para o seguinte, apenas 27,76% das empresas alteraram as taxas de depreciação. Esse foi o segundo maior nível de alteração dentre as classes de imobilizado analisadas.

Tabela 5 – Edificações: Média de alteração das taxas de depreciação por período

Exercícios	Total de observações	Alteração	%	Média por período	Períodos
2006 para 2007	55	13	23,64%	23,64%	1º
2007 para 2008	57	7	12,28%	17,70%	2º
2008 para 2009	56	13	23,21%		
2009 para 2010	54	24	44,44%	35,93%	3º
2010 para 2011	56	17	30,36%		
2011 para 2012	57	19	33,33%		
Total	335	93	27,76%		

A Tabela 5 mostra a média de alterações das taxas de depreciação por período estudado. Verifica-se que, embora as empresas tenham revisado pouco as suas taxas de depreciação de “Edificações” nos períodos, houve um aumento com o passar dos anos, principalmente após a adoção das normas internacionais, o que já era esperado dada a exigência do CPC 27 de que seja feita ao menos uma revisão anual do método de depreciação e da vida útil do imobilizado. O aumento de 2010 foi o maior dentre os exercícios analisados (44,44%), sendo que nos dois anos seguintes, os níveis ficaram um pouco abaixo da média do terceiro período.

Ressalta-se que esse percentual de alteração está sendo afetado pelo nível de utilização de taxas fiscais, ou seja, empresas que utilizaram essas taxas por muitos anos têm níveis menores de alteração.

4.3.2.2 Instalações

Considerou-se como “Instalações”:

Construções e instalações	Instalações e equipamentos	Instalações, máquinas e equipamentos
Edificações e instalações	Instalações e equipamentos de produção	Máquinas e instalações
Equipamentos e instalações	Instalações e móveis e utensílios	Máquinas, equipamentos e instalações
Instalações	Instalações elétricas	Móveis, utensílios e instalações
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	Instalações industriais	Móveis, utensílios, instalações, máquinas e equipamentos
Instalações e benfeitorias	Instalações, benfeitorias e edificações	Utensílios e instalações

Quadro 5 – Imobilizados considerados equivalentes a “Instalações”

Devido à falta de informação não foi possível separar “construções”, “edificações”, “equipamentos”, “benfeitorias”, “móveis”, “utensílios” e “máquinas”.

Das 518 observações estudadas, apenas 326 (62,93%) apresentaram informações relativas ao grupo “Instalações”, o segundo menor índice de utilização dentre as classes de ativo analisadas. Dessas 326 observações, 155 (47,55%) utilizaram taxas/prazos fiscais de 10% ou 10 anos, e da mesma forma que no ativo “Edificações”, houve uma redução na utilização das taxas fiscais somente após a adoção das IFRS.

Gráfico 4 – Instalações: Formato de taxa utilizado

Enquanto que em 2006, 58,70% das empresas estudadas utilizaram taxas fiscais, em 2012, esse percentual corresponde a 31,91%, um comportamento semelhante ao ativo “Edificações” e às outras pesquisas citadas. A queda da utilização dessas taxas se iniciou na adoção das normas internacionais, em 2010. Também como no caso do tópico anterior, houve um aumento da utilização de taxas médias, mas a utilização de intervalos de taxas, para essa classe, não alterou muito com o passar dos anos.

Ao contrário do que aconteceu em “Edificações”, nesse tipo de ativo o formato duplo só foi utilizado durante os primeiros anos analisados. A Usiminas em 2009 e o Pão de Açúcar de 2006 a 2009 apresentaram tanto as taxas médias quanto os valores mínimos e máximos das taxas de depreciação de suas instalações.

Em média, nos 7 anos analisados, apenas 25,37% das empresas alteraram as suas taxas de depreciação. Ou seja, de maneira geral, assim como no caso de “Edificações”, de um exercício para o seguinte grande parte das companhias analisadas não revisaram as suas taxas.

Tabela 6 – Instalações: Média de alteração das taxas de depreciação por período

Exercícios	Total de observações	Alteração	%	Média por período	Períodos
2006 para 2007	46	9	19,57%	19,57%	1º
2007 para 2008	46	5	10,87%	13,48%	2º
2008 para 2009	43	7	16,28%		
2009 para 2010	44	23	52,27%	35,04%	3º
2010 para 2011	47	10	21,28%		
2011 para 2012	46	15	32,61%		
Total	272	69	25,37%		

Houve um aumento da alteração das taxas de depreciação de um período para outro, com destaque para as diferenças entre os dois últimos. De 2009 para 2010, 52,27% das empresas revisaram suas taxas de depreciação, o índice mais alto de “Instalações” no período estudado, que provavelmente se deve à adoção do CPC 27 nesse ano e à possibilidade de aplicação do custo atribuído (*deemed cost*). Em 2011, esse nível caiu pela metade (21,28%), mas voltou a subir um pouco em 2012 (32,61%).

4.3.2.3 Máquinas e Equipamentos

Foram considerados como “Máquinas e Equipamentos” os seguintes ativos:

Aparelhos e equipamentos	Equipamentos e outros bens	Máquinas e equipamentos nacionais e importados
Equipamentos	Instalações e equipamentos	Máquinas e equipamentos de informática
Equipamentos assinantes, telefones públicos e cabines	Instalações e equipamentos de produção	Máquinas e instalações
Equipamentos autônomos	Instalações, máquinas e equipamentos	Máquinas, equipamentos e ferramentas
Equipamentos de transmissão e outros	Maquinaria e equipamentos	Máquinas, equipamentos e instalações
Equipamentos e instalações	Máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos
Equipamentos e meios de transmissão	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios, instalações, máquinas e equipamentos

Quadro 6 – Imobilizados considerados equivalentes a “Máquinas e Equipamentos”

Não foi possível separar os casos de “móveis e utensílios”, “instalações” e “equipamentos de informática”, por falta de informação.

Dentre todos os ativos analisados, “Máquinas e Equipamentos” foi o mais apresentado pelas empresas estudadas. Isso pode ter relação com os setores dessas companhias. Das 518 observações estudadas, 448 (86,49%) apresentaram informações relativas ao grupo “Máquinas e Equipamentos”. Dentre essas 448 empresas, 143 (31,92%) utilizaram as taxas/prazos fiscais para cálculo da depreciação, percentual esse bastante inferior aos ativos apresentados nos tópicos anteriores, sendo que esse foi o grupo de imobilizado que menos utilizou essas taxas no período analisado. Vale lembrar que, para esse ativo, a taxa definida pela Receita Federal é de 10% ou 10 anos.

O Gráfico 5 demonstra a evolução do nível de utilização de taxas fiscais em Máquinas e Equipamentos.

Gráfico 5 – Máquinas e Equipamentos: Formato de taxa utilizado

Como é possível verificar no Gráfico 5, a diminuição da utilização das taxas fiscais se iniciou antes mesmo da adoção total das normas internacionais, em 2009, diferentemente dos ativos apresentados nos tópicos anteriores. Ademais, contou com um aumento da utilização de taxas médias e a manutenção dos níveis de utilização de intervalos de taxas, assim como “Instalações”.

A companhias utilizaram o formato duplo em “Máquinas e Equipamentos” para todos os anos analisados. A Ferrovia Centro Atlântica e a Petrobrás utilizaram esse formato para os últimos três anos (2010 a 2012), o Pão de Açúcar para os quatro primeiros (2006 a 2009) e a Usiminas para 2009.

De forma geral, apenas 33,96% das empresas estudadas que possuíam “Máquinas e Equipamentos” fizeram alguma alteração de taxa nesse período.

Tabela 7 – Máquinas e Equipamentos: Média de alteração das taxas de depreciação por período

Exercícios	Total de observações	Alteração	%	Média por período	Períodos
2006 para 2007	65	16	24,62%	24,62%	1º
2007 para 2008	66	11	16,67%	23,26%	2º
2008 para 2009	63	19	30,16%		
2009 para 2010	57	38	66,67%	45,00%	3º
2010 para 2011	61	21	34,43%		
2011 para 2012	62	22	35,48%		
Total	374	127	33,96%		

Verificou-se que, após a adoção das novas normas, houve um aumento de quase 100% na quantidade de alterações das taxas, o que representa um acréscimo de 21,74 pontos percentuais do segundo para o terceiro período, o qual se acredita ser resultado da aplicação do CPC 27. Assim como em “Instalações”, em 2010 o nível de alteração de taxas, em relação a 2009, é consideravelmente maior que os outros anos (66,67%).

Se comparados aos outros ativos, percebe-se que “Máquinas e equipamentos” foi o que mais teve suas taxas de depreciação alteradas de um ano para outro, o que pode ter relação com o fato de ser o ativo que menos utilizou taxas fiscais. No entanto, é possível perceber que, após a adoção das normas em 2010, os índices voltam a cair pela metade nos dois anos seguintes.

4.3.2.4 Móveis e Utensílios

O Quadro 7 mostra os ativos imobilizados que foram considerados equivalentes a “Móveis e utensílios” na análise.

Bens administrativos / auxiliares	Móveis e acessórios	Móveis, utensílios e instalações
Bens de uso geral	Móveis e utensílios	Móveis, utensílios, instalações, máquinas e equipamentos
Bens móveis de uso externo	Móveis e utensílios e outros	Utensílios
Bens / equipamentos de uso externo	Móveis e utensílios e instalações de escritório	Utensílios e acessórios
Instalações e móveis e utensílios	Móveis, utensílios e equipamentos	Utensílios e instalações
Mobiliário de escritório	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	

Quadro 7 – Imobilizados considerados equivalentes a “Móveis e utensílios”

Não se conseguiu separar de “Móveis e Utensílios” os ativos imobilizados “equipamentos de uso externo”, “instalações”, “equipamentos”, “máquinas” e “equipamentos de informática”.

Somente 393 (75,87%) das 518 observações estudadas apresentaram esse ativo imobilizado. Assim como nos casos anteriores, a utilização de taxas fiscais caiu para “Móveis e utensílios”, como demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Móveis e Utensílios: Formato de taxa utilizado

Dentre todos os grupos de ativos analisados, o de “Móveis e utensílios” é o segundo em maior nível de utilização de taxas fiscais (66,67%, em média), ficando atrás apenas de “Sistema de processamento de dados”, que será comentado no tópico 4.3.2.6. De modo geral, o nível de utilização das taxas fiscais permaneceu alto mesmo após a adoção das IFRS, sendo de 46,43% em 2012, ou seja, das 56 empresas que possuíam esse ativo nesse ano, 26 utilizaram a taxa/prazo de 10% ou 10 anos definida(o) pela Receita Federal.

Houve um aumento significativo na utilização de taxas médias, chegando a quase o mesmo nível das taxas fiscais no último ano analisado. Isso difere dos ativos imobilizados anteriores que tiveram nesse ano a utilização de taxas médias superior ao emprego das taxas definidas pela Receita.

O formato de intervalos sofreu um pequeno aumento com o passar dos anos e o formato duplo só foi utilizado pela Usiminas em 2009.

Não é possível saber a relevância dessa classe de imobilizado sobre o ativo total devido aos agrupamentos feitos, mas acredita-se, dados os setores em que as empresas estão inseridas, que não seja tão significativa se comparada às classes anteriores, o que explicaria o fato de as companhias não se preocuparem tanto em utilizar as taxas mais corretas para fins societários.

O ativo imobilizado de “Móveis e utensílios”, dentre os que já foram apresentados, é o que apresenta menor quantidade de alterações. Em média, somente 18,10% das observações estudadas mostraram taxas de depreciação diferentes do ano anterior.

Tabela 8 – Móveis e utensílios: Média de alteração das taxas de depreciação por período

Exercícios	Total de observações	Alteração	%	Média por período	Períodos
2006 para 2007	55	5	9,09%	9,09%	1º
2007 para 2008	56	2	3,57%	8,26%	2º
2008 para 2009	53	7	13,21%		
2009 para 2010	52	20	38,46%		
2010 para 2011	55	8	14,55%	27,78%	3º
2011 para 2012	55	17	30,91%		
Total	326	59	18,10%		

Os níveis baixos de alteração em relação às demais classes estão diretamente relacionados aos altos índices de utilização das taxas fiscais. Ressalta-se que, embora as médias dos três períodos tenham sido bastante inferiores se comparados aos outros grupos de ativos, o terceiro apresentou um aumento significativo de mais de 200% em relação ao segundo (de 8,26% para 27,78%), o que indica uma relação desse aumento com a adoção total das normas internacionais e aplicação do CPC 27.

De 2009 para 2010, contou com um aumento de 38,46%, que chegou a cair em 2011 (14,55%), mas voltou a subir em 2012 (30,91%).

4.3.2.5 Veículos

Os ativos imobilizados que foram considerados equivalentes a “Veículos” foram:

Divisão de aluguel de carros e frotas	Veículos e aeronaves	Veículos e Veículos industriais
Equipamentos de transporte	Veículos e transportes	Veículos, sistema e equipamentos
Veículos	Veículos e tratores	

Quadro 8 – Imobilizados considerados equivalentes a “Veículos”

Não se separou as informações de “Veículos” dos imobilizados “sistema” e “equipamentos”.

Dentre as 518 observações, apenas 372 (71,81%) apresentaram esse ativo. Considerando o total de empresas que informaram a taxa de “Veículos”, 61,56% utilizaram as taxas de 20% ou 5 anos, utilizadas para fins fiscais; e assim como o esperado, houve uma redução nessa utilização com o passar dos anos.

Gráfico 7 – Veículos: Formato de taxa utilizado

A utilização de taxas fiscais começou a diminuir em 2009, mas mesmo após a adoção das normas internacionais, permanece com altos níveis de aplicação. O nível de utilização dos intervalos de taxas ainda permanece o mesmo e o nível de taxas médias mais que dobrou de 2006 para 2012.

A Ferrovia Centro Atlântica apresentou suas taxas de 2010 a 2012 através do formato duplo de intervalo de taxa e taxa média, enquanto que a Usiminas em 2009 utilizou o formato duplo de intervalo de taxa e taxa fiscal.

O ativo “Veículos”, apresentou, de forma geral, 25,16% de alterações nas taxas apresentadas durante o período estudado, como mostra a Tabela 9.

Tabela 9 – Veículos: Média de alteração das taxas de depreciação por período

Exercícios	Total de observações	Alteração	%	Média por período	Períodos
2006 para 2007	54	9	16,67%	16,67%	1º
2007 para 2008	54	6	11,11%	16,19%	2º
2008 para 2009	51	11	21,57%		
2009 para 2010	50	23	46,00%	34,44%	3º
2010 para 2011	51	11	21,57%		
2011 para 2012	50	18	36,00%		
Total	310	78	25,16%		

A Tabela 9 demonstra que do primeiro para o segundo período o nível de alteração das taxas permaneceu praticamente inalterado, enquanto que do segundo para o terceiro, dobrou. Ainda assim, se considera esses níveis de alteração muito baixos, dada a obrigatoriedade de revisão anual das taxas após a adoção das novas normas. Em 2010, esse nível chegou a 46%, caiu para 21,57% em 2011 e voltou a crescer em 2012 (36%).

Como apenas 3 das 74 empresas estudadas são do setor de Serviços de Transporte, o alto nível de utilização de taxas fiscais e o baixo nível de alteração de taxas podem estar relacionados com a possibilidade das atividades das empresas não empregarem muito a utilização de veículos.

4.3.2.6 Sistema de processamento de dados

O ativo “Sistema de processamento de dados” foi o último a ser analisado pela presente pesquisa, mas assim como nos ativos imobilizados apresentados nos tópicos anteriores, a

nomenclatura dada aos ativos variou bastante, e considerou-se como seus equivalentes os ativos apresentados no Quadro 9, a seguir.

Bens de informática e softwares	Equipamentos de processamento de dados e software	Móveis, utensílios e equipamentos de informática
Computadores e licenças para utilização de software	Equipamentos e aplicativos de informática	Projetos de tecnologia de informação
Computadores e periféricos	Equipamentos Informática e software	Sistema de processamento de dados
Computadores e softwares	Hardware	Sistemas e equipamentos e Informática
Computadores e softwares adquiridos	Hardware - Equipamentos de processamento de dados	Softwares e equipamentos de informática
Equipamentos de computação	Hardware e software	Softwares e hardware
Equipamentos de comunicação de dados	Informática	Veículos, sistema e equipamentos
Equipamentos de informática	Linhas e redes - Equip. de Informática	
Equipamentos de processamento de dados	Máquinas e equipamentos de informática	

Quadro 9 – Imobilizados considerados equivalentes a “Sistema de processamento de dados”

Também da mesma maneira que os ativos apresentados anteriormente, não foi possível separar os ativos “software”, “veículos”, “móveis”, “utensílios” e “máquinas”, para análise das taxas de depreciação.

Dentre as 518 observações estudadas, somente 318 (61,39%) apresentaram esse ativo, o menor dentre todos os imobilizados analisados. O nível de utilização de taxas fiscais para “Sistema de processamento de dados” durante os períodos estudados, foi o maior dentre todas as classes analisadas (68,24%). Isso pode estar relacionado ao fato deste ativo não ter uma ligação muito forte com as atividades principais dessas companhias.

Gráfico 8 – Sistemas de processamento de dados: Formato de taxa utilizado

Assim como no caso do estudo de Freire et al. (2012), a média geral mostra que houve uma queda mais acentuada apenas no terceiro período no nível de utilização da taxa de 20% ou 5 anos, definida pela Receita Federal. Até então, 73,81% das empresas utilizavam as taxas fiscais. Ainda em 2012, 51,11% das empresas que apresentaram esse ativo utilizaram as taxas fiscais, o nível de utilização mais elevado dentre os ativos imobilizados estudados na presente pesquisa.

O ativo “Sistema de processamento de dados” foi o segundo ativo que menos se alterou durante os 7 anos analisados (24,71%), ficando atrás apenas de “Móveis e utensílios”.

Tabela 10 – Sistema de processamento de dados: Média de alteração das taxas de depreciação por período

Exercícios	Total de observações	Alteração	%	Média por período	Períodos
2006 para 2007	47	9	19,15%	19,15%	1º
2007 para 2008	45	3	6,67%	10,47%	2º
2008 para 2009	41	6	14,63%		
2009 para 2010	39	19	48,72%		
2010 para 2011	43	13	30,23%	36,51%	3º
2011 para 2012	44	14	31,82%		
Total	259	64	24,71%		

O nível de alteração também pode estar relacionado com a natureza das operações das empresas, que provavelmente não utilizam esse ativo para as suas atividades básicas. Os níveis de alteração se mantiveram baixos durante o primeiro período, diminuíram no segundo – principalmente devido ao exercício de 2008, em que apenas 6,67% das companhias alteraram suas taxas – e voltaram a crescer no terceiro. Esse aumento pode ser resultado da adoção total das normas internacionais, que exige que as vidas úteis sejam revisadas anualmente, e a possibilidade de adoção do custo atribuído, já que em 2010, 48,72% das empresas que possuíam “Sistema de processamento de dados” alteraram suas taxas em relação a 2009.

Era de se esperar que, assim como aconteceu com as outras classes de imobilizado analisadas, os níveis de alteração fossem ainda menores devido aos altos índices de utilização de taxas fiscais. Entretanto, enquanto que em 2007 mais de 80% (40 companhias) adotaram essas taxas, as outras 9 adotaram taxas diferentes em relação a 2006, ou seja, as empresas que não adotaram as taxas definidas pela Receita Federal naquele ano utilizaram taxas diferentes em 2006 e 2007.

4.3.2.7 Resumo dos Resultados Empíricos: Antes X Depois da adoção das IFRS

Neste tópico estão apresentadas as alterações nos níveis de utilização dos formatos de apresentação das taxas de depreciação por classe de ativo imobilizado. Para facilitar a visualização, na Tabela 11 abaixo, comparou-se o primeiro exercício analisado (2006) com o último da presente pesquisa (2012). A análise ano a ano pode ser encontrada no Apêndice E e outras comparações podem ser obtidas utilizando-se os dados dos Apêndices do presente relatório.

Tabela 11 – Aumento/Redução do nível de utilização do formato de apresentação das taxas de 2006 para 2012, por classe de imobilizado (em porcentagem)

	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Sistema de Processamento de dados
Taxa Fiscal	-45,71%	-44,44%	-57,14%	-45,65%	-48,78%	-43,90%
Taxa Média	+78,57%	+212,50%	+89,47%	+500,00%	+166,67%	+500,00%
Intervalos de Taxas	+71,43%	-30,00%	-23,53%	+40,00%	+25,00%	+33,33%
Formato duplo	-	-100,00%	+100,00%	-	-	-

A tabela acima traz um resumo dos dados apresentados nos tópicos anteriores. É possível verificar que o nível de alteração é bastante semelhante quando se trata da utilização das taxas fiscais. Dentre as seis classes de imobilizado estudadas, a que teve o maior nível de redução na utilização das taxas fiscais foi a de Máquinas e Equipamentos, mesmo sendo a classe de imobilizado que menos utilizou esse formato de taxa. Por outro lado, o ativo Sistema de Processamento de dados teve a menor redução percentual, ao passo que se trata do tipo de imobilizado que mais apresentou esse formato de taxa.

Os ativos imobilizados de Móveis e Utensílios e Sistema de Processamento de dados foram os que tiveram o maior aumento percentual na utilização de taxas médias. Isso está relacionado ao fato de que ambas as classes tinham os menores níveis de utilização desse formato em 2006, assim, um aumento que em termos absolutos é menor que o de outros ativos, passa a ser o maior em termos relativos. A classe Edificações, no entanto, apresentou o menor aumento na utilização de taxas médias dentre as classes estudadas.

O formato de intervalos de taxas não teve o mesmo comportamento para todas as classes de ativos, sendo que para Edificações, teve o maior nível de alteração e para Máquinas e Equipamentos, o menor. Esse fato se deve à pouca utilização desse forma de apresentação, assim, mesmo que a quantidade de empresas que passou ou deixou de utilizá-lo seja pequena, em termos relativos esses valores podem ser considerados relevantes. Contudo, ressalta-se que dentre os formatos individuais, esse é o que menos sofreu alteração no período estudado.

E por último se tem o Formato duplo. Para dois terços das classes estudadas esse ativo não foi utilizado em 2006, e por isso não há valor de alteração. De forma geral, além desse formato ter sido pouco utilizado pelas empresas durante todo período, seu nível de utilização pouco se

modificou com o passar dos anos. Assim, não é possível afirmar que houve um aumento/redução na sua utilização.

4.4 Apresentação de outras informações

O CPC 27 exige que outras informações sobre depreciação sejam apresentadas por classe de ativo imobilizado: a depreciação do período e a depreciação acumulada. O presente tópico visa, assim, descrever se e como essas informações foram apresentadas.

Mesmo antes da adoção das normas internacionais era comum que as empresas apresentassem a depreciação acumulada por grupo de ativo imobilizado. Não é possível afirmar o mesmo do valor da depreciação do exercício, como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Nível de apresentação: Depreciação do exercício e Depreciação Acumulada por grupo de ativo imobilizado

Verifica-se que a adoção das normas internacionais não afetou o nível de apresentação da depreciação acumulada, pois já era bastante elevado. Por outro lado, após o CPC 27 e a exigência da informação da depreciação por classe de imobilizado, essa informação teve um

aumento bastante grande de 52,7 pontos percentuais de 2009 para 2010. Mesmo antes, com a adoção parcial das normas, esse nível já vinha aumentando, considerando o 25,68% de 2009, em comparação com a não apresentação de 2006.

Ressalta-se que, ainda que tenha havido um aumento considerável, algumas empresas (14,48%, em média) não apresentaram a depreciação acumulada por classe de imobilizado. Esses dados mostram algo semelhante ao ocorrido na União Europeia, onde informações obrigatórias não foram apresentadas mesmo após a adoção das normas do IASB (T. Silva & Nakao, 2011).

A forma de apresentação dessas informações variou bastante com o passar dos anos. Das 518 observações estudadas, em 44,98% as depreciações acumuladas foram apresentadas através do cálculo do valor líquido do imobilizado. A Figura 5 corresponde a um exemplo dessa apresentação, muito utilizado pelas empresas antes da adoção das normas internacionais, como mostra o Gráfico 10.

II. IMOBILIZADO				
Controladora				
	2007		2006	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e construções	196.892	(102.761)	94.131	91.038
Máquinas e equipamentos	1.736.770	(1.286.099)	450.671	429.887
Móveis e utensílios	270.722	(187.382)	83.340	81.628
Veículos	1.959	(1.290)	669	5.279
Imobilizado intangível	-	-	-	-
Outros bens e marcas	25.319	(7.015)	18.304	9.691
Imobilizado em andamento	101.741	-	101.741	80.452
	2.333.403	(1.584.547)	748.856	697.975

Figura 5 – Exemplo de apresentação de Depreciação Acumulada por classe de imobilizado

Fonte: Whirpool (2007, p. 36)

O exemplo de apresentação da Figura 5 não é o único utilizado pelas companhias pesquisadas. Principalmente após a adoção das IFRS, que demandou essa nova forma de apresentação, as informações sobre o ativo imobilizado passaram a ser apresentadas através de uma composição dos saldos. Essa modificação da forma de apresentação ao longo do tempo pode ser visualizada no Gráfico 10. Esse outro formato de apresentação é uma forma muito mais

detalhada do que a apresentada acima, identificando baixas e aquisições, que compuseram o ativo imobilizado bruto, e os valores de depreciação do exercício e baixas, que formaram a depreciação acumulada. Um exemplo desse formato pode ser visto na Figura 6.

Verificou-se que a única forma de apresentação da depreciação do período por classe de imobilizado foi por meio da composição do saldo, por esse motivo, as linhas cheias dos Gráficos Gráfico 9 e Gráfico 10 são iguais.

Gráfico 10 – Nível de apresentação: Cálculo do valor líquido do imobilizado X Composição de saldo

12. Imobilizado						
	Controladora					
	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	100.432	450	66.373	2.299.507	54.066	2.353.573
Aquisições	-	-	-	-	125.410	125.410
Transferências	22.362	-	9.035	101.746	(101.746)	-
Alienação/baixa	(4.024)	(157)	(16.076)	(100.060)		(100.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	118.770	293	59.332	2.301.193	77.730	2.378.923
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(66.272)	(380)	(48.814)	(1.676.471)	-	(1.676.471)
Depreciação	(12.833)	(24)	(6.779)	(114.275)	-	(114.275)
Provisão para baixa de imobilizado	-	-	-	-	-	-
Baixa da depreciação	4.011	111	15.495	96.226	-	96.226
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(75.094)	(293)	(40.098)	(1.694.520)	-	(1.694.520)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2012	43.676	-	19.324	606.673	77.730	684.403
Saldos em 31 de dezembro de 2011	34.160	70	17.559	623.036	54.066	677.102
Taxas médias de depreciação anual	10%	20%	20%		-	

Figura 6 – Exemplo de composição do saldo por classe de imobilizado

Fonte: Adaptado de Whirpool (2012, p. 41)¹⁵

Como é possível perceber na Figura 6, é possível se obter o valor líquido do imobilizado pela composição. No entanto, considerou-se na comparação do Gráfico 10 apenas os casos semelhantes à Figura 5. Assim, quando se observa nesse gráfico, que o nível de apresentação do saldo líquido diminuiu muito de 2006 a 2012, significa que esse formato mais simples de informação vem sendo abandonado pelas companhias com o passar dos anos e substituído pela composição dos saldos.

Ainda que essa composição seja exigida pelo CPC 27, algumas empresas não apresentaram essas informações por classe de imobilizado em alguns períodos.

Ressalta-se que essas afirmações estão sendo feitas sobre as informações da Controladora. Algumas empresas apresentaram essas informações apenas para o Consolidado, contudo, não fazia parte do escopo desse trabalho analisá-las.

¹⁵ Algumas colunas e linhas foram excluídas da versão original. Foi necessário modificar essa tabela para melhorar a visualização. A versão completa pode ser encontrada no Anexo B.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Conclusões

A Contabilidade brasileira, dada a sua origem no *code law*, era baseada em regras e muito influenciada pelas regras fiscais. A forte ligação entre as Contabilidades Societária e Tributária pode ser vista mais claramente na figura da depreciação. Com a adoção das normas do IASB, o que se esperava era um distanciamento entre a contabilidade e o negócio jurídico, aproximando-a da essência econômica. Contudo, alguns estudos apontam para o fato de que, ainda que as normas internacionais tenham sido adotadas, nem todas estão sendo aplicadas em seu total vigor. Assim, a presente pesquisa tinha por meta responder o seguinte problema: **Em quais aspectos, de divulgação e apresentação, as informações contábeis referentes à depreciação dos ativos imobilizados evoluíram antes e depois da adoção das IFRS nas maiores empresas abertas brasileiras?**

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar a evolução da apresentação nas demonstrações financeiras anuais das informações referentes à depreciação dos ativos imobilizados no Brasil. Para isso, foram analisadas as maiores companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA, que possuíam ativos imobilizados e/ou despesas de depreciação de 2006 a 2012. A amostra final contou com 74 empresas e, para agregar à análise, o período foi dividido em três: antes, durante e depois da adoção das IFRS.

Dada a questão de pesquisa e o objetivo do estudo, enunciou-se a seguinte hipótese de pesquisa: *No Brasil, mesmo após a adoção das normas internacionais, as informações divulgadas e apresentadas nas Demonstrações Contábeis relativas à depreciação demonstram que as taxas adotadas, o método de cálculo e o formato de apresentação da depreciação acumulada e da depreciação do exercício ainda sofrem grande influência das regras fiscais e das normas anteriores de contabilidade, o que denota que não houve mudança de comportamento por parte dos elaboradores dessas demonstrações.*

Para responder à questão de pesquisa e atingir o objetivo geral, foram elaborados quatro objetivos específicos. Com base nos dados levantados é possível verificar se esses objetivos foram atingidos. Para isso, tais objetivos foram enunciados novamente e foram verificadas as conclusões as quais se chegou:

- (i) *Verificar se há empresas que ainda estão utilizando as taxas de depreciação fiscal para fins societários e se antes da adoção das normas, alguma empresa já utilizava as taxas adequadas* – O nível de utilização das taxas fiscais variou dependendo da classe do ativo imobilizado, mas observou-se que, de maneira geral, antes da adoção das normas internacionais, a utilização das taxas fiscais era muito maior. Algumas empresas utilizavam outras taxas mesmo antes da adoção das IFRS.
- (ii) *Verificar se houve alteração nas taxas de depreciação antes e depois da adoção inicial das normas internacionais, para que se verifique se as empresas reavaliavam suas taxas com frequência* – Verificou-se que as empresas alteraram pouco suas taxas de depreciação em todos os grupos de ativos imobilizados. Após a adoção das normas internacionais e em especial para o exercício de 2010, as empresas aumentaram o nível de revisão. Em 2011 e 2012, no entanto, houve uma nova queda desse nível para todos os imobilizados estudados, o que pode ser um indicativo da permanência da influência da cultura do BR GAAP [*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*] e da acomodação das companhias às taxas utilizadas em anos anteriores.
- (iii) *Analisar se e como foram apresentadas as taxas de depreciação ao longo dos anos* – Antes da adoção das normas internacionais, a taxa fiscal era mais utilizada, contudo, após a adoção, passou-se a utilizar o método de apresentação através de taxas médias. Verificou-se também que as empresas que utilizaram intervalos de taxas para alguns ativos foram sempre as mesmas, um indicativo de que as empresas não costumam mudar muito seus formatos de apresentação das taxas.
- (iv) *Verificar se outras informações, exigidas pelas normas (antes e depois da adoção dos CPC), referentes à depreciação foram apresentadas, como método de cálculo, depreciação acumulada e despesa de depreciação* – A metodologia de cálculo,

informação obrigatória desde a Lei n. 6.404/76, não foi apresentada por algumas empresas (2,51%) antes, durante e depois da adoção das normas internacionais, sendo que a mais utilizada foi o método linear (93,44%) em todos os anos estudados. Da mesma forma, as informações sobre depreciação acumulada e despesa de depreciação por classe de imobilizado não foram apresentadas por algumas empresas (14,48% e 57,92%, respectivamente), mesmo com a exigência do CPC 27, outro indício da manutenção da cultura anterior nas empresas. Ademais, antes das IFRS a depreciação acumulada era apresentada no cálculo do valor líquido do imobilizado; e após, passou a ser apresentada na composição do saldo do mesmo, junto à depreciação do período.

Assim, dados os atingimentos dos objetivos específicos, é possível afirmar que o objetivo geral também foi atingido e a hipótese de pesquisa, parcialmente rejeitada. Isso porque conclui-se que foi possível encontrar mudanças consideráveis nas Notas Explicativas, principalmente após a adoção das IFRS, mas ainda permanecem muitos resquícios da cultura anterior, desde a utilização das taxas fiscais, passando pelo baixo nível de revisão das taxas, até a não apresentação de informações obrigatórias sobre depreciação.

Dessa forma, pode-se afirmar que muitas empresas ainda precisam se adequar completamente às novas normas no que tange a depreciação, para que mais informações estejam disponíveis para o usuário, que, assim, poderá utilizá-las para sua tomada de decisão sobre investimento.

5.2 Implicações do estudo

A presente pesquisa demonstrou a evolução das informações relacionadas à depreciação nos últimos sete anos, mas também indicou aquilo que possui potencial de melhora. Assim, esses achados podem ser úteis para os seguintes interessados:

- Investidores e credores - São os principais usuários da informação contábil, conforme o Pronunciamento Conceitual Básico, e necessitam de informações úteis para suas tomadas de decisão de investimento. Utilizam os relatórios financeiros para esses fins

e precisam que a informação seja completa e compreensível. Assim, o presente relatório auxilia esses usuários ao passo que destaca os problemas nas demonstrações (falta de informação e permanência da utilização de taxas fiscais) que podem, conseqüentemente, afetar essas tomadas de decisão. Esse estudo auxilia também na comparação da forma de apresentação da informação com o passar dos anos, ajudando em sua melhor compreensão.

- Reguladores – Ainda que a informação seja mais transparente, verificou-se que há o que ser aprimorado. Além disso, comprovou-se também que informações obrigatórias não foram apresentadas por certas empresas. Assim, esse trabalho pode auxiliar os reguladores na verificação do atendimento aos requisitos das normas relacionadas à depreciação, sua comparação com os anos pré-IFRS e na reavaliação do *enforcement* dado atualmente para a necessidade de aumento da qualidade da informação.
- Pesquisadores – Esse trabalho mostrou que a informação contábil sobre depreciação ainda pode ser muito explorada e que é influenciada pelo momento em que a Contabilidade se encontra. Verificou-se também que não é muito recorrente encontrar pesquisas sobre esse tema. Assim, é possível dizer que essa pesquisa contribuiu para auxiliar os pesquisadores fornecendo conhecimento sobre a evolução das divulgações sobre depreciação e sendo utilizado como base para outros estudos.
- Empresas e Auditoria externa – Acredita-se que o potencial de utilidade do presente trabalho está principalmente na conscientização das empresas da necessidade e da demanda por mais e, especialmente, melhores informações, permitindo o real alcance do objetivo da Contabilidade. Dessa forma, espera-se que este trabalho seja utilizado pelas próprias companhias e pelos auditores independentes para melhorar e adequar a informação contábil à essa nova realidade.

5.3 Limitações da pesquisa

As delimitações dos dados estudados e as metodologias escolhidas para análise acarretam em algumas limitações para a pesquisa, como apresentado nesse tópico.

A primeira limitação está ligada ao procedimento de pesquisa. Segundo G. Martins e Theóphilo (2009, p. 86), em uma pesquisa documental, o grau de confiança referente à veracidade dos documentos é uma limitação ao estudo realizado. Contudo, entende-se que esse problema é minimizado pelos relatórios financeiros que passaram por auditoria externa, já que, de acordo com a NBC TA 200 (Norma Técnica de Auditoria Independente), seu objetivo é aumentar o grau de confiança dos relatórios financeiros analisados, por parte dos usuários.

A segunda limitação refere-se a quantidade de empresas analisadas. Como não estão sendo analisadas todas as empresas da população, não é possível fazer generalizações. Esse impedimento está relacionado também com o fato da escolha das empresas não ter sido aleatória. Ressalta-se também o fato de que a análise limitou-se a uma amostra de empresas que fazem parte das 1000 Melhores & Maiores, o que restringe as conclusões a esse tipo de empresa.

A terceira limitação deste estudo refere-se ao fato de que os dados são relativos apenas a empresas abertas, o que exclui uma quantidade de empresas que poderia ser relevante.

REFERÊNCIAS¹⁶

- Agoglia, C. P., Doupnik, T. S., & Tsakumis, G. T. (2011). Principles-Based versus Rules-Based Accounting Standards: The Influence of Standard Precision and Audit Committee Strength on Financial Reporting Decisions. *The Accounting Review*, 86(3), 747-767.
- Baptista, E. M. (abr/jun de 2009). Ganhos em transparência versus novos instrumentos de manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela Lei nº 11.638. *Revista de Administração de Empresas*, 49(2), 234-239.
- Barcellos, L. P., Silva, A. H., & Costa Junior, J. V. (mai./ago. de 2012). Impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia. *Pensar Contábil*, 14(54), pp. 4-14.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498.
- Benston, G. J., Bromwich, M., & Wagenhofer, A. (2006). Principles- versus rules-based accounting standards: the FASB's standard setting strategy. *ABACUS*, 42(2), 165-188.
- Beuren, I. M. (2009). Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. Em I. M. Beuren, *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática* (3ª ed., pp. 46-75). São Paulo: Atlas.
- Bifano, E. P. (2010). Contabilidade e Direito: a nova relação. Em R. Q. Mosquera, & A. B. Lopes, *Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)* (pp. 116-137). São Paulo: Dialética.

¹⁶ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

- Black, B. S. (2001). Strengthening Brazil's securities markets. *Revista de Direito Mercantil, Economico e Financeiro*, Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=247673>. Acesso em 2 de Maio de 2013, disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=247673>
- Black, J., Hopper, M., & Band, C. (2007). Making a success of principles-based regulation. *Law and Financial Markets Review*, 1(3), 191-206.
- Braga, J. P., Oliveira, J. R., & Salotti, B. M. (set./dez. de 2009). Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 3(3), pp. 81-95.
- Brasil. (3 de Novembro de 1860). *Decreto n. 2.679 de 1860*. Acesso em 13 de Outubro de 2013, disponível em Site do Senado Federal: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=62040&norma=779>
21
- Brasil. (22 de Agosto de 1860). *Lei n. 1.083*. Acesso em 12 de Junho de 2013, disponível em Site da LexML: <http://www.lexml.gov.br/>
- Brasil. (26 de Setembro de 1940). *Decreto-Lei n. 2.627/40*. Acesso em 22 de Abril de 2013, disponível em Site do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2627.htm
- Brasil. (27 de Maio de 1946). *Decreto-Lei n. 9.295/46*. Acesso em 12 de Junho de 2013, disponível em Site do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm
- Brasil. (7 de Dezembro de 1976). *Lei n. 6.385/76*. Acesso em 12 de Junho de 2013, disponível em Site do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16385.htm

Brasil. (15 de dezembro de 1976). *Lei n. 6.404/76*. Acesso em 17 de Abril de 2013, disponível em Site do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm#art176iv

Brasil. (26 de Dezembro de 1977). *Decreto-Lei n. 1.598/77*. Acesso em 8 de Outubro de 2013, disponível em Site do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1598.htm

Brasil. (26 de Março de 1999). *Decreto n. 3.000/99*. Acesso em 22 de Abril de 2013, disponível em Site do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm

Brasil. (28 de Dezembro de 2007). *Lei n. 11.638/07*. Acesso em 21 de Abril de 2013, disponível em Site do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm

Brasil. (27 de Maio de 2009). *Lei n. 11.941/09*. Acesso em 21 de Abril de 2013, disponível em Site do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm#art37

Brasil. (12 de Novembro de 2013). *Medida Provisória n. 627/13*. Fonte: Site da RFB: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/MPs/2013/mp627.htm>

Cardoso, R. L., Silva, M. A., Mário, P. d., & Iudícibus, S. (jan./mar. de 2010). Análise da regulação da contabilidade à luz da teoria tridimensional do direito de Miguel Reale. *Revista Universo Contábil*, 6(1), 6-26.

Carmo, C. H., Ribeiro, A. M., & Carvalho, L. N. (2011). Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 242-262.

- Colauto, R. D., & Beuren, I. M. (2009). Coleta, análise e interpretação dos dados. Em I. M. Beuren, *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática* (3ª ed., pp. 117-144). São Paulo: Atlas.
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM. (22 de Dezembro de 2009). *Deliberação n. 619/09*. Acesso em 1 de Junho de 2013, disponível em Site da CVM: http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=\deli\Delibera%E7%E3o%20616%20-%20ICPC%2006.doc
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM. (Outubro de 2013). *Demonstrações Financeiras Padronizadas*. Fonte: Site da CVM: <http://www.cvm.gov.br/>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (4 de Dezembro de 2009). *Interpretação Técnica ICPC 10*. Acesso em 1 de Junho de 2013, disponível em Site do CPC: http://www.cpc.org.br/pdf/ICPC_10_TermodeAprovacao.pdf
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (26 de Junho de 2009). *Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo Imobilizado*. Acesso em 21 de Abril de 2013, disponível em Site do CPC: <http://www.cpc.org.br>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (7 de Agosto de 2009). *Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola*. Acesso em 3 de Junho de 2013, disponível em Site do CPC: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_29.pdf
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (6 de Agosto de 2010). *Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1): Redução ao Valor Recuperável de Ativos*. Acesso em 21 de Abril de 2013, disponível em Site do CPC: <http://www.cpc.org.br>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (2 de Dezembro de 2011). *Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Acesso em 19 de Abril de 2013, disponível em Site do CPC: <http://www.cpc.org.br>

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (2005). *Resolução n. 1.025/05*. Acesso em 6 de Junho de 2013, disponível em Site do Cosif: <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=rescfc1025nbct1901>

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (15 de Abril de 2005). *Resolução n. 1.027/05*. Acesso em 4 de Junho de 2013, disponível em http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/nbct19_5.htm

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (7 de Outubro de 2005). *Resolução n. 1.055/05*. Acesso em 19 de Abril de 2013, disponível em Site do CFC: www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm

Costa, J. A., Theóphilo, C. R., & Yamamoto, M. M. (2012). A aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(2), 110-126.

Cruz, C. V., & Lima, G. A. (jan./mar. de 2010). Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 6(1), pp. 85-101.

Dantas, J. A., Zendersky, H. C., Santos, S. C., & Niyama, J. K. (2005). A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relevância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *Revista Economia & Gestão*, 5(11), 56-76.

Demo, P. (2011). *Praticar ciência: Metodologias do conhecimento científico*. São Paulo: Editora Saraiva.

Dye, R. (2001). An evaluation of 'essays on disclosure' and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 32, 181-235.

- Eberhartinger, E. L. (1999). The impact of tax rules on financial reporting in Germany, France and UK. *The International Journal of Accounting*, 34(1), 93-119.
- Eccles, R. G., Herz, R. H., Keegan, E. M., & Phillips, D. M. (2001). *The value reporting revolution: moving beyond the earnings game*. Nova York, Estados Unidos: John Wiley & Sons, Inc.
- Eco, H. (2001). *Como se faz uma tese* (16ª ed.). (G. C. Souza, Trad.) São Paulo: Editora Perspectiva.
- Ernst&Young, & Fipecafi. (2010). *Manual de normas internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas brasileiras* (2ª ed.). São Paulo, São Paulo: Atlas.
- Ferrovia Centro Atlântica. (31 de Dezembro de 2012). *Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis*. Acesso em 22 de outubro de 2013, disponível em Site da CVM: www.cvm.gov.br
- Financial Accounting Standards Committee (FASC). (Março de 2003). Evaluating concepts-based vs. rules-based approaches to standard setting. *Accounting Horizons*, 17(1), 73-89.
- Freire, M. D., Machado, M. R., Machado, L. S., Souza, E. S., & Oliveira, J. J. (2012). Aderência às normas internacionais pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 3-22.
- Fundação IFRS. (Janeiro de 2013). *Quem somos e o que fazemos*. Acesso em 19 de Junho de 2013, disponível em Site da IFRS: <http://www.ifrs.org/The-organisation/Documents/2013/Who-We-Are-Portuguese-2013.pdf>
- Geron, C. M. (2008). *Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos trinta anos: da Lei n. 6.404/76 à Lei n. 11.638/07*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

Goulart, A. M. (2003). *Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo.

Graciliano, E. A., & Fialho, W. C. (jan./abr. de 2013). Registro da depreciação na Contabilidade Pública: uma contribuição para o disclosure de gestão. *Pensar Contábil*, 15(56), 14-21.

Gray, S. J. (1988). Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. *ABACUS*, 24(1), 1-15.

Guimarães, L. (1981). *Depreciação e retorno sobre o investimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1992). *Accounting Theory* (5ª ed.). Chicago: Irwin.

Hung, M., & Subramanyam, K. R. (2007). Financial statement effects of adopting International Accounting Standards: The case of Germany. *Review of Accounting Studies*, 12(4), 623-657.

International Accounting Standards Board - IASB. (1 de Janeiro de 2011). *IAS 1 - Presentation of Financial Statements*. Acesso em 8 de Junho de 2013, disponível em Site do IFRS: <http://www.ifrs.org/IFRSs/Pages/IAS.aspx>

International Accounting Standards Board - IASB. (1 de Janeiro de 2011). *IAS 16 - Property, plant and equipment*. Acesso em 1 de Junho de 2013, disponível em Site do IFRS: <http://www.ifrs.org/IFRSs/Pages/IAS.aspx>

- International Accounting Standards Board - IASB. (1 de Janeiro de 2013). *IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*. Acesso em 19 de Agosto de 2013, disponível em Site da IFRS Foundation: <http://www.ifrs.org/>
- Istrate, C. (2012). Impact of IFRS on romanian accounting and tax rules for fixed tangibles assets. *Accounting and Management Information Systems*, 2, pp. 243-263.
- Iudícibus, S. (2007). Contabilidade: entre umas e outras. *Revista de Informação Contábil*, 1(1), 1-6.
- Iudícibus, S. (2009). *Teoria da Contabilidade* (9ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(38), 7-19.
- Iudícibus, S., Martins, E., & Gelbcke, E. R. (2007). *Manual de Contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- La Porta, R., De-Silanes, F. L., & Shleifer, A. (2008). The economic consequences of legal origins. *Journal of Economic Literature*, 46(2), 285-332.
- Lanzana, A. P. (2004). *Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras*. Universidade de São Paulo, Departamento de Administração, São Paulo.
- Larson, R. K., & Street, D. L. (2004). Convergence with IFRS in an expanding Europe: progress and obstacles identified by large accounting firms' survey. *Journal of international accounting, auditing and taxation*, 13(2), 89-119.
- Lima, G. A. (2007). *Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo.

- Lima, J. B. (2010). *A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo.
- Lopes, A. B., & Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem* (8ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Martins, E. (Janeiro-Abril de 1999). Contabilidade Versus Fluxo de Caixa. *Caderno de Estudos - FIPECAFI*, 20.
- Martins, E., Diniz, J. A., & Miranda, G. J. (2012). *Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica*. São Paulo: Atlas.
- Martins, E., Gelbcke, E. R., Santos, A., & Iudícibus, S. (2013). *Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Martins, E., Martins, V. A., & Martins, E. A. (Setembro de 2007). Normatização Contábil: Ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. *Revista de Informação Contábil*, 1(1), 7-30.
- Martins, G. A. (2002). *Manual para elaboração de monografias e dissertações* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Matarazzo, D. C. (2008). *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

- Mello, H. R. (2011). *Lucro contábil e fiscal: efeitos do Regime Tributário de Transição - RTT*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo.
- Murcia, F. D., & Santos, A. (2009). Fatores Determinantes do Nível de Disclosure Voluntário das Companhias Abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3, 72-95.
- Neuendorf, K. A. (2002). *The content analysis guidebook*. Londres: Sage Publications.
- Nobes, C. (Março de 2005). Rules-based standards and the lack of principles in Accounting. *Accounting Horizons*, 19(1), 25-34.
- Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Oliveira, V. A., Lemes, S., Almeida, L. C., & Ferreira, L. S. (2008). Gerenciamento de resultados contábeis por meio de ativos fiscais diferidos. *Revista UnB Contábil*, 11(1-2), 153-169.
- Poder Executivo. (8 de Novembro de 2000). *Projeto de Lei n. 3.741/00*. Acesso em 8 de Junho de 2013, disponível em Site da Câmara dos Deputados: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20141>
- Pohlmann, M. C., & Alves, F. J. (2004). Teoria Avançada da Contabilidade. Em S. Iudícibus, & A. B. Lopes. São Paulo: Atlas.
- Radu, D., & Marius, D. (2011). Issues related to the accounting treatment of the tangible and intangible assets depreciation. *The annals of the University of Oradea - Economic Sciences*, 1(2), pp. 498-502.

- Ramos, A. T. (1968). *O problema da amortização dos bens depreciables e as necessidades administrativas das empresas*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2009). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Em I. M. Beuren, *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática* (3ª ed., pp. 76-97). São Paulo: Atlas.
- Receita Federal do Brasil - RFB. (31 de Dezembro de 1998). *Instrução Normativa SRF n. 162*. Acesso em 8 de Outubro de 2013, disponível em Site da Receita Federal do Brasil: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1998/in16298.htm>
- Receita Federal do Brasil - RFB. (16 de Junho de 2009). *Instrução Normativa RFB n. 949/09*. Acesso em 22 de Abril de 2013, disponível em Site da RFB: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2009/in9492009.htm>
- Receita Federal do Brasil - RFB. (28 de Março de 2011). *Instrução Normativa RFB n. 1.139/11*. Acesso em 22 de Abril de 2013, disponível em Site da RFB: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2011/in11392011.htm>
- Receita Federal do Brasil - RFB. (29 de Julho de 2011). *Parecer Normativo n. 1*. Acesso em 22 de Junho de 2013, disponível em Site da RFB: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/pareceresnormativos/2011/parecer012011.htm>
- Receita Federal do Brasil - RFB. (17 de Setembro de 2013). *Instrução Normativa RFB n. 1.397/13*. Fonte: Site da RFB: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2013/in13972013.htm>
- Reis, A. O., Anjos, D. A., Sediyanha, G. A., & Lélis, D. L. (jul./dez. de 2013). Disclosure da recuperabilidade do valor do ativo imobilizado: análise do setor de siderurgia brasileiro. *Revista Ambiente Contábil*, 5(2), pp. 37-52.

- Reis, E. A. (1997). *Aspectos da depreciação de ativos sob a ótica da gestão econômica*. Universidade de São Paulo, Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo.
- Reis, L. G., & Nogueira, D. R. (jan./jun. de 2012). Disclosure do ativo imobilizado: análise das práticas pelas empresas do Novo Mercado considerando o CPC 27. *Revista de Estudos Contábeis*, 3(4), pp. 54-67.
- Reynolds, I. N. (1961). Selecting the proper depreciation method. *The Accounting Review*, 36(2), 239-248.
- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação. *Brazilian Business Review*, 2(1), 53-70.
- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2008). Demonstração voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), 37-49.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Schmidt, P., & Santos, J. L. (jan./abr. de 2012). Cronologia da normatização das demonstrações contábeis no Brasil: do Código Comercial Brasileiro de 1850 ao pronunciamento 26 do CPC de 2009. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 31(1), pp. 27-35.
- Securities and Exchange Commission (SEC). (Julho de 2003). *Study Pursuant to Section 108(d) of the Sarbanes-Oxley Act of 2002 on the Adoption by the United States Financial Reporting System of a Principles-Based Accounting System*. Acesso em 14 de Abril de 2013, disponível em Site da SEC: <http://www.sec.gov/news/studies/principlesbasedstand.htm#1e>

- Silva, R. L. (2013). *Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Contabilidade e Atuária, São Paulo.
- Silva, T. M., & Nakao, S. H. (abr./jun. de 2011). Divulgação na adoção pela primeira vez de IFRS por empresas europeias de setores e sistemas jurídicos diferentes. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 22(2), 93-124.
- Street, D. L., & Larson, R. K. (2004). Large accounting firms' survey reveals emergence of "two standard" system in the European Union. *Advances in international accounting*, 17, 1-29.
- União Europeia. (19 de Julho de 2002). *Regulamento da Comissão Europeia (CE) n. 1.606/02*. Acesso em 1 de Maio de 2013, disponível em Site da Comissão Europeia: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CONSLEG:2002R1606:20080410:PT:PDF>
- Valor Econômico. (13 de Dezembro de 2011). *Regulador aperta cerco sobre ativos "duvidosos"*. Fonte: Site do Valor Econômico: <http://www.valor.com.br/impreso/empresas/regulador-aperta-cerco-sobre-ativos-duvidosos>
- Verrecchia, R. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32, 97-180.
- Whirpool. (31 de Dezembro de 2007). *Notas Explicativas*. Acesso em 31 de Outubro de 2013, disponível em Site da CVM: www.cvm.gov.br
- Whirpool. (31 de Dezembro de 2012). *Notas Explicativas*. Acesso em 31 de Outubro de 2013, disponível em Site da CVM: www.cvm.gov.br

APÊNDICES

APÊNDICE A – Classificação dos setores das empresas analisadas, conforme a NAICS.

Empresa estudada	Setor conforme o NAICS
AES Tiete	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Alpargatas	Indústria de calçados
Ambev	Indústria de bebidas
Ampla Energia	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
B2W Digital	Vendas por correio ou meio eletrônico
Braskem	Indústria química
Cacique	Moinho de grãos
CEEE-GT	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Celulose Irani	Indústria de papel, celulose e papelão
Cemig	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Cesp	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Cia Hering	Indústria de roupas de malha
Coelce	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Companhia Siderúrgica Nacional	Transformação de aço em produtos de aço
Copasa	Água, esgoto e outros sistemas
Coteminas	Indústria de roupas de tecido
CPFL Energia	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Csu Cardsystem	Serviços de apoio a empresas
Dasa	Laboratório de exames médicos
Duratex	Indústria de móveis e afins
Elekeiroz	Indústria química básica
Elektro	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Eletrobrás	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Eletropaulo	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Embraer	Indústria de equipamentos aeroespaciais
Eternit	Indústria de outros produtos de minerais não metálicos
Eucatex	Indústria de produtos de madeira compensada e afins
Ferrovias Centro-Atlântica	Transporte ferroviário
Ferbasa	Fundição
Fibria	Indústria de papel, celulose e papelão
Fras-Le	Indústria de autopeças
Gafisa	Construção de edifícios residenciais
Grendene	Indústria de calçados
Guararapes	Indústria de roupas de tecido
Itautec	Indústria de computadores e periféricos

Empresa estudada	Setor conforme o NAICS
JBS	Abatedouros
Josapar	Moinho de grãos
Kepler Weber	Indústria de estruturas metálicas
Klabin S/A	Indústria de papel, celulose e papelão
Localiza	Locadora de automóveis
Log-In	Atividades auxiliares ao transporte
Lojas Americanas	Loja de departamentos
M.Diasbranco	Outras indústrias de alimentos
Marcopolo	Indústria de carrocerias e trailers
Marfrig	Abatedouros
Metalfrio	Indústria de equipamentos de refrigeração
Millennium	Indústria química
Natura	Comércio atacadista de bens não duráveis variados
Net	TV a cabo
Odontoprev	Consultório odontológico
Oi	Telecomunicações
Pão de Açúcar - CBD	Loja de departamentos
Petrobras	Extração de petróleo e gás
Positivo Informática	Indústria de computadores e periféricos
Profarma	Comércio atacadista de remédios
Providencia	Indústria química básica
Raia Drogasil	Loja de artigos para saúde e cuidados pessoais
Randon Participações	Indústria de carrocerias e trailers
Sabesp	Água, esgoto e outros sistemas
Sanepar	Água, esgoto e outros sistemas
Santanense	Tecelagens
Saraiva Livraria	Editoras de jornais, livros e base de dados
SLC Agrícola	Agricultura
Souza Cruz	Indústria de fumo
Tegma	Atividades auxiliares ao transporte
Telefônica Brasil	Telecomunicações
Totvs	Editoras de software
Tractebel	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica
Usiminas	Transformação de aço em produtos de aço
Vale	Mineração de metais
Valid	Impressão e atividades auxiliares
Vicunha Têxtil	Tecelagens
Weg	Indústria de motores, turbinas e transmissores de energia
Whirlpool	Indústria de eletrodomésticos

APÊNDICE B – Detalhamentos dos níveis apresentados nos Gráficos

Detalhamento dos níveis de metodologia de cálculo da depreciação apresentados no Gráfico 1.

Exercício	Linear		Unidades produzidas e Linear		Soma dos dígitos e Linear		Não informado	
2006	71	95,95%	2	2,70%	0	0,00%	1	1,35%
2007	71	95,95%	2	2,70%	0	0,00%	1	1,35%
2008	72	97,30%	2	2,70%	0	0,00%	0	0,00%
2009	71	95,95%	2	2,70%	0	0,00%	1	1,35%
2010	66	89,19%	3	4,05%	1	1,35%	4	5,41%
2011	66	89,19%	4	5,41%	1	1,35%	3	4,05%
2012	67	90,54%	3	4,05%	1	1,35%	3	4,05%
Total	484	93,44%	18	3,47%	3	0,58%	13	2,51%

Detalhamento dos níveis de apresentação das taxas, apresentados no Gráfico 2.

Exercício	Nível de apresentação das taxas		Nível de apresentação em conjunto com o imobilizado	
2006	67	90,54%	28	37,84%
2007	68	91,89%	28	37,84%
2008	68	91,89%	28	37,84%
2009	64	86,49%	22	29,73%
2010	69	93,24%	23	31,08%
2011	66	89,19%	24	32,43%
2012	67	90,54%	23	31,08%
Total	469	90,54%	176	33,98%

Detalhamento do formato de taxas utilizado para “Edificações”, conforme apresentado no Gráfico 3.

Exercício	Taxas fiscais		Taxas Médias		Intervalos de taxas		Formato duplo	
2006	35	62,50%	14	25,00%	7	12,50%	0	0,00%
2007	36	63,16%	14	24,56%	7	12,28%	0	0,00%
2008	37	63,79%	15	25,86%	6	10,34%	0	0,00%
2009	30	52,63%	19	33,33%	7	12,28%	1	1,75%
2010	18	30,51%	26	44,07%	13	22,03%	2	3,39%
2011	18	31,58%	24	42,11%	13	22,81%	2	3,51%
2012	19	32,76%	25	43,10%	12	20,69%	2	3,45%
Total	193	48,01%	137	34,08%	65	16,17%	7	1,74%

Detalhamento do formato de taxas utilizado para “Instalações”, conforme apresentado no Gráfico 4.

Exercício	Taxas fiscais		Taxas Médias		Intervalos de taxas		Formato duplo	
2006	27	58,70%	8	17,39%	10	21,74%	1	2,17%
2007	27	57,45%	12	25,53%	7	14,89%	1	2,13%
2008	26	56,52%	12	26,09%	7	15,22%	1	2,17%
2009	24	53,33%	11	24,44%	8	17,78%	2	4,44%
2010	19	39,58%	20	41,67%	9	18,75%	0	0,00%
2011	17	36,17%	21	44,68%	9	19,15%	0	0,00%
2012	15	31,91%	25	53,19%	7	14,89%	0	0,00%
Total	155	47,55%	109	33,44%	57	17,48%	5	1,53%

Detalhamento do formato de taxas utilizado para “Máquinas e equipamentos”, conforme apresentado no Gráfico 5.

Exercícios	Taxas fiscais		Taxas Médias		Intervalos de taxas		Formato duplo	
2006	28	43,08%	19	29,23%	17	26,15%	1	1,54%
2007	30	45,45%	18	27,27%	17	25,76%	1	1,52%
2008	30	45,45%	20	30,30%	15	22,73%	1	1,52%
2009	22	34,92%	22	34,92%	17	26,98%	2	3,17%
2010	10	15,87%	36	57,14%	15	23,81%	2	3,17%
2011	11	17,74%	35	56,45%	14	22,58%	2	3,23%
2012	12	19,05%	36	57,14%	13	20,63%	2	3,17%
Total	143	31,92%	186	41,52%	108	24,11%	11	2,46%

Detalhamento do formato de taxas utilizado para “Móveis e Utensílios”, conforme apresentado no Gráfico 6.

Exercícios	Taxas fiscais		Taxas Médias		Intervalos de taxas		Formato duplo	
2006	46	83,64%	4	7,27%	5	9,09%	0	0,00%
2007	45	78,95%	7	12,28%	5	8,77%	0	0,00%
2008	45	80,36%	6	10,71%	5	8,93%	0	0,00%
2009	37	68,52%	9	16,67%	7	12,96%	1	1,85%
2010	34	57,63%	16	27,12%	9	15,25%	0	0,00%
2011	29	51,79%	18	32,14%	9	16,07%	0	0,00%
2012	25	44,64%	24	42,86%	7	12,50%	0	0,00%
Total	261	66,41%	84	21,37%	47	11,96%	1	0,25%

Detalhamento do formato de taxas utilizado para “Veículos”, conforme apresentado no Gráfico 7.

Exercícios	Taxas fiscais		Taxas Médias		Intervalos de taxas		Formato duplo	
2006	41	75,93%	9	16,67%	4	7,41%	0	0,00%
2007	39	72,22%	10	18,52%	5	9,26%	0	0,00%
2008	40	74,07%	10	18,52%	4	7,41%	0	0,00%
2009	34	65,38%	13	25,00%	4	7,69%	1	1,92%
2010	28	50,91%	21	38,18%	5	9,09%	1	1,82%
2011	26	50,00%	20	38,46%	5	9,62%	1	1,92%
2012	21	41,18%	24	47,06%	5	9,80%	1	1,96%
Total	229	61,56%	107	28,76%	32	8,60%	4	1,08%

Detalhamento do formato de taxas utilizado para “Sistemas de processamento de dados”, conforme apresentado no Gráfico 8.

Exercícios	Taxas fiscais		Taxas Médias		Intervalos de taxas		Formato duplo	
2006	41	87,23%	3	6,38%	3	6,38%	0	0,00%
2007	40	81,63%	7	14,29%	2	4,08%	0	0,00%
2008	36	80,00%	7	15,56%	2	4,44%	0	0,00%
2009	31	73,81%	8	19,05%	3	7,14%	0	0,00%
2010	21	46,67%	17	37,78%	7	15,56%	0	0,00%
2011	25	55,56%	13	28,89%	7	15,56%	0	0,00%
2012	23	51,11%	18	40,00%	4	8,89%	0	0,00%
Total	217	68,24%	73	22,96%	28	8,81%	0	0,00%

Detalhamento da apresentação de depreciação e depreciação acumulada por grupo de ativo imobilizado, conforme Gráfico 9.

Exercícios	Apresentação de depreciação acumulada por imobilizado		Apresentação de depreciação por imobilizado	
2006	62	83,78%	0	0,00%
2007	61	82,43%	7	9,46%
2008	62	83,78%	9	12,16%
2009	64	86,49%	19	25,68%
2010	65	87,84%	58	78,38%
2011	63	85,14%	61	82,43%
2012	66	89,19%	64	86,49%
Total	443	85,52%	218	42,08%

Detalhamento da apresentação do cálculo do valor líquido e da composição do imobilizado, conforme Gráfico 10.

Exercícios	Apresentação do cálculo do valor líquido imobilizado		Apresentação da composição da depreciação do imobilizado	
2006	62	83,78%	0	0,00%
2007	61	82,43%	7	9,46%
2008	62	83,78%	9	12,16%
2009	64	86,49%	19	25,68%
2010	65	87,84%	58	78,38%
2011	63	85,14%	61	82,43%
2012	66	89,19%	64	86,49%
Total	443	85,52%	218	42,08%

APÊNDICE C – Quantidade total de observações: Tipo de Imobilizado X Exercício.

	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Sistema de Processamento de dados
2006	56	46	65	55	54	47
2007	57	47	66	57	54	49
2008	58	46	66	56	54	45
2009	57	45	63	54	52	42
2010	59	48	63	59	55	45
2011	57	47	62	56	52	45
2012	58	47	63	56	51	45
Total	402	326	448	393	372	318

APÊNDICE D – Quantidade de observações para análise de alterações: Tipo de Imobilizado
X Exercício

	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Sistema de Processamento de dados
2007	55	46	65	55	54	47
2008	57	46	66	56	54	45
2009	56	43	63	53	51	41
2010	54	44	57	52	50	39
2011	56	47	61	55	51	43
2012	57	46	62	55	50	44
Total	335	272	374	326	310	259

APÊNDICE E – Detalhamento das comparações dos níveis de utilização dos formatos de apresentação por classe de imobilizado (em porcentagem)

Aumento/Redução na utilização de Taxas Fiscais.

	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Sistema de Processamento de dados
De 2006 para 2007	+2,86%	0,00%	+7,14%	-2,17%	-4,88%	-2,44%
De 2007 para 2008	+2,78%	-3,70%	0,00%	0,00%	+2,56%	-10,00%
De 2008 para 2009	-18,92%	-7,69%	-26,67%	-17,78%	-15,00%	-13,89%
De 2009 para 2010	-40,00%	-20,83%	-54,55%	-8,11%	-17,65%	-32,26%
De 2010 para 2011	0,00%	-10,53%	+10,00%	-14,71%	-7,14%	+19,05%
De 2011 para 2012	+5,56%	-11,76%	+9,09%	-13,79%	-19,23%	-8,00%

Aumento/Redução na utilização de Taxas Médias.

	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Sistema de Processamento de dados
De 2006 para 2007	0,00%	+50,00%	-5,26%	+75,00%	+11,11%	+133,33%
De 2007 para 2008	+7,14%	0,00%	+11,11%	-14,29%	0,00%	0,00%
De 2008 para 2009	+26,67%	-8,33%	+10,00%	+50,00%	+30,00%	+14,29%
De 2009 para 2010	+36,84%	+81,82%	+63,64%	+77,78%	+61,54%	+112,50%
De 2010 para 2011	-7,69%	+5,00%	-2,78%	+12,50%	-4,76%	-23,53%
De 2011 para 2012	+4,17%	+19,05%	+2,86%	+33,33%	+20,00%	+38,46%

Aumento/Redução na utilização de Intervalos de Taxas.

	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Sistema de Processamento de dados
De 2006 para 2007	0,00%	-30,00%	0,00%	0,00%	+25,00%	-33,33%
De 2007 para 2008	-14,29%	0,00%	-11,76%	0,00%	-20,00%	0,00%
De 2008 para 2009	+16,67%	+14,29%	+13,33%	+40,00%	0,00%	+50,00%
De 2009 para 2010	+85,71%	+12,50%	-11,76%	+28,57%	+25,00%	+133,33%
De 2010 para 2011	0,00%	0,00%	-6,67%	0,00%	0,00%	0,00%
De 2011 para 2012	-7,69%	-22,22%	-7,14%	-22,22%	0,00%	-42,86%

Aumento/Redução na utilização de Formato Duplo.

	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Sistema de Processamento de dados
De 2006 para 2007	-	0,00%	0,00%	-	-	-
De 2007 para 2008	-	0,00%	0,00%	-	-	-
De 2008 para 2009	-	+100,00%	+100,00%	-	-	-
De 2009 para 2010	+100,00%	-100,00%	0,00%	-100,00%	0,00%	-
De 2010 para 2011	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
De 2011 para 2012	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-

ANEXOS

ANEXO A – Lista completa de taxas fiscais de imobilizado, conforme IN n. 162/98.

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
Capítulo 01	ANIMAIS VIVOS		
101	ANIMAIS VIVOS DAS ESPÉCIES CAVALAR, ASININA E MUAR	5	20%
102	ANIMAIS VIVOS DA ESPÉCIE BOVINA	5	20%
103	ANIMAIS VIVOS DA ESPÉCIE SUÍNA	5	20%
104	ANIMAIS VIVOS DAS ESPÉCIES OVINA E CAPRINA	5	20%
105	GALOS, GALINHAS, PATOS, GANSOS, PERUS, PERUAS E GALINHAS-D'ANGOLA (PINTADAS), DAS ESPÉCIES DOMÉSTICAS, VIVOS	2	50%
Capítulo 39	OBRAS DE PLÁSTICOS		
3923	ARTIGOS DE TRANSPORTE OU DE EMBALAGEM, DE PLÁSTICOS		
3923.10	-Caixas, caixotes, engradados e artigos semelhantes	5	20%
3923.30	-Garrafas, garrafas, frascos e artigos semelhantes	5	20%
3923.90	-Outros vasilhames	5	20%
3926	OUTRAS OBRAS DE PLÁSTICOS E OBRAS DE OUTRAS MATÉRIAS DAS POSIÇÕES 3901 A 3914		
3926.90	Correias de transmissão e correias transportadoras	2	50%
3926.90	Artigos de laboratório ou de farmácia	5	20%
Capítulo 40	OBRAS DE BORRACHA		
4010	CORREIAS TRANSPORTADORAS OU DE TRANSMISSÃO, DE BORRACHA VULCANIZADA	2	50%
Capítulo 42	OBRAS DE COURO		
4204	Correias transportadoras ou correias de transmissão	2	50%
Capítulo 44	OBRAS DE MADEIRA		
4415	CAIXOTES, CAIXAS, ENGRADADOS, BARRICAS E EMBALAGENS SEMELHANTES, DE MADEIRA; CARRETÉIS PARA CABOS, DE MADEIRA; PALETES SIMPLES, PALETES-CAIXAS E OUTROS ESTRADOS PARA CARGA, DE MADEIRA; TAIPAIS DE PALETES, DE MADEIRA	5	20%
4416	BARRIS, CUBAS, BALSAS, DORNAS, SELHAS E OUTRAS OBRAS DE TANOEIRO	5	20%
Capítulo 57	TAPETES E OUTROS REVESTIMENTOS PARA PAVIMENTOS,	5	20%
	DE MATÉRIAS TÊXTEIS		
Capítulo 63	OUTROS ARTEFATOS TÊXTEIS CONFECCIONADOS		

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
6303	CORTINADOS, CORTINAS E ESTORES; SANEFAS E ARTIGOS SEMELHANTES PARA CAMAS PARA USO EM HOTÉIS E HOSPITAIS	5	20%
6305	SACOS DE QUAISQUER DIMENSÕES, PARA EMBALAGEM	5	20%
6306	ENCERADOS E TOLDOS; TENDAS; VELAS PARA EMBARCAÇÕES, PARA PRANCHAS À VELA OU PARA CARROS À VELA; ARTIGOS PARA ACAMPAMENTO	4	25%
Capítulo 69	PRODUTOS CERÂMICOS		
6909	APARELHOS E ARTEFATOS PARA USOS QUÍMICOS OU PARA OUTROS USOS TÉCNICOS, DE CERÂMICA; ALGUIDARES, GAMELAS E OUTROS RECIPIENTES SEMELHANTES PARA USOS RURAIS, DE CERÂMICA; BILHAS E OUTRAS VASILHAS PRÓPRIAS PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM, DE CERÂMICA	5	20%
Capítulo 70	OBRAS DE VIDRO		
7010	GARRAÇÕES, GARRAFAS, FRASCOS, BOIÕES, VASOS, EMBALAGENS TUBULARES, AMPOLAS E OUTROS RECIPIENTES, DE VIDRO, PRÓPRIOS PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM; BOIÕES DE VIDRO PARA CONSERVA	5	20%
Capítulo 73	OBRAS DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO		
7308	CONSTRUÇÕES, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO, EXCETO AS CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS DA POSIÇÃO 9406		
7308.10	-Pontes e elementos de pontes	25	4%
7308.20	-Torres e pórticos	25	4%
7309	RESERVATÓRIOS, TONÉIS, CUBAS E RECIPIENTES SEMELHANTES PARA QUAISQUER MATÉRIAS (EXCETO GASES COMPRIMIDOS OU LIQUEFEITOS), DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO, DE CAPACIDADE SUPERIOR A 300 LITROS, SEM DISPOSITIVOS MECÂNICOS OU TÉRMICOS, MESMO COM REVESTIMENTO INTERIOR OU CALORÍFUGO	10	10%
7311	RECIPIENTES PARA GASES COMPRIMIDOS OU LIQUEFEITOS, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO	5	20%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
7321	AQUECEDORES DE AMBIENTES (FOGÕES DE SALA), CALDEIRAS DE FORNALHA, FOGÕES DE COZINHA (INCLUÍDOS OS QUE POSSAM SER UTILIZADOS ACESSORIAMENTE NO AQUECIMENTO CENTRAL), CHURRASQUEIRAS (GRELHADORES), BRASEIRAS, FOGAREIROS A GÁS, AQUECEDORES DE PRATOS, E APARELHOS NÃO ELÉTRICOS SEMELHANTES, DE USO DOMÉSTICO, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO	10	10%
7322	RADIADORES PARA AQUECIMENTO CENTRAL, NÃO ELÉTRICOS, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO; GERADORES E DISTRIBUIDORES DE AR QUENTE (INCLUÍDOS OS DISTRIBUIDORES QUE POSSAM TAMBÉM FUNCIONAR COMO DISTRIBUIDORES DE AR FRIO OU CONDICIONADO), NÃO ELÉTRICOS, MUNIDOS DE VENTILADOR OU FOLE COM MOTOR, DE FERRO FUNDIDO, FERRO OU AÇO	10	10%
Capítulo 76	Obras de Alumínio		
7610	CONSTRUÇÕES DE ALUMÍNIO	25	4%
7611	RESERVATÓRIOS, TONÉIS, CUBAS E RECIPIENTES SEMELHANTES PARA QUAISQUER MATÉRIAS (EXCETO GASES COMPRIMIDOS OU LIQUEFEITOS), DE ALUMÍNIO, DE CAPACIDADE SUPERIOR A 300 LITROS, SEM DISPOSITIVOS MECÂNICOS OU TÉRMICOS, MESMO COM REVESTIMENTO INTERIOR OU CALORÍFUGO	10	10%
7613	RECIPIENTES PARA GASES COMPRIMIDOS OU LIQUEFEITOS, DE ALUMÍNIO	5	20%
Capítulo 82	FERRAMENTAS		
8201	PÁS, ALVIÕES, PICARETAS, ENXADAS, SACHOS, FORCADOS E FORQUILHAS, ANCINHOS E RASPADEIRAS; MACHADOS, PODÕES E FERRAMENTAS SEMELHANTES COM GUME; TESOURAS DE PODAR DE TODOS OS TIPOS; FOICES E FOICINHAS, FACAS PARA FENO OU PARA PALHA, TESOURAS PARA SEBES, CUNHAS E OUTRAS FERRAMENTAS MANUAIS PARA AGRICULTURA, HORTICULTURA OU SILVICULTURA	5	20%
8202	SERRAS MANUAIS; FOLHAS DE SERRAS DE TODOS OS TIPOS (INCLUÍDAS AS FRESAS-SERRAS E AS FOLHAS NÃO DENTADAS PARA SERRAR)	5	20%
8203	LIMAS, GROSAS, ALICATES (MESMO CORTANTES), TENAZES, PINÇAS, CISALHAS PARA METAIS, CORTA-TUBOS, CORTA-PINOS, SACA-BOCADOS E		

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
	FERRAMENTAS SEMELHANTES, MANUAIS		
8203.20	-Alicates (mesmo cortantes), tenazes, pinças e ferramentas semelhantes	5	20%
8203.30	-Cisalhas para metais e ferramentas semelhantes	5	20%
8203.40	-Corta-tubos, corta-pinos, saca-bocados e ferramentas semelhantes	5	20%
8204	CHAVES DE PORCAS, MANUAIS (INCLUÍDAS AS CHAVES DINAMOMÉTRICAS); CHAVES DE CAIXA INTERCAMBIÁVEIS, MESMO COM CABOS	5	20%
8205	FERRAMENTAS MANUAIS (INCLUÍDOS OS CORTA-VIDROS) NÃO ESPECIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRAS POSIÇÕES, LAMPARINAS OU LÂMPADAS DE SOLDAR (MAÇARICOS) E SEMELHANTES; TORNOS DE APERTAR, SARGENTOS E SEMELHANTES, EXCETO OS ACESSÓRIOS OU PARTES DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS; BIGORNAS; FORJAS-PORTÁTEIS; MÓS COM ARMAÇÃO, MANUAIS OU DE PEDAL	5	20%
8206	FERRAMENTAS DE PELO MENOS DUAS DAS POSIÇÕES 8202 A 8205	5	20%
8210	APARELHOS MECÂNICOS DE ACIONAMENTO MANUAL, PESANDO ATÉ 10kg, UTILIZADOS PARA PREPARAR, ACONDICIONAR OU SERVIR ALIMENTOS OU BEBIDAS	10	10%
8214	MÁQUINAS DE TOSQUIAR	5	20%
Capítulo 83	OBRAS DIVERSAS DE METAIS COMUNS		
8303	COFRES-FORTES, PORTAS BLINDADAS E COMPARTIMENTOS PARA CASAS-FORTES, COFRES E CAIXAS DE SEGURANÇA E ARTEFATOS SEMELHANTES, DE METAIS COMUNS	10	10%
8304	CLASSIFICADORES, FICHÁRIOS (FICHEIROS*), CAIXAS DE CLASSIFICAÇÃO, PORTA-CÓPIAS, PORTA-CANETAS, PORTA-CARIMBOS E ARTEFATOS SEMELHANTES, DE ESCRITÓRIO, DE METAIS COMUNS, EXCLUÍDOS OS MÓVEIS DE ESCRITÓRIO DA POSIÇÃO 9403	10	10%
Capítulo 84	REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS		
8401	REATORES NUCLEARES; ELEMENTOS COMBUSTÍVEIS (CARTUCHOS) NÃO IRRADIADOS, PARA REATORES NUCLEARES; MÁQUINAS E APARELHOS PARA A SEPARAÇÃO DE ISÓTOPOS	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8402	CALDEIRAS DE VAPOR (GERADORES DE VAPOR), EXCLUÍDAS AS CALDEIRAS PARA AQUECIMENTO CENTRAL CONCEBIDAS PARA PRODUÇÃO DE ÁGUA QUENTE E VAPOR DE BAIXA PRESSÃO; CALDEIRAS DENOMINADAS "DE ÁGUA SUPERAQUECIDA"	10	10%
8403	CALDEIRAS PARA AQUECIMENTO CENTRAL, EXCETO AS DA POSIÇÃO 8402	10	10%
8404	APARELHOS AUXILIARES PARA CALDEIRAS DAS POSIÇÕES 8402 OU 8403 (POR EXEMPLO: ECONOMIZADORES, SUPERAQUECEDORES, APARELHOS DE LIMPEZA DE TUBOS OU DE RECUPERAÇÃO DE GÁS); CONDENSADORES PARA MÁQUINAS A VAPOR	10	10%
8405	GERADORES DE GÁS DE AR (GÁS POBRE) OU DE GÁS DE ÁGUA, COM OU SEM DEPURADORES; GERADORES DE ACETILENO E GERADORES SEMELHANTES DE GÁS, OPERADOS A ÁGUA, COM OU SEM DEPURADORES	10	10%
8406	TURBINAS A VAPOR	10	10%
8407	MOTORES DE PISTÃO, ALTERNATIVO OU ROTATIVO, DE IGNIÇÃO POR CENTELHA (FAÍSCA) (MOTORES DE EXPLOÇÃO)	10	10%
8408	MOTORES DE PISTÃO, DE IGNIÇÃO POR COMPRESSÃO (MOTORES DIESEL OU SEMI-DIESEL)	10	10%
8410	TURBINAS HIDRÁULICAS, RODAS HIDRÁULICAS, E SEUS REGULADORES	10	10%
8411	TURBORREACTORES, TURBOPROPULSORES E OUTRAS TURBINAS A GÁS	10	10%
8412	OUTROS MOTORES E MÁQUINAS MOTRIZES	10	10%
8413	BOMBAS PARA LÍQUIDOS, MESMO COM DISPOSITIVO MEDIDOR; ELEVADORES DE LÍQUIDOS	10	10%
8414	BOMBAS DE AR OU DE VÁCUO, COMPRESSORES DE AR OU DE OUTROS GASES E VENTILADORES; COIFAS ASPIRANTES (EXAUSTORES*) PARA EXTRAÇÃO OU RECICLAGEM, COM VENTILADOR INCORPORADO, MESMO FILTRANTES	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8415	MÁQUINAS E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO CONTENDO UM VENTILADOR MOTORIZADO E DISPOSITIVOS PRÓPRIOS PARA MODIFICAR A TEMPERATURA E A UMIDADE, INCLUÍDOS AS MÁQUINAS E APARELHOS EM QUE A UMIDADE NÃO SEJA REGULÁVEL SEPARADAMENTE	10	10%
8416	QUEIMADORES PARA ALIMENTAÇÃO DE FORNALHAS DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, COMBUSTÍVEIS SÓLIDOS PULVERIZADOS OU DE GÁS; FORNALHAS AUTOMÁTICAS, INCLUÍDAS AS ANTEFORNALHAS, GRELHAS MECÂNICAS, DESCARREGADORES MECÂNICOS DE CINZAS E DISPOSITIVOS SEMELHANTES	10	10%
8417	FORNOS INDUSTRIAIS OU DE LABORATÓRIO, INCLUÍDOS OS INCINERADORES, NÃO ELÉTRICOS <i>Ver Nota (1)</i>	10	10%
8418	REFRIGERADORES, CONGELADORES ("FREEZERS") E OUTROS MATERIAIS, MÁQUINAS E APARELHOS PARA A PRODUÇÃO DE FRIO, COM EQUIPAMENTO ELÉTRICO OU OUTRO; BOMBAS DE CALOR, EXCLUÍDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DA POSIÇÃO 8415	10	10%
8419	APARELHOS E DISPOSITIVOS, MESMO AQUECIDOS ELETRICAMENTE, PARA TRATAMENTO DE MATÉRIAS POR MEIO DE OPERAÇÕES QUE IMPLIQUEM MUDANÇA DE TEMPERATURA, TAIS COMO AQUECIMENTO, COZIMENTO, TORREFAÇÃO, DESTILAÇÃO, RETIFICAÇÃO, ESTERILIZAÇÃO, PASTEURIZAÇÃO, ESTUFAGEM, SECAGEM, EVAPORAÇÃO, VAPORIZAÇÃO, CONDENSAÇÃO OU ARREFECIMENTO, EXCETO OS DE USO DOMÉSTICO; AQUECEDORES DE ÁGUA NÃO ELÉTRICOS, DE AQUECIMENTO INSTANTÂNEO OU DE ACUMULAÇÃO	10	10%
8420	CALANDRAS E LAMINADORES, EXCETO OS DESTINADOS AO TRATAMENTO DE METAIS OU VIDRO, E SEUS CILINDROS	10	10%
8421	CENTRIFUGADORES, INCLUÍDOS OS SECADORES CENTRÍFUGOS; APARELHOS PARA FILTRAR OU DEPURAR LÍQUIDOS OU GASES	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8422	MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇA; MÁQUINAS E APARELHOS PARA LIMPAR OU SECAR GARRAFAS OU OUTROS RECIPIENTES; MÁQUINAS E APARELHOS PARA ENCHER, FECHAR, ARROLHAR OU ROTULAR GARRAFAS, CAIXAS, LATAS, SACOS OU OUTROS RECIPIENTES; MÁQUINAS PARA CAPSULAR GARRAFAS, VASOS, TUBOS E RECIPIENTES SEMELHANTES; OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS PARA EMPACOTAR OU EMBALAR MERCADORIAS (INCLUÍDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA EMBALAR COM PELÍCULA TERMO-RETRÁTIL); MÁQUINAS E APARELHOS PARA GASEIFICAR BEBIDAS	10	10%
8423	APARELHOS E INSTRUMENTOS DE PESAGEM, INCLUÍDAS AS BÁSCULAS E BALANÇAS PARA VERIFICAR PEÇAS USINADAS (FABRICADAS*), EXCLUÍDAS AS BALANÇAS SENSÍVEIS A PESOS NÃO SUPERIORES A 5cg; PESOS PARA QUAISQUER BALANÇAS	10	10%
8424	APARELHOS MECÂNICOS (MESMO MANUAIS) PARA PROJETER, DISPERSAR OU PULVERIZAR LÍQUIDOS OU PÓS; EXTINTORES, MESMO CARREGADOS; PISTOLAS AEROGRÁFICAS E APARELHOS SEMELHANTES; MÁQUINAS E APARELHOS DE JATO DE AREIA, DE JATO DE VAPOR E APARELHOS DE JATO SEMELHANTES	10	10%
8425	TALHAS, CADERNAIS E MOITÕES; GUINCHOS E CABREANTES; MACACOS	10	10%
8426	CÁBREAS; GUINDASTES, INCLUÍDOS OS DE CABO; PONTES ROLANTES, PÓRTICOS DE DESCARGA OU DE MOVIMENTAÇÃO, PONTES-GUINDASTES, CARROS-PÓRTICOS E CARROS-GUINDASTES	10	10%
8427	EMPILHADEIRAS; OUTROS VEÍCULOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGA E SEMELHANTES, EQUIPADOS COM DISPOSITIVOS DE ELEVAÇÃO	10	10%
8428	OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS DE ELEVAÇÃO, DE CARGA, DE DESCARGA OU DE MOVIMENTAÇÃO (POR EXEMPLO: ELEVADORES OU ASCENSORES, ESCADAS ROLANTES, TRANSPORTADORES, TELEFÉRICOS)	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8429	"BULLDOZERS", "ANGLEDZERS", NIVELADORES, RASPO-TRANSPORTADORES ("SCRAPERS"), PÁS MECÂNICAS, ESCAVADORES, CARREGADORAS E PÁS CARREGADORAS, COMPACTADORES E ROLOS OU CILINDROS COMPRESSORES, AUTOPROPULSORES	4	25%
8430	OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS DE TERRAPLENAGEM, NIVELAMENTO, RASPAGEM, ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, EXTRAÇÃO OU PERFURAÇÃO DA TERRA, DE MINERAIS OU MINÉRIOS; BATE-ESTACAS E ARRANCA-ESTACAS; LIMPA-NEVES	10	10%
8432	MÁQUINAS E APARELHOS DE USO AGRÍCOLA, HORTÍCOLA OU FLORESTAL, PARA PREPARAÇÃO OU TRABALHO DO SOLO OU PARA CULTURA; ROLOS PARA GRAMADOS (RELVADOS), OU PARA CAMPOS DE ESPORTE	10	10%
8433	MÁQUINAS E APARELHOS PARA COLHEITA OU DEBULHA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS, INCLUÍDAS AS ENFARDADORAS DE PALHA OU FORRAGEM; CORTADORES DE GRAMA (RELVA) E CEIFEIRAS; MÁQUINAS PARA LIMPAR OU SELECIONAR OVOS, FRUTAS OU OUTROS PRODUTOS AGRÍCOLAS, EXCETO AS DA POSIÇÃO 8437	10	10%
8434	MÁQUINAS DE ORDENHAR E MÁQUINAS E APARELHOS PARA A INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS	10	10%
8435	PRENSAS, ESMAGADORES E MÁQUINAS E APARELHOS SEMELHANTES, PARA FABRICAÇÃO DE VINHO, SIDRA, SUCO DE FRUTAS OU BEBIDAS SEMELHANTES	10	10%
8436	OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS PARA AGRICULTURA, HORTICULTURA, SILVICULTURA, AVICULTURA OU APICULTURA, INCLUÍDOS OS GERMINADORES EQUIPADOS COM DISPOSITIVOS MECÂNICOS OU TÉRMICOS E AS CHOCADÉIRAS E CRIADÉIRAS PARA AVICULTURA	10	10%
8437	MÁQUINAS PARA LIMPEZA, SELEÇÃO OU PENEIRAÇÃO DE GRÃOS OU DE PRODUTOS HORTÍCOLAS SECOS; MÁQUINAS E APARELHOS PARA A INDÚSTRIA DE MOAGEM OU TRATAMENTO DE CEREALIS OU DE PRODUTOS HORTÍCOLAS SECOS, EXCETO DOS TIPOS UTILIZADOS EM FAZENDAS	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8438	MÁQUINAS E APARELHOS NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DO PRESENTE CAPÍTULO, PARA PREPARAÇÃO OU FABRICAÇÃO INDUSTRIAIS DE ALIMENTOS OU DE BEBIDAS, EXCETO AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA EXTRAÇÃO OU PREPARAÇÃO DE ÓLEOS OU GORDURAS VEGETAIS FIXOS OU DE ÓLEOS OU GORDURAS ANIMAIS	10	10%
8439	MÁQUINAS E APARELHOS PARA FABRICAÇÃO DE PASTA DE MATÉRIAS FIBROSAS CELULÓSICAS OU PARA FABRICAÇÃO OU ACABAMENTO DE PAPEL OU CARTÃO	10	10%
8440	MÁQUINAS E APARELHOS PARA BROCHURA OU ENCADERNAÇÃO, INCLUÍDAS AS MÁQUINAS DE COSTURAR CADERNOS	10	10%
8441	OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS PARA O TRABALHO DA PASTA DE PAPEL, DO PAPEL OU CARTÃO, INCLUÍDAS AS CORTADEIRAS DE TODOS OS TIPOS	10	10%
8442	MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAL (EXCETO AS MÁQUINAS-FERRAMENTAS DAS POSIÇÕES 8456 A 8465), PARA FUNDIR OU COMPOR CARACTERES TIPOGRÁFICOS OU PARA PREPARAÇÃO OU FABRICAÇÃO DE CLICHÊS, BLOCOS, CILINDROS OU OUTROS ELEMENTOS DE IMPRESSÃO; CARACTERES TIPOGRÁFICOS, CLICHÊS, BLOCOS, CILINDROS OU OUTROS ELEMENTOS DE IMPRESSÃO; PEDRAS LITOGRAFICAS, BLOCOS, PLACAS E CILINDROS, PREPARADOS PARA IMPRESSÃO (POR EXEMPLO: APLAINADOS, GRANULADOS OU POLIDOS)	10	10%
8443	MÁQUINAS E APARELHOS DE IMPRESSÃO, INCLUÍDAS AS MÁQUINAS DE IMPRESSÃO DE JATO DE TINTA, EXCETO AS DA POSIÇÃO 8471; MÁQUINAS AUXILIARES PARA IMPRESSÃO	10	10%
8444	MÁQUINAS PARA EXTRUDAR, ESTIRAR, TEXTURIZAR OU CORTAR MATÉRIAS TÊXTEIS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8445	MÁQUINAS PARA PREPARAÇÃO DE MATÉRIAS TÊXTEIS; MÁQUINAS PARA FIAÇÃO, DOBRAGEM OU TORÇÃO, DE MATÉRIAS TÊXTEIS E OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS PARA FABRICAÇÃO DE FIOS TÊXTEIS; MÁQUINAS DE BOBINAR (INCLUÍDAS AS BOBINADEIRAS DE TRAMA) OU DE DOBAR MATÉRIAS TÊXTEIS E MÁQUINAS PARA PREPARAÇÃO DE FIOS TÊXTEIS PARA SUA UTILIZAÇÃO NAS MÁQUINAS DAS POSIÇÕES 8446 OU 8447	10	10%
8446	TEARES PARA TECIDOS	10	10%
8447	TEARES PARA FABRICAR MALHAS, MÁQUINAS DE COSTURA POR ENTRELACEMENTO ("COUTURE-TRICOTAGE"), MÁQUINAS PARA FABRICAR GUIPURAS, TULES, RENDAS, BORDADOS, PASSAMANARIAS, GALÕES OU REDES; MÁQUINAS PARA INSERIR TUFOS	10	10%
8448	MÁQUINAS E APARELHOS AUXILIARES PARA AS MÁQUINAS DAS POSIÇÕES 8444, 8445, 8446 OU 8447 (POR EXEMPLO: RATIERAS, MECANISMOS "JACQUARD", QUEBRA-URDIDURAS E QUEBRA-TRAMAS, MECANISMOS TROCA-LANÇADEIRAS)	10	10%
8449	MÁQUINAS E APARELHOS PARA FABRICAÇÃO OU ACABAMENTO DE FELTRO OU DE FALSOS TECIDOS, EM PEÇA OU EM FORMAS DETERMINADAS, INCLUÍDAS AS MÁQUINAS E APARELHOS PARA FABRICAÇÃO DE CHAPÉUS DE FELTRO; FORMAS PARA CHAPÉUS E PARA ARTEFATOS DE USO SEMELHANTE	10	10%
8450	MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, MESMO COM DISPOSITIVOS DE SECAGEM	10	10%
8451	MÁQUINAS E APARELHOS (EXCETO AS MÁQUINAS DA POSIÇÃO 8450) PARA LAVAR, LIMPAR, ESPREMER, SECAR, PASSAR, PRENSAR (INCLUÍDAS AS PRENSAS FIXADORAS), BRANQUEAR, TINGIR, PARA APRESTO E ACABAMENTO, PARA REVESTIR OU IMPREGNAR FIOS, TECIDOS OU OBRAS DE MATÉRIAS TÊXTEIS E MÁQUINAS PARA REVESTIR TECIDOS-BASE OU OUTROS SUPORTES UTILIZADOS NA FABRICAÇÃO DE REVESTIMENTOS PARA PAVIMENTOS, TAIS COMO LINÓLEO; MÁQUINAS PARA ENROLAR, DESENROLAR, DOBRAR, CORTAR OU DENTEAR TECIDOS	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8452	MÁQUINAS DE COSTURA, EXCETO AS DE COSTURAR CADERNOS DA POSIÇÃO 8440; MÓVEIS, BASES E TAMPAS, PRÓPRIOS PARA MÁQUINAS DE COSTURA; AGULHAS PARA MÁQUINAS DE COSTURA	10	10%
8453	MÁQUINAS E APARELHOS PARA PREPARAR, CURTIR OU TRABALHAR COURO OU PELES, OU PARA FABRICAR OU CONSERTAR CALÇADOS E OUTRAS OBRAS DE COURO OU DE PELE, EXCETO MÁQUINAS DE COSTURA	10	10%
8454	CONVERSORES, CADINHOS OU COLHERES DE FUNDIÇÃO, LINGOTEIRAS E MÁQUINAS DE VAZAR (MOLDAR), PARA METALURGIA, ACIARIA OU FUNDIÇÃO	10	10%
8455	LAMINADORES DE METAIS E SEUS CILINDROS	10	10%
8456	MÁQUINAS-FERRAMENTAS QUE TRABALHEM POR ELIMINAÇÃO DE QUALQUER MATÉRIA, OPERANDO POR "LASER" OU POR OUTROS FEIXES DE LUZ OU DE FÓTONS, POR ULTRA-SOM, ELETRO-EROSÃO, PROCESSOS ELETROQUÍMICOS, FEIXES DE ELÉTRONS, FEIXES IÔNICOS OU POR JATO DE PLASMA	10	10%
8457	CENTROS DE USINAGEM (CENTROS DE MAQUINAGEM*), MÁQUINAS DE SISTEMA MONOSTÁTICO ("SINGLE STATION") E MÁQUINAS DE ESTAÇÕES MÚLTIPLAS, PARA TRABALHAR METAIS	10	10%
8458	TORNOS (INCLUÍDOS OS CENTROS DE TORNEAMENTO) PARA METAIS.	10	10%
8459	MÁQUINAS-FERRAMENTAS (INCLUÍDAS AS UNIDADES COM CABEÇA DESLIZANTE) PARA FURAR, MANDRILAR, FRESAR OU ROSCAR INTERIOR E EXTERIORMENTE METAIS, POR ELIMINAÇÃO DE MATÉRIA, EXCETO OS TORNOS (INCLUÍDOS OS CENTROS DE TORNEAMENTO) DA POSIÇÃO 8458	10	10%
8460	MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA REBARBAR, AFIAR, AMOLAR, RETIFICAR, BRUNIR, POLIR OU REALIZAR OUTRAS OPERAÇÕES DE ACABAMENTO EM METAIS OU CERAMAS ("CERMETS") POR MEIO DE MÓS, DE ABRASIVOS OU DE PRODUTOS POLIDORES, EXCETO AS MÁQUINAS DE CORTAR OU ACABAR ENGRENAGENS DA POSIÇÃO 8461	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8461	MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA APLAINAR, PLAINAS-LIMADORAS, MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA ESCATELAR, BROCHAR, CORTAR OU ACABAR ENGRENAGENS, SERRAR, SECCIONAR E OUTRAS MÁQUINAS-FERRAMENTAS QUE TRABALHEM POR ELIMINAÇÃO DE METAL OU DE CERAMAS ("CERMETS"), NÃO ESPECIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRAS POSIÇÕES	10	10%
8462	MÁQUINAS-FERRAMENTAS (INCLUÍDAS AS PRENSAS) PARA FORJAR OU ESTAMPAR, MARTELOS, MARTELOS-PIÕES E MARTINETES, PARA TRABALHAR METAIS; MÁQUINAS-FERRAMENTAS (INCLUÍDAS AS PRENSAS) PARA ENROLAR, ARQUEAR, DOBRAR, ENDIREITAR, APLANAR, CISALHAR, PUNCIONAR OU CHANFRAR METAIS; PRENSAS PARA TRABALHAR METAIS OU CARBONETOS METÁLICOS, NÃO ESPECIFICADAS ACIMA	10	10%
8463	OUTRAS MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA TRABALHAR METAIS OU CERAMAS ("CERMETS"), QUE TRABALHEM SEM ELIMINAÇÃO DE MATÉRIA	10	10%
8464	MÁQUINAS-FERRAMENTAS PARA TRABALHAR PEDRA, PRODUTOS CERÂMICOS, CONCRETO (BETÃO), FIBROCIMENTO OU MATÉRIAS MINERAIS SEMELHANTES, OU PARA O TRABALHO A FRIO DO VIDRO	10	10%
8465	MÁQUINAS-FERRAMENTAS (INCLUÍDAS AS MÁQUINAS PARA PREGAR, GRAMPEAR, COLAR OU REUNIR POR QUALQUER OUTRO MODO) PARA TRABALHAR MADEIRA, CORTIÇA, OSSO, BORRACHA ENDURECIDA, PLÁSTICOS DUROS OU MATÉRIAS DURAS SEMELHANTES	10	10%
8467	FERRAMENTAS PNEUMÁTICAS, HIDRÁULICAS OU DE MOTOR, NÃO ELÉTRICO, INCORPORADO, DE USO MANUAL	10	10%
8468	MÁQUINAS E APARELHOS PARA SOLDAR, MESMO DE CORTE, EXCETO OS DA POSIÇÃO 8515; MÁQUINAS E APARELHOS A GÁS, PARA TÊMPERA SUPERFICIAL	10	10%
8469	MÁQUINAS DE ESCREVER, EXCETO AS IMPRESSORAS DA POSIÇÃO 8471; MÁQUINAS DE TRATAMENTO DE TEXTOS	10	10%
8470	MÁQUINAS DE CALCULAR QUE PERMITAM GRAVAR, REPRODUZIR E		

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
	VISUALIZAR INFORMAÇÕES, COM FUNÇÃO DE CÁLCULO INCORPORADA; MÁQUINAS DE CONTABILIDADE, MÁQUINAS DE FRANQUEAR, DE EMITIR BILHETES E MÁQUINAS SEMELHANTES, COM DISPOSITIVO DE CÁLCULO INCORPORADO; CAIXAS REGISTRADORAS		
8470.21	--Máquinas eletrônicas de calcular com dispositivo impressor incorporado	10	10%
8470.29	--Outras máquinas eletrônicas de calcular, exceto de bolso	10	10%
8470.30	-Outras máquinas de calcular	10	10%
8470.40	-Máquinas de contabilidade	10	10%
8470.50	-Caixas registradoras	10	10%
8470.90	Máquinas de franquear correspondência	10	10%
8471	MÁQUINAS AUTOMÁTICAS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS E SUAS UNIDADES; LEITORES MAGNÉTICOS OU ÓPTICOS, MÁQUINAS PARA REGISTRAR DADOS EM SUPORTE SOB FORMA CODIFICADA, E MÁQUINAS PARA PROCESSAMENTO DESSES DADOS, NÃO ESPECIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRAS POSIÇÕES	5	20%
8472	OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS DE ESCRITÓRIO [POR EXEMPLO: DUPLICADORES HECTOGRÁFICOS OU A ESTÊNCIL, MÁQUINAS PARA IMPRIMIR ENDEREÇOS, DISTRIBUIDORES AUTOMÁTICOS DE PAPEL-MOEDA, MÁQUINAS PARA SELECIONAR, CONTAR OU EMPACOTAR MOEDAS, APONTADORES (AFIADORES) MECÂNICOS DE LÁPIS, PERFURADORES OU GRAMPEADORES]	10	10%
8474	MÁQUINAS E APARELHOS PARA SELECIONAR, PENEIRAR, SEPARAR, LAVAR, ESMAGAR, MOER, MISTURAR OU AMASSAR TERRAS, PEDRAS, MINÉRIOS OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS SÓLIDAS (INCLUÍDOS OS PÓS E PASTAS); MÁQUINAS PARA AGLOMERAR OU MOLDAR COMBUSTÍVEIS MINERAIS SÓLIDOS, PASTAS CERÂMICAS, CIMENTO, GESSO OU OUTRAS MATÉRIAS MINERAIS EM PÓ OU EM PASTA; MÁQUINAS PARA FAZER MOLDES DE AREIA PARA FUNDIÇÃO	5	20%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8475	MÁQUINAS PARA MONTAGEM DE LÂMPADAS, TUBOS OU VÁLVULAS, ELÉTRICOS OU ELETRÔNICOS, OU DE LÂMPADAS DE LUZ RELÂMPAGO ("FLASH"), QUE TENHAM INVÓLUCRO DE VIDRO; MÁQUINAS PARA FABRICAÇÃO OU TRABALHO A QUENTE DO VIDRO OU DAS SUAS OBRAS	10	10%
8476	MÁQUINAS AUTOMÁTICAS DE VENDA DE PRODUTOS (POR EXEMPLO: SELOS, CIGARROS, ALIMENTOS OU BEBIDAS), INCLUÍDAS AS MÁQUINAS DE TROCAR DINHEIRO	10	10%
8477	MÁQUINAS E APARELHOS PARA TRABALHAR BORRACHA OU PLÁSTICOS OU PARA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DESSAS MATÉRIAS, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DESTE CAPÍTULO	10	10%
8478	MÁQUINAS E APARELHOS PARA PREPARAR OU TRANSFORMAR FUMO (TABACO), NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DESTE CAPÍTULO	10	10%
8479	MÁQUINAS E APARELHOS MECÂNICOS COM FUNÇÃO PRÓPRIA, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DESTE CAPÍTULO		
8479.10	-Máquinas e aparelhos para obras públicas, construção civil ou trabalhos semelhantes	4	25%
8479.20	-Máquinas e aparelhos para extração ou preparação de óleos ou gorduras vegetais fixos ou de óleos ou gorduras animais	10	10%
8479.30	-Prensas para fabricação de painéis de partículas, de fibras de madeira ou de outras matérias lenhosas, e outras máquinas e aparelhos para tratamento de madeira ou de cortiça	10	10%
8479.40	-Máquinas para fabricação de cordas ou cabos	10	10%
8479.50	-Robôs industriais, não especificados nem compreendidos em outras posições	10	10%
8479.60	-Aparelhos de evaporação para arrefecimento do ar	10	10%
8479.8	-Outras máquinas e aparelhos		
8479.81	--Para tratamento de metais, incluídas as bobinadoras para enrolamentos elétricos	10	10%
8479.82	--Para misturar, amassar, esmagar, moer, separar, peneirar, homogeneizar, emulsionar ou agitar	10	10%
8479.89	--Outros	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8480	CAIXAS DE FUNDIÇÃO; PLACAS DE FUNDO PARA MOLDES; MODELOS PARA MOLDES; MOLDES PARA METAIS (EXCETO LINGOTEIRAS), CARBONETOS METÁLICOS, VIDRO, MATÉRIAS MINERAIS, BORRACHA OU PLÁSTICOS	3	33,30%
Capítulo 85	MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS, APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM, APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS E DE SOM EM TELEVISÃO		
8501	MOTORES E GERADORES, ELÉTRICOS, EXCETO OS GRUPOS ELETROGÊNEOS	10	10%
8502	GRUPOS ELETROGÊNEOS E CONVERSORES ROTATIVOS, ELÉTRICOS	10	10%
8504	TRANSFORMADORES ELÉTRICOS, CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS (RETIFICADORES, POR EXEMPLO), BOBINAS DE REATÂNCIA E DE AUTO-INDUÇÃO	10	10%
8508	FERRAMENTAS ELETROMECAÂNICAS DE MOTOR ELÉTRICO INCORPORADO, DE USO MANUAL	5	20%
8510	APARELHOS OU MÁQUINAS DE TOSQUIAR DE MOTOR ELÉTRICO INCORPORADO	5	20%
8514	FORNOS ELÉTRICOS INDUSTRIAIS OU DE LABORATÓRIO, INCLUÍDOS OS QUE FUNCIONAM POR INDUÇÃO OU POR PERDAS DIELÉTRICAS; OUTROS APARELHOS INDUSTRIAIS OU DE LABORATÓRIO PARA TRATAMENTO TÉRMICO DE MATÉRIAS POR INDUÇÃO OU POR PERDAS DIELÉTRICAS	10	10%
8515	MÁQUINAS E APARELHOS PARA SOLDAR (MESMO DE CORTE) ELÉTRICOS (INCLUÍDOS OS A GÁS AQUECIDO ELETRICAMENTE), A "LASER" OU OUTROS FEIXES DE LUZ OU DE FÓTONS, A ULTRASOM, A FEIXES DE ELÉTRONS, A IMPULSOS MAGNÉTICOS OU A JATO DE PLASMA; MÁQUINAS E APARELHOS ELÉTRICOS PARA PROJEÇÃO A QUENTE DE METAIS OU DE CERAMAS ("CERMETS")	10	10%
8516	APARELHOS ELÉTRICOS PARA AQUECIMENTO DE AMBIENTES, DO SOLO OU PARA USOS SEMELHANTES	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8517	APARELHOS ELÉTRICOS PARA TELEFONIA OU TELEGRAFIA, POR FIO, INCLUÍDOS OS APARELHOS TELEFÔNICOS POR FIO CONJUGADO COM UM APARELHO TELEFÔNICO PORTÁTIL SEM FIO E OS APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÃO POR CORRENTE PORTADORA OU DE TELECOMUNICAÇÃO DIGITAL; VIDEOFONES	5	0%
8520	GRAVADORES DE DADOS DE VÔO	5	20%
8521	APARELHOS VIDEOFÔNICOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO, MESMO INCORPORANDO UM RECEPTOR DE SINAIS VIDEOFÔNICOS		
8521.10	Gravador-reprodutor de fita magnética, sem sintonizador	5	20%
8521.90	Gravador-reprodutor e editor de imagem e som, em discos, por meio magnético, óptico ou opto-magnético	5	20%
8524	DISCOS, FITAS E OUTROS SUPORTES GRAVADOS, COM EXCLUSÃO DOS PRODUTOS DO CAPÍTULO 37		
8524.3	-Discos para sistemas de leitura por raio "laser":	3	33,30%
8524.40	-Fitas magnéticas para reprodução de fenômenos diferentes do som e da imagem	3	33,30%
8524.5	-Outras fitas magnéticas	3	33,30%
8524.60	-Cartões magnéticos	3	33,30%
8525	APARELHOS TRANSMISSORES (EMISSORES) PARA RADIOTELEFONIA, RADIOTELEGRAFIA, RADIODIFUSÃO OU TELEVISÃO, MESMO INCORPORANDO UM APARELHO DE RECEPÇÃO OU UM APARELHO DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM; CÂMERAS DE TELEVISÃO; CÂMERAS DE VÍDEO DE IMAGENS FIXAS E OUTRAS CÂMERAS ("CAMCORDERS")	5	20%
8526	APARELHOS DE RADIODETECÇÃO E DE RADIOSSONDAGEM (RADAR), APARELHOS DE RADIONAVEGAÇÃO E APARELHOS DE RADIOTELECOMANDO	5	20%
8527	APARELHOS RECEPTORES PARA RADIOTELEFONIA, RADIOTELEGRAFIA OU RADIODIFUSÃO, EXCETO DE USO DOMÉSTICO	5	20%
8543	MÁQUINAS E APARELHOS ELÉTRICOS COM FUNÇÃO PRÓPRIA, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DO PRESENTE CAPÍTULO	10	10%
Capítulo 86	VEÍCULOS E MATERIAL PARA VIAS FÉRREAS OU SEMELHANTES, APARELHOS MECÂNICOS (INCLUÍDOS OS ELETROMECAÂNICOS) DE SINALIZAÇÃO PARA VIAS DE COMUNICAÇÃO		

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8601	LOCOMOTIVAS E LOCOTRATORES, DE FONTE EXTERNA DE ELETRICIDADE OU DE ACUMULADORES ELÉTRICOS	10	10%
8602	OUTRAS LOCOMOTIVAS E LOCOTRATORES; TÊNDERES	10	10%
8603	LITORINAS (AUTOMOTORAS), MESMO PARA CIRCULAÇÃO URBANA, EXCETO AS DA POSIÇÃO 8604	10	10%
8604	VEÍCULOS PARA INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS FÉRREAS OU SEMELHANTES, MESMO AUTOPROPULSORES (POR EXEMPLO: VAGÕES-OFICINAS, VAGÕES-GUINDASTES, VAGÕES EQUIPADOS COM BATEDORES DE BALASTRO, ALINHADORES DE VIAS, VIATURAS PARA TESTES E DRESINAS)	10	10%
8605	VAGÕES DE PASSAGEIROS, FURGÕES PARA BAGAGEM, VAGÕES-POSTAIS E OUTROS VAGÕES ESPECIAIS, PARA VIAS FÉRREAS OU SEMELHANTES (EXCLUÍDAS AS VIATURAS DA POSIÇÃO 8604)	10	10%
8606	VAGÕES PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS SOBRE VIAS FÉRREAS	10	10%
8608	Aparelhos mecânicos (incluídos os eletromecânicos) de sinalização, de segurança, de controle ou de comando para vias férreas ou semelhantes, rodoviárias ou fluviais, para áreas ou parques de estacionamento, instalações portuárias ou para aeródromos	10	10%
8609	CONTEINERES (CONTENTORES), INCLUÍDOS OS DE TRANSPORTE DE FLUIDOS, ESPECIALMENTE CONCEBIDOS E EQUIPADOS PARA UM OU VÁRIOS MEIOS DE TRANSPORTE	10	10%
Capítulo 87	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, TRATORES, CICLOS E OUTROS		
	VEÍCULOS TERRESTRES		
8701	TRATORES (EXCETO OS CARROS-TRATORES DA POSIÇÃO 8709)	4	25%
8702	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA TRANSPORTE DE 10 PESSOAS OU MAIS, INCLUINDO O MOTORISTA	4	25%
8703	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PRINCIPALMENTE CONCEBIDOS PARA TRANSPORTE DE PESSOAS (EXCETO OS DA POSIÇÃO 8702), INCLUÍDOS OS VEÍCULOS DE USO MISTO ("STATION WAGONS") E OS AUTOMÓVEIS DE CORRIDA	5	20%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8704	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS	4	25%
8705	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA USOS ESPECIAIS (POR EXEMPLO: AUTO-SOCORROS, CAMINHÕES-GUINDASTES, VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS, CAMINHÕES-BETONEIRAS, VEÍCULOS PARA VARRER, VEÍCULOS PARA ESPALHAR, VEÍCULOS-OFFICINAS, VEÍCULOS RADIOLÓGICOS), EXCETO OS CONCEBIDOS PRINCIPALMENTE PARA TRANSPORTE DE PESSOAS OU DE MERCADORIAS	4	25%
8709	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS SEM DISPOSITIVO DE ELEVAÇÃO, DOS TIPOS UTILIZADOS EM FÁBRICAS, ARMAZÉNS, PORTOS OU AEROPORTOS, PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS A CURTAS DISTÂNCIAS; CARROS-TRATORES DOS TIPOS UTILIZADOS NAS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS	10	10%
8711	MOTOCICLETAS (INCLUÍDOS OS CICLOMOTORES) E OUTROS CICLOS EQUIPADOS COM MOTOR AUXILIAR, MESMO COM CARRO LATERAL; CARROS LATERAIS	4	25%
8716	REBOQUES E SEMI-REBOQUES, PARA QUAISQUER VEÍCULOS; OUTROS VEÍCULOS NÃO AUTOPROPULSORES	5	20%
Capítulo 88	AERONAVES E APARELHOS ESPACIAIS		
8801	BALÕES E DIRIGÍVEIS; PLANADORES, ASAS VOADORAS E OUTROS VEÍCULOS AÉREOS, NÃO CONCEBIDOS PARA PROPULSÃO COM MOTOR	10	10%
8802	OUTROS VEÍCULOS AÉREOS (POR EXEMPLO: HELICÓPTEROS, AVIÕES); VEÍCULOS ESPACIAIS (INCLUÍDOS OS SATÉLITES) E SEUS VEÍCULOS DE LANÇAMENTO, E VEÍCULOS SUBORBITAIS	10	10%
8804	PÁRA-QUEDAS (INCLUÍDOS OS PÁRA-QUEDAS DIRIGÍVEIS E OS PARAPENTES) E OS PÁRA-QUEDAS GIRATÓRIOS	10	10%
8805	APARELHOS E DISPOSITIVOS PARA LANÇAMENTO DE VEÍCULOS AÉREOS; APARELHOS E DISPOSITIVOS PARA ATERRISSAGEM DE VEÍCULOS AÉREOS EM PORTA-AVIÕES E APARELHOS E DISPOSITIVOS SEMELHANTES; APARELHOS SIMULADORES DE VÔO EM TERRA	10	10%
Capítulo 89	EMBARCAÇÕES E ESTRUTURAS FLUTUANTES		

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
8901	TRANSATLÂNTICOS, BARCOS DE CRUZEIRO, "FERRY-BOATS", CARGUEIROS, CHATAS E EMBARCAÇÕES SEMELHANTES, PARA O TRANSPORTE DE PESSOAS OU DE MERCADORIAS	20	5%
8902	BARCOS DE PESCA; NAVIOS-FÁBRICAS E OUTRAS EMBARCAÇÕES PARA O TRATAMENTO OU CONSERVAÇÃO DE PRODUTOS DA PESCA	20	5%
8903	IATES E OUTROS BARCOS E EMBARCAÇÕES DE RECREIO OU DE ESPORTE; BARCOS A REMOS E CANOAS		
8903.10	-Barcos infláveis	5	20%
8903.9	-Outros	10	10%
8904	REBOCADORES E BARCOS CONCEBIDOS PARA EMPURRAR OUTRAS EMBARCAÇÕES	20	5%
8905	BARCOS-FARÓIS, BARCOS-BOMBAS, DRAGAS, GUINDASTES FLUTUANTES E OUTRAS EMBARCAÇÕES EM QUE A NAVEGAÇÃO É ACESSÓRIA DA FUNÇÃO PRINCIPAL; DOCAS OU DIQUES FLUTUANTES; PLATAFORMAS DE PERFURAÇÃO OU DE EXPLORAÇÃO, FLUTUANTES OU SUBMERSÍVEIS	20	%
8906	OUTRAS EMBARCAÇÕES, INCLUÍDOS OS NAVIOS DE GUERRA E OS BARCOS SALVA-VIDAS, EXCETO OS BARCOS A REMO	20	5%
8907	OUTRAS ESTRUTURAS FLUTUANTES (POR EXEMPLO: BALSAS, RESERVATÓRIOS, CAIXÕES, BÓIAS DE AMARRAÇÃO, BÓIAS DE SINALIZAÇÃO E SEMELHANTES)		
8907.10	-Balsas infláveis	5	20%
8907.90	-Outras	20	5%
Capítulo 90	INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓPTICA, FOTOGRAFIA OU CINEMATOGRAFIA, MEDIDA, CONTROLE OU DE PRECISÃO; INSTRUMENTOS E APARELHOS MÉDICO-CIRÚRGICOS		
9005	BINÓCULOS, LUNETAS, INCLUÍDAS AS ASTRONÔMICAS, TELESCÓPIOS ÓPTICOS, E SUAS ARMAÇÕES; OUTROS INSTRUMENTOS DE ASTRONOMIA E SUAS ARMAÇÕES, EXCETO OS APARELHOS DE RADIOASTRONOMIA	10	10%
9006	APARELHOS FOTOGRÁFICOS; APARELHOS E DISPOSITIVOS, EXCLUÍDAS AS LÂMPADAS E TUBOS, DE LUZ-RELÂMPAGO ("FLASH"), PARA FOTOGRAFIA	10	10%
9007	CÂMERAS E PROJETORES, CINEMATOGRAFÍCOS, MESMO COM APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM INCORPORADOS	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
9008	APARELHOS DE PROJEÇÃO FIXA; APARELHOS FOTOGRÁFICOS, DE AMPLIAÇÃO OU DE REDUÇÃO	10	10%
9009	APARELHOS DE FOTOCÓPIA, POR SISTEMA ÓPTICO OU POR CONTATO, E APARELHOS DE TERMOCÓPIA	10	10%
9010	APARELHOS DOS TIPOS USADOS NOS LABORATÓRIOS FOTOGRÁFICOS OU CINEMATOGRÁFICOS (INCLUÍDOS OS APARELHOS PARA PROJEÇÃO OU EXECUÇÃO DE TRAÇADOS DE CIRCUITOS SOBRE SUPERFÍCIES SENSIBILIZADAS DE MATERIAIS SEMICONDUTORES); NEGATOSCÓPIOS; TELAS PARA PROJEÇÃO	10	10%
9011	MICROSCÓPIOS ÓPTICOS, INCLUÍDOS OS MICROSCÓPIOS PARA FOTOMICROGRAFIA, CINEFOTOMICROGRAFIA OU MICROPROJEÇÃO	10	10%
9012	MICROSCÓPIOS (EXCETO ÓPTICOS) E DIFRATÓGRAFOS	10	10%
9015	INSTRUMENTOS E APARELHOS DE GEODÉSIA, TOPOGRAFIA, AGRIMENSURA, NIVELAMENTO, FOTOGAMETRIA, HIDROGRAFIA, OCEANOGRAFIA, HIDROLOGIA, METEOROLOGIA OU DE GEOFÍSICA, EXCETO BÚSSOLAS; TELÊMETROS	10	10%
9016	BALANÇAS SENSÍVEIS A PESOS IGUAIS OU INFERIORES A 5cg, COM OU SEM PESOS	10	10%
9017	INSTRUMENTOS DE DESENHO, DE TRAÇADO OU DE CÁLCULO (POR EXEMPLO: MÁQUINAS DE DESENHAR, PANTÓGRAFOS, TRANSFERIDORES, ESTOJOS DE DESENHO, RÉGUAS DE CÁLCULO E DISCOS DE CÁLCULO); INSTRUMENTOS DE MEDIDA DE DISTÂNCIAS DE USO MANUAL (POR EXEMPLO: METROS, MICRÔMETROS, PAQUÍMETROS E CALIBRES), NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DO PRESENTE CAPÍTULO	10	10%
9018	INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA MEDICINA, CIRURGIA, ODONTOLOGIA E VETERINÁRIA, INCLUÍDOS OS APARELHOS PARA CINTILOGRAFIA E OUTROS APARELHOS ELETROMÉDICOS, BEM COMO OS APARELHOS PARA TESTES VISUAIS		
9018.1	-Aparelhos de eletrodiagnóstico (incluídos os aparelhos de exploração funcional e os de verificação de parâmetros fisiológicos)	10	10%
9018.20	-Aparelhos de raios ultravioleta ou infravermelhos	10	10%
9018.4	-Outros instrumentos e aparelhos para odontologia		

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
9018.41	--Aparelhos dentários de brocar, mesmo combinados numa base comum com outros equipamentos dentários	10	10%
9018.49	--Outros instrumentos e aparelhos para odontologia	10	10%
9018.50	-Outros instrumentos e aparelhos para oftalmologia	10	10%
9018.90	-Outros instrumentos e aparelhos	10	10%
9019	APARELHOS DE MECANOTERAPIA; APARELHOS DE MASSAGEM; APARELHOS DE PSICOTÉCNICA; APARELHOS DE OZONOTERAPIA, DE OXIGENOTERAPIA, DE AEROSSOLTERAPIA, APARELHOS RESPIRATÓRIOS DE REANIMAÇÃO E OUTROS APARELHOS DE TERAPIA RESPIRATÓRIA	10	10%
9020	OUTROS APARELHOS REPIRATÓRIOS E MÁSCARAS CONTRA GASES, EXCETO AS MÁSCARAS DE PROTEÇÃO DESPROVIDAS DE MECANISMO E DE ELEMENTO FILTRANTE AMOVÍVEL	10	10%
9022	APARELHOS DE RAIOS X E APARELHOS QUE UTILIZEM RADIAÇÕES ALFA, BETA OU GAMA, MESMO PARA USOS MÉDICOS, CIRÚRGICOS, ODONTOLÓGICOS OU VETERINÁRIOS, INCLUÍDOS OS APARELHOS DE RADIOFOTOGRAFIA OU DE RADIOTERAPIA, OS TUBOS DE RAIOS X E OUTROS DISPOSITIVOS GERADORES DE RAIOS X, OS GERADORES DE TENSÃO, AS MESAS DE COMANDO, AS TELAS DE VISUALIZAÇÃO, AS MESAS, POLTRONAS E SUPORTES SEMELHANTES PARA EXAME OU TRATAMENTO	10	10%
9024	MÁQUINAS E APARELHOS PARA ENSAIOS DE DUREZA, TRAÇÃO, COMPRESSÃO, ELASTICIDADE OU DE OUTRAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DE MATERIAIS (POR EXEMPLO: METAIS, MADEIRA, TÊXTEIS, PAPEL, PLÁSTICOS)	10	10%
9025	DENSÍMETROS, AREÔMETROS, PESA-LÍQUIDOS E INSTRUMENTOS FLUTUANTES SEMELHANTES, TERMÔMETROS, PIRÔMETROS, BARÔMETROS, HIGRÔMETROS E PSICRÔMETROS, REGISTRADORES OU NÃO, MESMO COMBINADOS ENTRE SI	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
9026	INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA MEDIDA OU CONTROLE DA VAZÃO (CAUDAL), DO NÍVEL, DA PRESSÃO OU DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS VARIÁVEIS DOS LÍQUIDOS OU GASES [POR EXEMPLO: MEDIDORES DE VAZÃO (CAUDAL), INDICADORES DE NÍVEL, MANÔMETROS, CONTADORES DE CALOR], EXCETO OS INSTRUMENTOS E APARELHOS DAS POSIÇÕES 9014, 9015, 9028 OU 9032	10	10%
9027	INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA ANÁLISES FÍSICAS OU QUÍMICAS [POR EXEMPLO: POLARÍMETROS, REFRACTÔMETROS, ESPECTRÔMETROS, ANALISADORES DE GASES OU DE FUMAÇA]; INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA ENSAIOS DE VISCOSIDADE, POROSIDADE, DILATAÇÃO, TENSÃO SUPERFICIAL OU SEMELHANTES OU PARA MEDIDAS CALORIMÉTRICAS, ACÚSTICAS OU FOTOMÉTRICAS (INCLUÍDOS OS INDICADORES DE TEMPO DE EXPOSIÇÃO); MICRÓTOMOS	10	10%
9028	CONTADORES DE GASES, LÍQUIDOS OU DE ELETRICIDADE, INCLUÍDOS OS APARELHOS PARA SUA AFERIÇÃO	10	10%
9029	OUTROS CONTADORES (POR EXEMPLO: CONTADORES DE VOLTAS, CONTADORES DE PRODUÇÃO, TAXÍMETROS, TOTALIZADORES DE CAMINHO PERCORRIDO, PODÔMETROS); INDICADORES DE VELOCIDADE E TACÔMETROS, EXCETO OS DAS POSIÇÕES 9014 OU 9015; ESTROBOSCÓPIOS	10	10%
9030	OSCILOSCÓPIOS, ANALISADORES DE ESPECTRO E OUTROS INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA MEDIDA OU CONTROLE DE GRANDEZAS ELÉTRICAS; INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA MEDIDA OU DETECÇÃO DE RADIAÇÕES ALFA, BETA, GAMA, X, CÓSMICAS OU OUTRAS RADIAÇÕES IONIZANTES	10	10%
9031	INSTRUMENTOS, APARELHOS E MÁQUINAS DE MEDIDA OU CONTROLE, NÃO ESPECIFICADOS NEM COMPREENDIDOS EM OUTRAS POSIÇÕES DO PRESENTE CAPÍTULO; PROJETORES DE PERFIS	10	10%
9032	INSTRUMENTOS E APARELHOS PARA REGULAÇÃO OU CONTROLE, AUTOMÁTICOS	10	10%

Referência NCM	Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
Capítulo 94	MÓVEIS; MOBILIÁRIO MÉDICO-CIRÚRGICO; CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS		
9402	MOBILIÁRIO PARA MEDICINA, CIRURGIA, ODONTOLOGIA OU VETERINÁRIA (POR EXEMPLO: MESAS DE OPERAÇÃO, MESAS DE EXAMES, CAMAS DOTADAS DE MECANISMOS PARA USOS CLÍNICOS, CADEIRAS DE DENTISTA); CADEIRAS PARA SALÕES DE CABELEIREIRO E CADEIRAS SEMELHANTES, COM DISPOSITIVOS DE ORIENTAÇÃO E DE ELEVAÇÃO	10	10%
9403	OUTROS MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO	10	10%
9406	CONSTRUÇÕES PRÉ-FABRICADAS	25	4%
Capítulo 95	ARTIGOS PARA DIVERTIMENTO OU PARA ESPORTE		
9506	ARTIGOS E EQUIPAMENTOS PARA CULTURA FÍSICA E GINÁSTICA; PISCINAS	10	10%
9508	CARROSSÉIS, BALANÇOS, INSTALAÇÕES DE TIRO-AO-ALVO E OUTRAS DIVERSÕES DE PARQUES E FEIRAS; CIRCOS, COLEÇÕES DE ANIMAIS E TEATROS AMBULANTES	10	10%

Bens	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
Instalações	10	10%
Edificações	25	4%

ANEXO B – Quadro completo de composição do ativo imobilizado (Whirpool, 2012)

12. Imobilizado								
	Controladora							
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
Custo								
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	225.639	1.850.285	89.132	454	63.778	2.229.288	60.377	2.289.665
Aquisições	-	-	-	-	-	-	98.270	98.270
Transferências	9.255	76.387	12.426	8	6.505	104.581	(104.581)	-
Alienação/baixa	(30)	(29.284)	(1.126)	(12)	(3.910)	(34.362)	-	(34.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	234.864	1.897.388	100.432	450	66.373	2.299.507	54.066	2.353.573
Aquisições	-	-	-	-	-	-	125.410	125.410
Transferências	2.859	67.490	22.362	-	9.035	101.746	(101.746)	-
Alienação/baixa	(521)	(79.282)	(4.024)	(157)	(16.076)	(100.060)	-	(100.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	237.202	1.885.596	118.770	293	59.332	2.301.193	77.730	2.378.923
Depreciação								
Saldos em 1º. de janeiro de 2011	(124.807)	(1.374.962)	(53.011)	(350)	(45.656)	(1.598.786)	-	(1.598.786)
Depreciação	(7.488)	(79.092)	(14.149)	(41)	(7.057)	(107.827)	-	(107.827)
Provisão para baixa de imobilizado	-	(1.122)	-	-	-	(1.122)	-	(1.122)
Baixa da depreciação	10	26.456	888	11	3.899	31.264	-	31.264
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(132.285)	(1.428.720)	(66.272)	(380)	(48.814)	(1.676.471)	-	(1.676.471)
Depreciação	(6.019)	(88.620)	(12.833)	(24)	(6.779)	(114.275)	-	(114.275)
Provisão para baixa de imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa da depreciação	521	76.088	4.011	111	15.495	96.226	-	96.226
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(137.783)	(1.441.252)	(75.094)	(293)	(40.098)	(1.694.520)	-	(1.694.520)
Valor residual								
Saldos em 31 de dezembro de 2012	99.419	444.344	43.676	-	19.324	606.673	77.730	684.403
Saldos em 31 de dezembro de 2011	102.579	468.668	34.160	70	17.559	623.036	54.066	677.102
Taxas médias de depreciação anual	0 a 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%	-	-	-